



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
RONDÔNIA – IFRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
EM REDE NACIONAL – PROFEPT**

DANIEL GUEDES FEITOSA

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA  
ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO  
DO IFRO, *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA

PORTO VELHO

2023

DANIEL GUEDES FEITOSA

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA  
ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO  
DO IFRO, *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT, área de concentração “Educação Profissional e Tecnológica”, linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”.

Orientador: Dr. Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira.

PORTO VELHO

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F311p

Feitosa, Daniel Guedes.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO, CAMPUS PORTO VELHO CALAMA / Daniel Guedes Feitosa, Porto Velho-RO, 2023.  
208 f.

Orientador(a): Prof. Dr Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2023.

1. Assistência Estudantil. 2. Ensino Médio Integrado. 3. Pandemia.  
I. Oliveira, Rodrigo Leonardo de Sousa (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

CDD: 379.81

**Bibliotecário(a) Responsável:** Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956 (Campus Porto Velho Calama)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha mãe, Sebastiana Guedes da Silva, e ao meu pai, Francisco Pinheiro Feitosa (*in memoriam*), que são a razão da minha existência.

À minha esposa e amor da minha vida, Fernanda Caroline Nogueira Guedes, pelo apoio e parceria durante o percurso.

Às minhas gêmeas, Ayla Nogueira Guedes e Alana Nogueira Guedes, e à caçula, Aysla Nogueira Guedes, que são a inspiração da minha vida e o motivo para eu seguir em frente.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por renovar minhas forças todos os dias, permitindo que chegasse até aqui.

Agradeço à minha mãe, Sebastiana Guedes da Silva, que, mesmo diante as dificuldades, lutou para proporcionar um futuro bom aos seus filhos.

Agradeço ao meu pai, Francisco Pinheiro Feitosa (*in memoriam*) que, mesmo partindo cedo desse plano, ensinou-me a nunca desistir dos meus sonhos.

Agradeço à minha esposa e companheira, Fernanda Caroline Nogueira Guedes pela compreensão e incentivo a continuar minha trajetória acadêmica e profissional.

Agradeço às minhas filhas Ayla, Alana e Aysla, razão para eu buscar crescimento pessoal e profissional, por me fortalecerem nos momentos mais difíceis. Vê-las todos os dias é o combustível que me faz seguir adiante.

Agradeço aos meus familiares e amigos por direta ou indiretamente contribuírem com meu amadurecimento pessoal, profissional e intelectual.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira, pelo companheirismo e incentivo ao longo do meu percurso no mestrado. Suas orientações foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e profissional.

Agradeço à professora Dr<sup>a</sup>. Iracema Neno Cecilio Tada, colega de trabalho na UNIR e líder do grupo de pesquisa Centro de Pesquisa em Formação da Pessoa (CEPEFOP), por aceitar participar da minha banca de qualificação. Suas contribuições foram essenciais para a concretização desta pesquisa.

Agradeço à professora Dr<sup>a</sup>. Lediane Fani Felzke, pelas aulas ministradas na disciplina “Metodologia de Pesquisa”, pois foi de suma importância para a minha reinserção à pesquisa acadêmica. Agradeço ainda por aceitar a missão de participar da minha banca de qualificação, suas sugestões contribuíram para meu amadurecimento enquanto pesquisador.

Agradeço à professora Xênia de Castro Barbosa por aceitar o desafio de participar da minha banca de defesa de mestrado. Na oportunidade, foram apresentadas contribuições pontuais e necessárias para que a versão final desta pesquisa fosse realizada de forma satisfatória.

Agradeço aos professores do Curso de Psicologia da UNIR por todo auxílio no ambiente de trabalho. Sempre aprendo um pouco mais com cada um de vocês. Exercer minhas funções profissionais nesse ambiente educacional me motiva a continuar a caminhada acadêmica.

Agradeço ao Chefe do Departamento de Psicologia, professor Dr. Reginaldo Pedroso, pela compreensão nesse período que necessitei dar maior atenção às demandas do mestrado.

Agradeço à professora Dr<sup>a</sup> Laisy de Lima Nunes pelo suporte relacionado aos aspectos éticos da minha pesquisa. Suas dicas foram fundamentais para eu compreender a importância do Comitê de Ética em Pesquisa para o desenvolvimento das pesquisas com seres humanos.

Agradeço aos professores do IFRO, em especial aos professores Dr. Wallace Soares de Oliveira e Me. Cassio Alves Lus por auxiliarem na pesquisa de campo, construindo pontes entre mim e os alunos do *Campus* Porto Velho Calama.

Agradeço aos colegas da turma do mestrado, em especial às colegas Ingrid Suelen Soares de Carvalho e Viviane Martins Garcia Brito, pelo acolhimento junto ao Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) do *Campus* Porto Velho Calama.

Agradeço ao colega de UNIR e servidor Assistente Social do IFRO, João Batista Alves de Jesus, por me ajudar a conhecer melhor a Política de Assistência estudantil do IFRO.

Agradeço ao amigo, colega do ensino fundamental, da UNIR e também do mestrado (sempre nos encontrando no caminho da vida), Celielson de Aguiar Brito, por ler e revisar minha dissertação e produto educacional.

Agradeço ao colega, servidor da UNIR, Anael Francis Salgueiro Silva, por desenvolver o projeto gráfico do meu produto educacional.

Agradeço aos colegas técnicos administrativos do Núcleo de Saúde da UNIR, Expedita Fatima Gomes de Figueiredo, Alisson Martins de Souza, Jaimesson Ferreira de Oliveira, Kelly Maria Barros de Alencar, Emanuela Lima Teixeira Barros, Maria de Fatima Carmo Alves, Maria Tereza da Silva Cruz, Pedro Cesar e Alexandre Rocha, pelo apoio nos momentos difíceis. Somos uma família.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, por ofertar o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – PROFEPT, possibilitando a nós, servidores, capacitação profissional, através da pesquisa acadêmica, visando à melhoria nos serviços prestados.

Agradeço aos alunos que disponibilizaram um tempo para contribuir com a pesquisa através da resposta aos questionários. Através das suas contribuições, foi possível ter um panorama e propor melhorias na Política de Assistência Estudantil do IFRO.

Agradeço aos servidores do Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) do *Campus* Porto Velho Calama, por contribuírem em participar da pesquisa através de entrevistas e avaliação do produto educacional.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, participaram do meu percurso acadêmico ao longo do mestrado. A concretização desta etapa acadêmica tem um significado muito importante para mim.

“Não adianta olhar pro céu com muita fé e pouca luta  
Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer e muita greve  
Você pode e você deve, pode crer”  
(Gabriel o Pensador, Até Quando?)

Mas acredito que

“Não é nossa culpa  
Nascemos já com uma bênção  
Mas isso não é desculpa  
Pela má distribuição”.  
(Plebe Rude, Até Quando Esperar)

Pois

“É necessário sempre acreditar que o sonho é possível  
Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível”.  
(Racionais MC's, A Vida é Desafio)

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Ciclos das Políticas Públicas.....	26
<b>Figura 2</b> – Unidades do Instituto Federal de Rondônia .....	70
<b>Figura 3</b> – Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos pelo IFRO .....	76
<b>Figura 4</b> – Entrada do Campus Porto Velho Calama.....	89
<b>Figura 5</b> - Organização da análise de Conteúdo .....	95
<b>Figura 6</b> – Formas de ingresso no IFRO, editais de 2020 a 2022 .....	106
<b>Figura 7</b> – Capa da Cartilha de Assistência Estudantil do IFRO .....	126
<b>Figura 8</b> – Primeira parte da Cartilha de Assistência Estudantil do IFRO .....	127
<b>Figura 9</b> – Segunda parte da Cartilha de Assistência Estudantil do IFRO .....	128
<b>Figura 10</b> – Terceira parte da Cartilha de Assistência Estudantil do IFRO.....	129
<b>Figura 11</b> – Quarta parte da Cartilha de assistência estudantil do IFRO.....	130

## LISTA DE GRÁFICO

<b>Gráfico 1</b> – Número de matrículas no ensino médio (modalidade integrada) – Brasil – 2018-2022 .....	44
<b>Gráfico 2</b> – Índice da faixa etária e gênero dos alunos .....	102
<b>Gráfico 3</b> – Escola de origem dos estudantes .....	103
<b>Gráfico 4</b> – Ingresso via Ações Afirmativas/Cotas Sociais .....	104
<b>Gráfico 5</b> – Índice da renda mensal das famílias.....	108
<b>Gráfico 6</b> – Índice de estudantes que trabalham e estudam .....	109
<b>Gráfico 7</b> – Avaliação dos alunos referente a estudar e trabalhar.....	109
<b>Gráfico 8</b> – Quantitativo de alunos que receberam auxílio estudantil no período pandêmico.....	111
<b>Gráfico 9</b> – O impacto da assistência estudantil para a formação dos estudantes	111
<b>Gráfico 10</b> – O auxílio estudantil ajudou a melhorar as notas no decorrer do ano? .....	112
<b>Gráfico 11</b> – O fato de não receber auxílio estudantil afeta no seu rendimento acadêmico?.....	113
<b>Gráfico 12</b> – Você conhece os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no IFRO, no período da pandemia de Covid-19?.....	118
<b>Gráfico 13</b> – Percepção dos discentes sobre a divulgação dos Auxílios Estudantis do IFRO no período pandêmico .....	119
<b>Gráfico 14</b> – Como você avalia os programas de assistência estudantil disponibilizados pelo IFRO/Calama? .....	120
<b>Gráfico 15</b> – Concessão de Bolsas de Assistência estudantil do Campus Porto Velho Calama.....	122

## LISTA DE QUADRO

<b>Quadro 1</b> – Inauguração das Escolas de Aprendizizes e Artífices.....	32
<b>Quadro 2</b> – Atribuições da Coordenação/Departamento de Assistência ao Educando do IFRO.....	76
<b>Quadro 3</b> – Atribuições Comissão de Elaboração, Análise e Concessão de Auxílios – (CEAC) do IFRO .....	77
<b>Quadro 4</b> – Ações de Assistência Estudantil disponibilizado pelo Instituto federal de Rondônia (IFRO) através de editais (2020-2022).....	80
<b>Quadro 5</b> – Cursos ofertados pelo IFRO – Campus Porto Velho Calama.....	88
<b>Quadro 6</b> – Percursos metodológicos da pesquisa .....	92
<b>Quadro 7</b> - Categorias acerca da percepção dos discentes sobre a Política de Assistência Estudantil do IFRO .....	114
<b>Quadro 8</b> – Concepções dos discentes sobre o que é Assistência Estudantil (Categoria 1) .....	115
<b>Quadro 9</b> – Concepções dos discentes sobre o que é Assistência Estudantil (Categoria 2) .....	116

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1</b> – Categoria sobre as ações de Assistência Estudantil do IFRO no período da pandemia.....	97
<b>Tabela 2</b> – Demonstrativo de alunos por Curso/Cor/Raça/Etnia.....	103

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE - Assistência Estudantil

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAE - Coordenação de Assistência Estudantil

CEAC - Comissão de Elaboração, Análise e Concessão de Auxílios

CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica

CRA - Coordenação de Registros Acadêmicos

DAE - Diretoria de Assistência ao Estudante

DCNEPTNM - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio

DEPAE - Departamento de Assistência ao Educando

EaD - Educação a Distância

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMI - Ensino Médio Integrado

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ERE - Ensino Remoto Emergencial

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFRO – Instituto Federal de Rondônia

IFs - Institutos Federais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

OMS - Organização Mundial da Saúde

PAE - Políticas de Assistência Estudantil

PAPE - Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO

PBP - Programa Bolsa Permanência

PDI - Plano de desenvolvimento Institucional  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PROAC - Programa de Auxílio Complementar  
PROAP - Programa de Auxílio à Permanência  
PRODEM - Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio  
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino  
PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional  
PROMORE - Programa de Auxílio Moradia  
PROSAPEX - Programa de Atenção à Saúde e apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão  
REPAE - Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil  
RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica  
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
UNE - União Nacional dos Estudantes

## RESUMO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, enquanto política pública educacional, é destinado à democratização do acesso, permanência e êxito de estudantes de baixa renda matriculados em instituições federais de ensino, contemplando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Nesse viés, considerando a avaliação como uma das fases do ciclo das políticas públicas, a presente pesquisa teve o objetivo de avaliar a concepção dos discentes sobre os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo como estes estudantes pensam e refletem sobre a Política de Assistência Estudantil no contexto da pandemia da Covid-19. Assim, foi necessário analisar o aspecto histórico da implantação da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais, tendo como objeto o Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, bem como apontar quais as ações de Assistência Estudantil promovidas pelo Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, que visam à ampliação da garantia de permanência e êxito dos estudantes no período de pandemia da Covid-19. Além disso, identificou-se o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas e não bolsistas do 3º ano dos cursos do Ensino Médio Integrado do IFRO, *Campus* Porto Velho Calama. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação de questionário e entrevista. Através da pesquisa, observou-se que a maioria dos alunos avalia de forma positiva os Programas de Assistência Estudantil disponibilizados pelo IFRO *Campus* Porto Velho Calama no período da pandemia da Covid-19, destacando que os programas e auxílios possibilitam aos estudantes de baixa renda a continuidade nos estudos, além da manutenção destes na instituição. Em relação à divulgação dos Auxílios Estudantis do IFRO no período pandêmico, para 74,42% dos alunos, o IFRO divulgou de forma positiva os Programas de Assistência Estudantil, enquanto para 25,58% dos participantes da pesquisa, não houve ampla divulgação. Nesse sentido, foi desenvolvido um produto educacional intitulado “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”, visando proporcionar a ampliação da divulgação das ações de Assistência Estudantil desenvolvidas na instituição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Estudantil. Ensino Médio Integrado. Pandemia.

## ABSTRACT

The National Student Assistance Program (PNAES), established by Decree No. 7,234, of July 19, 2010, as an educational public policy, is aimed at democratizing access, permanence and success of low-income students enrolled in federal educational institutions, contemplating the Federal Institutes of Education, Science and Technology, considering their specificities, the strategic areas of teaching, research and extension and those that meet the needs identified by its student body. In this bias, considering the evaluation as one of the phases of the cycle of public policies, the present research had the objective of evaluating the conception of the students about the Student Assistance Programs developed at the Federal Institute of Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, comprising how these students think and reflect on the Student Assistance Policy in the context of the Covid-19 pandemic. Thus, it was necessary to analyze the historical aspect of the implementation of the Student Assistance Policy in the Federal Institutes, having as object the Federal Institute of Rondônia, Campus Porto Velho Calama, as well as to point out which actions of Student Assistance promoted by the Federal Institute of Rondônia, Campus Porto Velho Calama, which aim to expand the guarantee of permanence and success of students in the period of the Covid-19 pandemic. In addition, the socioeconomic profile of scholarship and non-scholarship students in the 3rd year of Integrated High School courses at IFRO, Campus Porto Velho Calama, was identified. This is a qualitative research, using bibliographical and documentary research as data collection instruments, in addition to the application of a questionnaire and an interview. Through the research, it was observed that most students positively evaluate the Student Assistance Programs made available by IFRO Campus Porto Velho Calama during the Covid-19 pandemic, highlighting that the programs and aid allow low-income students to continuity in studies, in addition to their maintenance at the institution. Regarding the disclosure of the IFRO Student Aid in the pandemic period, for 74.42% of the students, the IFRO positively disclosed the Student Assistance Programs, while for 25.58% of the research participants, there was no wide dissemination. In this sense, an educational product entitled "IFRO Student Assistance Policy Booklet" was developed, aiming to provide greater dissemination of Student Assistance actions developed at the institution.

Keywords: Student Assistance. Integrated High School. Pandemic.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E SUA CONFIGURAÇÃO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO .....	22
2.1	CONCEPÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA .....	23
2.2	A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL .....	29
2.3	OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19.....	43
2.3.1	BASES CONCEITUAIS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO .....	44
2.3.2	OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA REFLEXÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA .....	51
3	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA....	56
3.1	BREVE HISTÓRICO SOBRE A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	56
3.2	A CONSOLIDAÇÃO DO PNAES NOS INSTITUTOS FEDERAIS .....	66
3.3	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFRO.....	69
3.3.1	AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRO NO PERÍODO PANDÊMICO .....	78
4	METODOLOGIA DA PESQUISA .....	86
4.1	TIPO DE PESQUISA .....	86
4.2	LOCAL DA PESQUISA .....	88
4.3	PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	90
4.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	91
4.5	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS .....	94
5	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	96
5.1	ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESENVOLVIDA NO IFRO, NO PERÍODO PANDÊMICO.....	96
5.2	ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRO .....	100
5.2.1	PERFIL DOS ALUNOS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	101
5.2.2	ASPECTO SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS PARTICIPANTES.....	107
5.2.3	IMPACTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA OS ALUNOS BOLSISTAS E NÃO BOLSISTAS.....	110
5.2.4	PERCEPÇÃO DOS ALUNOS ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRO.....	114
6	PRODUTO EDUCACIONAL .....	124
6.1	ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	125

6.2 APLICAÇÃO E TESTAGEM DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	130
6.3 AVALIAÇÃO DA “CARTILHA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRO” .....	131
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	134
REFERÊNCIAS.....	137
ANEXO A – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO .....	145
ANEXO B – ATA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	147
ANEXO C – DECLARAÇÃO DE NÃO VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS.....	148
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (GESTORES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA CAMPUS PORTO VELHO CALAMA) .....	149
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS GESTORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CAMPUS PORTO VELHO CALAMA.....	151
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ALUNOS MAIORES DE IDADE).....	152
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS DE ESTUDANTES MENORES DE IDADE).....	155
APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA ESTUDANTES MENORES DE IDADE) .....	158
APÊNDICE F– QUESTIONÁRIO ONLINE PARA ESTUDANTES DO TERCEIRO ANO DOS CURSOS DE NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA.....	160
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	164
APÊNDICE H – ENCARTE DO PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRO .....	165
1 DESCRIÇÃO DO PROCESSO OU PRODUTO EDUCACIONAL .....	165
1.1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA.....	165
1.2 OBJETIVOS.....	166
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	166
1.4 MATERIAIS UTILIZADOS.....	167
1.5 FORMAS DE UTILIZAÇÃO.....	167
1.6 IMPACTO SOCIAL .....	167
PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRO .....	168

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, sendo executado por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

As Políticas de Assistência Estudantil (PAE) buscam atender aos estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino, democratizando as condições de permanência e êxito na conclusão dos cursos, minimizando, assim, a desigualdade social e regional. Nesse contexto, nossa hipótese é que as PAEs são mecanismos que contribuem para a viabilidade de igualdade de condições entre os estudantes, visando à melhoria do desempenho acadêmico, bem como ao combate a situações de repetência e evasão.

No início de fevereiro de 2020, o mundo recebeu a notícia sobre a inauguração do hospital Huoshensha na cidade de Whuan, Capital da província de Hubei, na China. Nessa cidade, ocorreu o epicentro de uma pneumonia de causa desconhecida, nomeada mais tarde pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como nova doença de Coronavírus ou COVID-19.

Nesse sentido, para evitar o progressivo contágio do vírus no Brasil, o governo federal publicou a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, mudando, assim, a dinâmica do formato das aulas, sendo necessário que os estudantes se adaptassem ao meio digital, por meio do acesso à internet e equipamentos eletrônicos.

Dessa forma, surgiu a necessidade de obtenção de dados com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a Política de Assistência Estudantil tem auxiliado na permanência dos estudantes do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) no período da pandemia de Covid-19?

Assim, o objetivo da nossa pesquisa é avaliar a concepção dos discentes sobre os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no Instituto Federal de

Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo como estes estudantes pensam e refletem sobre a Política de Assistência Estudantil no contexto da pandemia de Covid-19. Um dos passos a ser realizado para alcançar nosso objetivo geral foi analisar o aspecto histórico da implantação da política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais, tendo como objeto o Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama.

Posteriormente, apontamos as ações de Assistência Estudantil promovidas pelo IFRO, que visam à ampliação da garantia de permanência e êxito dos estudantes no período de pandemia da Covid-19. Também identificamos o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas<sup>1</sup> e não bolsistas do 3º ano dos cursos do Ensino Médio Integrado do IFRO, *Campus* Porto Velho Calama, além do desenvolvimento de uma Cartilha informativa intitulada “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”, que trata sobre os Auxílios Estudantis para os estudantes do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), com base no resultado da pesquisa.

O que impulsionou a realização da pesquisa foi compreender o impacto dos Programas de Assistência Estudantil para a permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal de Rondônia, em tempos de pandemia, tentando compreender se estes programas contribuem para a melhoria do desempenho acadêmico, promovendo uma igualdade de oportunidade entre os estudantes, atendendo, prioritariamente, aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nessa perspectiva, pretende-se contribuir para a ampliação da discussão em torno das ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no IFRO, além de fomentar o debate com os estudantes para verificar se estas ações estão cumprindo a finalidade de ampliar as condições de permanência e conclusão dos cursos com êxito, levantando algumas demandas que possam melhorar a distribuição dos auxílios estudantis.

---

<sup>1</sup> Cabe salientar que os alunos bolsistas e não bolsistas, desta pesquisa, referem-se aos alunos contemplados (ou não) pelos auxílios estudantis disponibilizados através do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Assim, para atingir os objetivos propostos, utilizou-se uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Como fonte de coleta de dados, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação de questionário e entrevista. A pesquisa bibliográfica baseou-se em publicações científicas sobre a temática de Assistência Estudantil desenvolvida nos institutos federais, bem como das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Para uma melhor avaliação da concepção dos discentes sobre a política de assistência estudantil do IFRO, realizou-se a aplicação de um questionário *online*, por meio da plataforma *google forms*, composto por 17 questões fechadas e 06 questões abertas, abordando a temática da Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFRO, com ênfase no período da pandemia de Covid-19.

Visando compreender as ações de assistência estudantil desenvolvida pelo IFRO no período da pandemia de Covid-19, foram realizadas 03 entrevistas com servidores do Departamento de Assistência ao Educando – DEPAE e da Comissão de Elaboração, Análise e Concessão de Auxílios – (CEAC) do IFRO, campus Porto Velho Calama.

A pesquisa é delineada como um estudo de caso, sendo amparada sob um arcabouço teórico composto pelos estudos de autores engajados na discussão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como: Manfredi (2002); Moura (2007); Saviani (2007); Ciavatta (2012); Ramos (2014); Pacheco (2015); Escott (2020); Frigotto (2021), Kuenzer (2022), além de autores que contribuíram com a ampliação da discussão do Serviço Social na área da Educação, especificamente da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino, como: Vasconcelos (2010); Silveira (2012); Correa (2020); Kowalski (2012); Cavalheiro (2013); Oliveira (2016) Souza (2017); Santos (2019); Martins (2020); Medeiros (2020); Sousa e Dias (2020); Antunes (2021) e Silva (2021).

Tendo em vista a necessidade de uma pesquisa mais bem organizada, dividimos o trabalho em cinco capítulos, apresentando-se no primeiro uma reflexão sobre a implementação das políticas públicas, bem como a relação contraditória do Estado com a sociedade com o objetivo de discutir sobre aspectos conceituais e históricos sobre as políticas públicas, além de discorrer sobre a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica e os desafios do ensino médio integrado frente à pandemia de Covid-19.

No segundo capítulo, discutiu-se a trajetória da Assistência Estudantil (AE) nas Instituições Federais de Ensino, que culminou na consolidação do Decreto nº 7.234, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, tendo como objeto o Instituto Federal de Rondônia. Nesse viés, buscou-se evidências que discorressem sobre a implementação do PNAES no IFRO, apresentando as normativas que contribuíram para a consolidação da Política de Assistência Estudantil na instituição. Além disso, foram verificadas as ações de assistência estudantil desenvolvidas durante a pandemia de Covid-19, elencando as principais ações do IFRO no sentido de preservar a manutenção dos estudantes frente ao ensino remoto.

O terceiro capítulo foi elaborado com a finalidade de apresentar o percurso metodológico para atingir os objetivos propostos na pesquisa. O *locus* da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Calama, com sede localizada na Avenida Calama nº 4985, no Bairro Flodoaldo Pontes Pinto.

Cabe destacar que participaram da pesquisa os alunos do terceiro ano dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química, bem como os servidores que participam/participaram da Política de Assistência Estudantil do referido *campus* no período da pandemia de Covid-19.

No quarto capítulo, discutiu-se os resultados da pesquisa. Para tanto, recorreu-se à análise de conteúdo de Bardin (2016), no momento em que necessitamos descrever, sistematizar, organizar e interpretar o conteúdo dos textos e documentos obtidos por meio da pesquisa, em especial dos dados coletados através da entrevista e do questionário.

Assim, na primeira seção do referido capítulo, foi realizada uma análise da percepção dos gestores sobre a Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFRO, no período pandêmico. Em seguida, apresentou-se uma discussão sobre a percepção dos discentes acerca da Política de Assistência Estudantil do IFRO, levantando o perfil e os aspectos socioeconômicos dos participantes da pesquisa, além da verificação do impacto da assistência estudantil para os alunos bolsistas e não bolsistas.

Diante do exposto, a presente dissertação enquadra-se na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visto que esta pesquisa está relacionada com estratégias transversais e interdisciplinares que possibilitam a formação integral e significativa do estudante (IFES, 2018).

## **2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E SUA CONFIGURAÇÃO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO**

Para uma melhor compreensão do impacto da Política de Assistência Estudantil na vida acadêmica dos alunos, precisamos refletir sobre a implementação das políticas públicas, bem como a relação contraditória do Estado com a sociedade. Nesse viés, este capítulo tem o objetivo de discutir sobre aspectos conceituais sobre políticas públicas, além de apresentar os aspectos históricos da trajetória da Educação Profissional e Tecnológica e os desafios do ensino médio integrado frente à pandemia de Covid-19.

Dessa forma, de acordo com Teixeira (2002), entendem-se políticas públicas como princípios norteadores de ações do Estado com o objetivo de responder às demandas dos setores mais vulneráveis da sociedade, ampliando de forma efetiva os direitos de cidadania. Cabe destacar a necessidade da participação efetiva da sociedade na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas.

No âmbito educacional, as políticas públicas contribuem para o acesso, permanência e êxito dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino. Nesse contexto, Pacheco (2015) assegura a Educação Profissional e Tecnológica como política pública, tendo em vista sua contribuição com o progresso socioeconômico local e regional, bem como pelo seu compromisso com o todo social.

Assim, cabe destacar que a educação profissional iniciou como uma medida de caráter assistencialista até sua compreensão como política pública, passando das Escolas de Aprendizes e Artífices para os Liceus Profissionais, e, posteriormente convertidas em Escolas Industriais e Técnicas, transformando-se em Escolas Técnicas, até sua materialização em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), concretizando-se, até o momento, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Por fim, é imprescindível a discussão sobre os impactos da pandemia de Covid-19 para o Ensino Médio Integrado, modalidade de ensino que integra a educação básica à educação profissional. Nesse viés, vamos discutir os desafios que a pandemia impôs aos alunos e professores, bem como a necessidade da implementação de políticas públicas educacionais com a finalidade de auxiliar os

estudantes com a aquisição de equipamentos de informática para a manutenção deles nas aulas em modo remoto.

## **2.1 Concepções de política pública**

Compreende-se que o Estado é o resultado de um processo histórico de concentração de poder que ocorreu na Europa, entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Nas perspectivas de De Oliveira e Spengler (2012), o Estado compõe um reordenamento jurídico, social e político da sociedade com o reconhecimento da cidadania. Portanto, torna-se evidente seu papel de promover políticas públicas que priorizem a convivência dos cidadãos, aprimorando, assim, a participação da sociedade no âmbito político e econômico.

Como bem nos assegura Pereira (2008), não há uma definição factual de Estado, tornando-se um conceito complexo, dinâmico, histórico e relacional, sendo constituído e dividido por interesses diversos e antagônicos, tendo como principal função a administração dos conflitos de interesse e de valores entre os membros de uma sociedade.

Por conseguinte, a autora destaca quatro tipos de arenas e suas respectivas formas de regulação política: arena regulamentadora, na qual o Estado obriga ou proíbe e a coerção é máxima; arena redistributiva, em que o poder público estabelece critérios que dão acesso a vantagens a determinados sujeitos em detrimento de outros; arena distributiva, na qual os governantes retiram de um fundo público constituído com recursos arrecadados da população um montante para atender às necessidades sociais, mantendo um caráter compensatório; arena constitutiva, quando decorrem ações públicas, cuja coerção afeta indiretamente o cidadão.

Dessa forma, a intrínseca relação entre o Estado e a Sociedade é, portanto, complexa e contraditória, e exerce uma relação de dependência. Nesse sentido, "[...] tanto o Estado como a sociedade são partes constitutivas e integrais de um todo contraditório que se publiciza à medida que se torna permeável aos conflitos e às diferenças, assim como à definição negociada de políticas públicas, isto é, de todos" (PEREIRA, 2009, p. 17).

Nesse contexto, as políticas públicas são compreendidas como princípios norteadores de ações do Estado, sendo caracterizadas pela necessidade de sua elaboração, implementação e avaliação serem submetidos ao debate público, com recursos provenientes do fundo público e participação efetiva da sociedade, visando responder às demandas dos setores mais vulneráveis da sociedade, ampliando de forma efetiva os direitos de cidadania (TEIXEIRA, 2002).

Pode-se dizer que há um sentido mais recente atribuído à política pública como sendo as ações do Estado diante às demandas e necessidades sociais da sociedade. Nesse sentido, na concepção de Pereira (2008), a ação pública depende, além da participação do Estado, que a sociedade se faça presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições para exercer o controle sobre a sua própria demanda e sobre os atos da decisão do governo. Fica evidente, diante desse cenário, que a política pública é uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, influenciada pela lógica da coletividade, tendo a sociedade e o Estado desempenhando papéis ativos.

Cabe destacar que a realização plena de uma política pública não implica somente em ação, podendo ser caracterizada também como a não ação de uma autoridade pública em face de uma responsabilidade de sua competência. Nesse sentido, conforme exposto por Howlett e Ramesh (1995) *apud* Pereira (2008), fica claro que, em muitos casos, as omissões do governo são parte de um plano para não contemplar as escolhas públicas, gerando impactos drásticos para a população mais vulnerável que não tem suas demandas atendidas.

Os estudos sobre políticas públicas ocorreram no contexto pós-segunda guerra mundial (1939 a 1945) nos Estados Unidos, passando a constituir uma subárea da ciência política na década de 1950, quando pesquisadores buscaram entender a relação dinâmica entre governos e cidadãos, acarretando um aprofundamento nos estudos sobre questões da justiça, equidade e desenvolvimento social, econômico e político (PEREIRA, 2008; SCHMIDT, 2019).

Conforme explicitado por De Oliveira e Spengler (2012, p. 137):

Normalmente, a política pública é gerada por uma situação de dificuldade ou por algum problema, que chama a atenção do Estado, aqui envolvendo todos os atores de forma ampla, e que é inserida em uma agenda política. Assim, há a formulação da política pública, que é a definição sobre a maneira de solucionar o problema político em pauta e a escolha das alternativas a serem adotadas. A próxima fase é a de implementação da

concretização da formulação, por meio de ações e atividades que materializam as diretrizes, programas e projetos, e está a cargo do aparelho burocrático (administração). E por último, se dá sua avaliação, na qual são analisados os seus resultados, custos e aceitação pelos cidadãos.

Nesse contexto, as autoras deixa clara a necessidade de a sociedade participar ativamente da gestão das políticas públicas, desde a descoberta dos problemas sociais à avaliação das ações desenvolvidas pelo Estado. Dessa maneira, percebe-se que a implementação de política pública é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, tornando-se uma ponte para a promoção da cidadania, uma vez que afeta diretamente a vida da população mais vulnerável da sociedade.

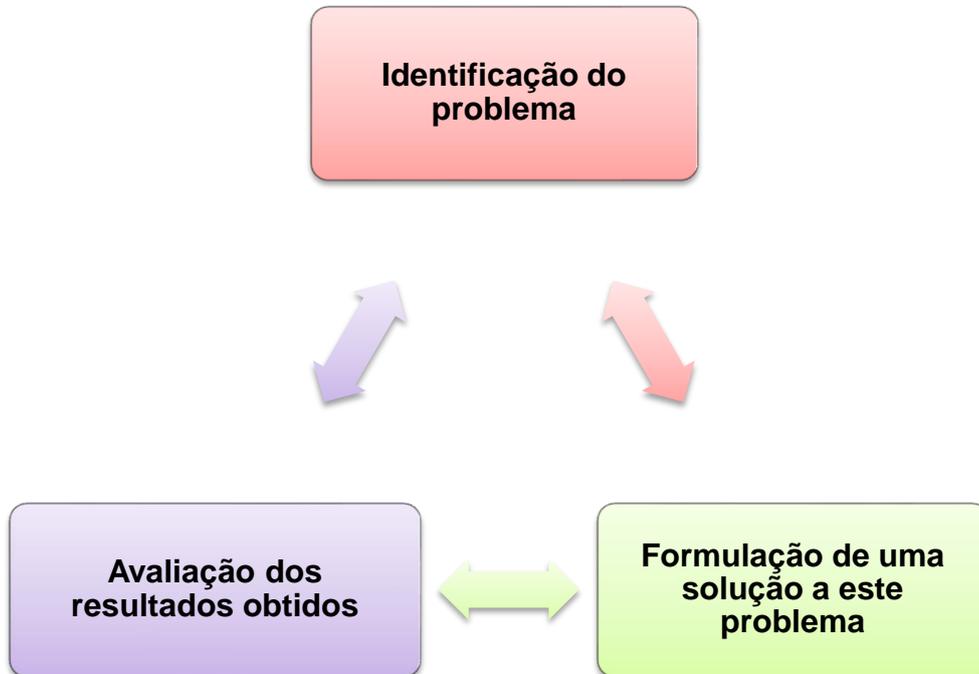
Em sua pesquisa, Schmidt (2019) apresenta a teoria dos ciclos que consiste na descrição de cinco fases que facilitam o entendimento de como uma política surge e se desenvolve, conforme podemos observar abaixo:

- Fase 1 – a percepção e definição do problema: tornam-se visíveis as situações problemáticas que afetam o conjunto ou segmento da população;
- Fase 2 – a inserção do problema na agenda política: elencam-se problemas e assuntos que chamem atenção do governo e dos cidadãos;
- Fase 3 – a formulação: nesta etapa é definida a maneira de solucionar o problema político, buscando alternativas para que a demanda seja atendida;
- Fase 4 – a implementação: a implementação é a fase da execução, da concretização do que foi planejado na etapa da formulação; e
- Fase 5 – a avaliação: última fase em que consiste na reflexão da implementação e pode determinar o prosseguimento, a mudança ou a cessação da política.

O autor, no entanto, deixa claro que na literatura há variantes acerca do número e denominação das fases, explicando que o sentido geral não se altera com as unificações e desdobramentos das fases das políticas públicas, mantendo a base na identificação do problema, formulação de uma solução a este problema e

avaliação dos resultados obtidos para solucionar a demanda, conforme sintetizado na Figura 1 abaixo:

**Figura 1 – Ciclos das Políticas Públicas**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023), baseado em Schmidt (2019).

Dessa forma, percebe-se que, em seu aspecto conceitual, há um rol diversificado para definir as políticas públicas; porém, podemos constatar que a concretização das políticas públicas inicia com um problema político (públicos ou coletivos) que atinge a sociedade de forma geral, ou segmentos específicos, fazendo com que o Estado formule ações de intervenção para sanar essas demandas sociais.

Segundo Teixeira (2002), a concepção das políticas públicas muda de acordo com a orientação política. Para o autor, o governo com uma visão liberal se opõe a uma universalização das políticas sociais, considerando que essa ala entende que as desigualdades sociais são um reflexo do resultado das decisões individuais, sendo favoráveis à diminuição do Estado nas questões econômicas.

Nesse contexto, o autor reforça que o governo com uma visão social-democrata pregam os benefícios sociais como medidas de proteção aos mais vulneráveis, como compensação aos desajustes da supremacia do capital, assegurando, mediante o fundo público, políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento de programas sociais.

Tendo em vista este cenário de relação contraditória, Behring (2009) pontua que o movimento organizado da classe trabalhadora, reivindicando por necessidades básicas, concernente à assistência social, saúde, educação, segurança, habitação, entre outras, fez com que o Estado atuasse na formulação de ações na perspectiva de garantia de direitos sociais, dando lugar, assim, à implementação de políticas sociais no campo das políticas públicas.

Para Pereira (2008), a instauração dos direitos sociais deixou evidente a tensão entre princípios liberais e social-democratas, sendo que a prevalência destes direitos fragmentou a ideologia liberal, a qual está relacionada com as liberdades individuais, impondo, dessa forma, restrições ao gasto social.

Assim, em meio à contenção dos gastos sociais, Behring (2009) discorre sobre a importância da luta de classe em face de uma política social. Conforme exposto pela autora,

A luta no terreno do Estado – espaço contraditório, mas com hegemonia do capital – requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica. Constata-se que a política social – que atende às necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos se trata de uma questão de sobrevivência – configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho. (BEHRING, 2009, p. 20).

A autora ainda discorre que, com a desresponsabilização ou mínima intervenção do Estado na economia, ocasionada pelo avanço do neoliberalismo, a política social adquire características focalizadas, reduzida à dimensão assistencial. Nesse sentido, conforme exposto por Cardoso e Lopes (2009), o sistema neoliberal reduz as políticas sociais a práticas assistencialistas. Segundo os autores,

A política neoliberal privilegia a mercantilização das políticas sociais, transferindo para o setor privado as obrigações do Estado quanto às políticas públicas, em detrimento do atendimento às necessidades como direito; e investe na cooptação das organizações e lutas da classe trabalhadora por meio da intensificação de programas eminentemente assistencialistas, mas que atendem, mesmo precariamente, às necessidades prementes das classes subalternas. (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 10).

Dessa forma, a política social no neoliberalismo, que impõe restrição aos gastos públicos, representa, dentre outros fatores, a desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado.

Assim, Teixeira (2012) argumenta que, com o avanço do neoliberalismo, o caráter das políticas se modifica. Para o autor, uma política pública se caracteriza pela intervenção do Estado em várias áreas de atuação dos indivíduos, porém, na perspectiva do neoliberalismo, o equilíbrio social é resultante do livre funcionamento do mercado, com um mínimo de ação do Estado.

Nesse viés, um estado mínimo para os trabalhadores agrava os problemas sociais da população. Na visão de Behring (2009),

As políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados. Esse processo é mais intensivo na periferia do capitalismo, considerando os caminhos da política econômica e das relações sociais delineados no item anterior, bastando observar a obstaculização do conceito constitucional de seguridade social no Brasil. (BEHRING, 2009, p. 9).

Nesse contexto, a política social se apresenta de forma contraditória, atendendo às necessidades do capital e do trabalho, estando situada num terreno de luta de classes, defendendo uma condição digna de existência em detrimento ao sistema capitalista.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a política social passou a ser de responsabilidade do Estado e direito do cidadão. O dispositivo legal apresentou um capítulo que trata da ordem social, dispondo sobre as políticas públicas com o objetivo de regular as relações sociais e atender às necessidades da população, em especial as da classe trabalhadora, que não têm condições de satisfazer suas próprias necessidades.

Dessa forma, a participação da população foi essencial para a discussão sobre a necessidade de um sistema de proteção social que assegurasse o direito da classe trabalhadora. Assim, Bravo (2009) defende que a mobilização da sociedade civil foi fundamental para o processo de constituição e promulgação da Constituição Federal de 1988. Para a autora, o mecanismo de controle democrático

[...] introduziu avanços que buscaram corrigir as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente, mas incapaz de universalizar direitos tendo em

vista a longa tradição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes. (BRAVO, 2009, p. 2).

Portanto, fica clara a necessidade de a classe trabalhadora massificar sua organização política, construindo alianças sociais em torno de um projeto de resistência a essas tendências de privatização e disponibilização de política social focalizada, além de lutar pela defesa intransigente de políticas sociais que visam à garantia do bem-estar da população. A seguir será apresentado um breve histórico da educação no Brasil com a finalidade de contextualizar a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica.

## **2.2 A trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil**

Pode-se dizer que por meio dos povos indígenas existentes no Brasil, durante o período colonial, desenvolveram-se as primeiras práticas de educação profissional que integravam (e ainda integram) "saberes" e "fazeres", mediante o exercício de múltiplas atividades da vida em comunidade. Nesse sentido, cabe destacar que os colégios e residências dos Jesuítas foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as "escolas-oficinas" de formação de artesãos e demais ofícios (MANFREDI, 2002).

Nesse contexto, para Medeiros (2020),

[...] o que se conhece hoje como educação profissional foi se constituindo, marcada por uma ideia de educação, voltada para as classes menos favorecidas da sociedade, por isso possui na sua essência um caráter assistencialista marcado pela participação da igreja. (MEDEIROS, 2020, p. 35-36).

Assim, a história da educação profissional no Brasil está marcada pela dualidade estrutural da educação brasileira, na qual, até o século XIX, era ofertada uma educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes, enquanto à classe trabalhadora esse direito lhes era negado (MOURA, 2007; RAMOS, 2014).

Pode-se considerar que o início da educação profissional no Brasil materializou-se com criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, em 1809, haja vista ter sido a primeira notícia de um esforço

governamental em direção à regulamentação da educação profissional (BRASIL, 1999, Parecer CNE/CEB nº 16/99).

Um ano antes, em 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o Brasil passou a sede do Reino, deixando de ser colônia. Nesse sentido, ocorreram transformações econômicas e políticas consideráveis, como a fundação das primeiras instituições públicas de ensino superior (MANFREDI, 2002).

Nesse contexto, para Manfredi (2002), fica evidente que, paralelo à construção do sistema escolar público, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino separado do secundário e superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

Assim, como bem nos assegura Escott (2020),

Esse foi o início de um processo de criação de muitas escolas, na maioria privadas, com a ampliação da oferta de cursos voltados ao ensino das primeiras letras e à iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, entre outros, para atender às crianças pobres e órfãs. Nessa perspectiva, a educação profissional brasileira se desenvolve com um caráter assistencialista, tendo como propósito atender aos pobres e aos órfãos desprovidos da sorte, em condições sociais e econômicas não favoráveis. (ESCOTT, 2020, p. 4).

Cabe destacar, nesse período, a criação, por parte da sociedade civil, dos liceus de artes e ofícios que funcionavam como escolas do ensino primário, tendo o objetivo de desenvolver o estudo das artes e sua aplicação aos ofícios e indústrias, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes.

Nessa perspectiva, Ramos (2014) problematiza a ampliação da educação profissional no Brasil, apresentando em sua gênese um caráter assistencialista com o objetivo de atender à população que não tinha condições sociais satisfatórias, para que não praticassem atos contra as ordens dos bons costumes. Cabe destacar que as ações da iniciativa privada no campo da educação profissional é uma marca desse período, deixando em evidência a ausência do Estado no que concerne a estas questões. Assim, a autora evidencia que:

[...] ao longo do século XIX foram criadas várias instituições, predominantemente no âmbito da sociedade civil, voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados, dentre essas, os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos. (RAMOS, 2014, p. 24-25).

Dessa forma, fica explícito o dualismo existente no início da educação profissional no Brasil, na qual é perceptível a intenção de uma formação em que as crianças pobres e órfãs, filhos da classe trabalhadora, são formadas para o trabalho manual, enquanto os filhos da elite têm acesso ao trabalho intelectual.

É interessante, pois, compreender que, numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (indígenas e africanos), essa característica afetava todas as atividades que exigiam esforço físico, enraizando, dessa forma, um preconceito contra o trabalho manual, inclusive daqueles que eram socialmente próximos dos escravos, os mestiços e brancos pobres (CUNHA, 2000 *apud* MANFREDI, 2002).

Em relação a esse período, Moura (2007) destaca a criação da Escola de Belas Artes, em 1816, que tinha o objetivo de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios a serem realizados nas oficinas mecânicas, além da criação do Instituto Comercial no Rio de Janeiro, para ter pessoal capacitado para o preenchimento de cargos públicos nas secretarias de Estado, em 1861. Já nos anos 1940 do século XIX, ocorreu a construção de dez Casas de Educandos e Artífices em capitais brasileiras, sendo a primeira em Belém do Pará. Em 1854, aconteceu também a criação de estabelecimentos especiais para menores abandonados, chamados de Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, que ensinavam as primeiras letras e encaminhavam os egressos para oficinas públicas e particulares, através do Juizado de Órfãos.

De acordo com Manfredi (2002), as práticas educativas promovidas pelo Estado e sociedade civil, durante o império, refletem concepções distintas, mas complementares, que vão desde ações assistencialistas e compensatórias à legitimação da dignidade da pobreza. A autora reforça que

Ideológica e politicamente, tais iniciativas constituem mecanismos de disciplinamento dos setores populares, no sentido de conter ações insurrecionais contra a ordem vigente e legitimar a estrutura social excludente herdada do período colonial. (MANFREDI, 2002, p. 78).

No início do século XX, como bem nos assegura Ramos (2014), inicia-se a preparação de operários para o exercício profissional, mediante um esforço público, modificando a preocupação nitidamente assistencialista. Nesse sentido, Moura

(2007) ressalta que, em 1906, o ensino profissional foi atribuído ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, buscando a consolidação de uma política de incentivo e preparação de ofícios dentro destes três ramos da economia.

Em 1909, o presidente Nilo Peçanha, do Partido Republicano Fluminense (PRF), através do Decreto nº 7.566, materializa a criação de 19 escolas de artes e ofícios em diferentes unidades da federação. Assim, o estado brasileiro assume a educação profissional com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas “aos pobres e humildes”, sendo estas as precursoras das escolas técnicas e, posteriormente, nos CEFETS.

As Escolas de Aprendizes e Artífices foram inauguradas a partir de 1º de janeiro de 1910 com a criação da Escola de Aprendizes Artífice de Mato Grosso, finalizando as 19 em 1º de outubro de 1910 com a inauguração da Escola de Aprendizes Artífice do Amazonas, sendo instaladas em todo território nacional, conforme exposto no Quadro 1 a seguir.

**Quadro 1 – Inauguração das Escolas de Aprendizes e Artífices**

<b>Instituição</b>	<b>Data de inauguração</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice de Mato Grosso</b>	<b>01/01/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice do Piauí</b>	<b>01/01/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice de Goiás</b>	<b>01/01/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice do Rio Grande do Norte</b>	<b>03/01/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice da Paraíba</b>	<b>06/01/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice do Maranhão</b>	<b>16/01/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice do Paraná</b>	<b>16/01/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice de Alagoas</b>	<b>21/01/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice de Campo RJ</b>	<b>23/01/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice de Pernambuco</b>	<b>16/02/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice do Espírito Santo</b>	<b>24/02/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice de São Paulo</b>	<b>24/02/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice de Sergipe</b>	<b>01/05/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice do Ceará</b>	<b>24/05/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice da Bahia</b>	<b>02/06/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice do Pará</b>	<b>01/08/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice de Santa Catarina</b>	<b>01/09/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice de Minas Gerais</b>	<b>08/09/1910</b>
<b>Escola de Aprendizes Artífice do Amazonas</b>	<b>01/10/1910</b>

Fonte: SOARES (1982, p.59-60) apud KUNZE (2009, p. 19).

Nesse contexto, Moura (2007) evidencia que a criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola redimensionou a educação profissional no

país, ampliando os horizontes e atendendo à necessidade dos empreendimentos no campo da agricultura e da indústria.

Na perspectiva de Manfredi (2002), as Escolas de Aprendizizes Artífices oferecia os ofícios de marcenaria, de alfaiataria e de sapataria, mais artesanais do que manufaturados, revelando a distância entre os industrialistas e a realidade diversa de sua vinculação com o trabalho fabril. A autora destaca que:

A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contra-mestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da Federação em que a escola funcionasse, consultando, quando possível, as especialidades das indústrias locais. (MANFREDI, 2002, p. 83-84).

Pode-se dizer que as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por grandes transformações políticas, econômicas e pela continuidade do dualismo estrutural existente na educação brasileira, levando os dirigentes a posicionarem-se sobre a temática que envolve a educação nacional. Nesse contexto, fica claro que, para Escott (2020), a modernização e o crescimento do processo de industrialização desencadearam mudanças nas relações de produção. Fica evidente, diante desse cenário, que esse movimento acabou por acentuar a dualidade entre as formações intelectual e instrumental, ampliando número de escolas e oferta de cursos destinados à formação profissional.

De acordo com Moura (2007), o processo de industrialização, desencadeado nesse período, exigia um quantitativo de profissionais mais especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Assim, com o advento da Constituição Federal de 1937, instituíram-se as “escolas vocacionais e pré-vocacionais”, conceituadas como escolas para os pobres, destinadas a preparar os filhos dos operários para os ofícios, devendo ser desenvolvidos com a colaboração dos sindicatos e das indústrias.

Nesse sentido, cabe destacar a organização dos trabalhadores que, diante um cenário de precariedade ocasionado pelo desenvolvimento industrial capitalista, promoveram diversas reivindicações por meio de movimentos grevistas que se espalharam pelos principais centros industriais (MANFREDI, 2002).

Diante de tal contexto, pode-se observar que a mudança do cenário político e econômico do país ampliou a demanda por mão-de-obra qualificada para exercer o

trabalho fabril, considerando que "é nesse momento que no Brasil se fortalece a nova burguesia industrial em substituição às oligarquias cafeeiras, profundamente afetadas pela crise da agricultura do café dos anos 20 e do crash da bolsa de Nova Iorque, em 1929" (MOURA, 2007, p. 8).

De acordo com Ramos (2014, p. 25-26),

Nesse período, a formação dos trabalhadores é tratada como uma necessidade da expansão industrial, porém, à parte da política educacional. Na reforma educacional implementada por Francisco Campos em 1931, cuja normatividade é consagrada pela Constituição de 1934, o governo federal compromete-se com o ensino secundário, dando-lhe conteúdo e seriação própria. Porém, o caráter enciclopédico dos currículos manteve a característica elitista desse ensino, enquanto os ramos profissionais foram ignorados, criando-se dois sistemas independentes. Ainda que se tenha regulamentado o ensino profissional comercial, nenhuma relação entre eles foi estabelecida. No momento em que a ideologia do desenvolvimento começava a ocupar espaço na vida econômica e política do país, sequer houve qualquer preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando-se o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional. (RAMOS, 2014, p. 25-26).

Conforme mencionado acima, a autora deixa clara a manutenção do ensino dual, sendo que a formação dos trabalhadores foi incentivada pela expansão industrial, enquanto para a classe elitizada tinha acesso ao ensino superior, mantendo dois sistemas independentes.

A década de 40, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), trouxe a necessidade de um posicionamento mais efetivo das camadas dirigentes com relação à educação nacional, sendo promulgados diversos Decretos-Leis visando normatizar a estrutura educacional brasileira. Moura (2007) afirma que estes conjuntos de decretos ficaram conhecidos como Leis Orgânicas da Educação Nacional (1942), a Reforma Capanema, em função do então ministro da educação, Gustavo Capanema.

O autor ainda aponta os principais decretos, conforme a seguir: Decreto nº 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal; e Decreto nº 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Assim, Escott e Moraes (2012) destacam, nesse período de promulgação dos decretos da Reforma Capanema, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que deu origem ao atual Sistema "S"; e o SENAC, Decretos-leis nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que deram sequência à constituição do Sistema "S". Para as autoras, estes sistemas privados de educação profissional agiam em conjunto com as iniciativas públicas, visando atender às demandas oriundas da divisão social e técnica do trabalho organizado sob a égide do paradigma taylorista-fordista.

Como bem nos assegura Manfredi (2002), fica evidente que as entidades do Sistema "S", à época principais agências de educação profissional, foram construídas segundo a ótica e necessidades empresariais, sendo mantidas como sistema paralelo, com notáveis períodos de expansão, mediante a ascensão dos militares ao poder, a partir de 1964.

Dessa forma, nota-se que a criação dos Sistemas "S" evidencia uma opção governamental em repassar à iniciativa privada a incumbência da preparação para o trabalho manual, formando mão-de-obra para o mundo produtivo. Cabe destacar o desinteresse do governo em tomar para si a responsabilidade da educação profissional, evidenciado pela tardia regulamentação de leis que amparem esta modalidade de ensino.

O início da década de 1960 marcou o fim do Estado Novo e início da redemocratização. Nesse período, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 4.024/61. Para Escott (2020), a LDB, apesar de trazer significativas mudanças para a educação profissional, manteve a existência de duas modalidades distintas de ensino, não rompendo com o dualismo estrutural ainda existente na educação brasileira.

Na perspectiva de Moura (2007), a primeira LDB refletiu as contradições da sociedade em geral e da esfera educacional em particular, considerando que esse período foi marcado pela polarização de interesses entre os setores populares e populistas, que buscavam maior participação econômica e na política e a extensão da rede escolar gratuita (primário e secundário), além da equivalência entre ensino médio propedêutico e profissionalizante, bem como os setores vinculados às classes hegemônicas, cujos interesses estavam na redução da ação da sociedade política

sobre a escola, defendendo que a educação fosse ministrada predominantemente em escolas privadas. Para o autor,

[...] a primeira LDB envolve todos os níveis e modalidades acadêmica e profissional de ensino e, por um lado, proporciona a liberdade de atuação da iniciativa privada no domínio educacional, mas, por outro, dá plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível sem a necessidade de exames e provas de conhecimento visando à equiparação. (MOURA, 2007, p. 11).

Fica claro, diante desse quadro, um projeto de disputa em torno do sistema educacional brasileiro, sendo evidenciado através da discussão em torno da primeira LDB. Assim, depreendemos que a promulgação da LDB não alterou a forma dual de ensino no sistema educacional brasileiro, tendo em vista a perceptível influência da classe hegemônica à época; porém, ela possibilitou a equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos.

Dessa forma, conforme observado por Manfredi (2002), fica evidente que a educação profissional é um campo de disputa entre diferentes segmentos e grupos que compõem uma sociedade, desnudando, sobre a égide do capitalismo, projetos societários antagônicos, com perspectivas e concepções diferentes. Para a autora,

Entre as diversas concepções, há desde as que consideram a Educação Profissional numa perspectiva compensatória e assistencialista, como uma forma de educação para os pobres, até aquelas centradas na racionalidade técnico-instrumental, as quais postulam uma formação voltada para a satisfação das mudanças e inovações do sistema produtivo e dos ditames do atual modelo econômico de desenvolvimento brasileiro, além de outras orientadas pela ideia de uma educação tecnológica, numa perspectiva de formação dos trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos. Esta orientação possibilita a vinculação entre a formação técnica e uma sólida base científica, numa perspectiva social e histórico-crítica, integrando a formação para o trabalho à formação de nível médio. (MANFREDI, 2002, p. 57).

Nesse mesmo sentido, a autora expõe haver concepções que entendem a formação para o trabalho como uma das dimensões educativas para o processo de formação humana, tendo a educação profissional como direito social, incorporando-se a projetos de escolarização de nível fundamental e médio dirigidos aos jovens e adultos pertencentes aos grupos populares.

O ano de 1971, ainda sob a égide do governo militar, trouxe uma grande reforma na educação básica, através da Lei nº 5.692/1971 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, uma atualização da LDB anterior, que surgiu a partir de

uma tentativa de estruturar a educação de nível médio brasileira como sendo profissionalizante para todos. Nesse contexto, "a educação aparece como a grande alavancadora do desenvolvimento, sendo utilizada como meio de inculcação da ideologia do governo autoritário" (MOURA, 2007, p. 11).

Como bem nos assegura Escott (2020),

Nesse novo e polêmico cenário instituído pela LDB de 1971, destaca-se o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau, imposto por um governo militar cujo apelo era o necessário atendimento à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização. Nessa perspectiva, também havia uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. Nesse cenário, caracterizado historicamente como o milagre brasileiro, havia, também, o interesse do governo no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização subalterna e, para tanto, era necessária a formação de mão de obra qualificada com técnicos de nível médio com formação técnica profissionalizante. Essa formação, segundo o discurso oficial, era a garantia para a inserção no mercado de trabalho, cujo crescente desenvolvimento industrial era marcado pela intensificação da internacionalização do capital. (ESCOTT, 2020, p. 7).

Dessa forma, conforme verificado acima, 10 anos após a publicação da primeira LDB, o governo militar regulamentou uma nova normatização visando alcançar seu projeto desenvolvimentista, alicerçado no endividamento externo, com a intenção de financiar uma nova fase da industrialização, considerando a necessidade de qualificação de mão-de-obra para realizar tal crescimento.

De acordo com Moura (2007), a intenção de eliminar a dualidade do sistema educacional, que tornou compulsória a profissionalização ao nível do 2º grau, última etapa da educação básica, conforme exposto pela nova LDB (5.692/71), não surtiu efeitos positivos, tendo em vista que a medida se restringiu ao âmbito público, sendo que as escolas privadas continuavam com os currículos propedêuticos voltados para o atendimento às elites.

Nesse contexto, como bem nos assegura Escott (2020), a modalidade de educação geral é reestabelecida através da Lei nº 7046/82, tendo em vista a não concretização do milagre econômico nos moldes prometidos pelo governo militar. Dessa forma, retorna-se ao modo anterior a 1971, com escolas propedêuticas para as elites e profissionalizante para os trabalhadores.

Em 1978, por meio da Lei nº 6545/78, ocorreu a transformação de três escolas técnicas federais (Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro) em Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), oferecendo cursos de qualificação

profissional, graduação e pós-graduação. Nas perspectivas de Ramos (2014), esse projeto dos CEFETs foi implementado mediante um contrato de empréstimo internacional, instituído pelo PRODEM I (Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio), sendo elaborado por comissões com a participação de brasileiros e americanos. A autora ainda destaca que a formação de professores brasileiros para esse projeto ocorreu por meio de um mestrado na Universidade Estadual de Oklahoma, Estados Unidos.

Os anos 1990 são marcados por uma política neoliberal fortalecida pelos ideais defendidos pelo governo Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). No âmbito da educação profissional, o governo desenvolveu ações voltadas para a qualificação e a requalificação profissional. Nessa perspectiva, para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012),

Esse ideário teve nas noções de “empregabilidade” e “competências” um importante aporte ideológico, justificado, entre outras iniciativas, projetos fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios de flexibilidade dos currículos e da própria formação. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS; 2012, p. 38).

Dessa forma, nesse período, pode-se constatar uma elevada demanda por mão de obra qualificada, fazendo com que o governo priorizasse a formação de profissionais de forma fragmentada e aligeirada para atender à demanda do mercado de trabalho.

No ano de 1996, entra em vigor a Lei nº 9.394/96, que dispõe sobre a Educação Profissional e Tecnológica num capítulo próprio. A nova LDB estabelece dois níveis escolares para a educação escolas, a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e a educação superior. Assim, a educação profissional não aparece como nível de ensino, sendo considerada uma modalidade de ensino, consolidando "mais uma vez, a dualidade entre o ensino médio e a educação profissional" (MOURA, 2007, p. 15).

Os anos 2000 foram marcados por uma ampliação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT). Como bem nos assegura Pacheco (2015), desde 2003, início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2011), do Partido dos Trabalhadores (PT), o governo federal abriu oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora,

por intermédio da implementação de importantes políticas públicas na área educacional que se contrapõe às concepções neoliberais.

Pacheco (2015, p. 7) destaca ainda as seguintes medidas como possibilidade de ampliação do acesso à educação e a permanência e aprendizagem no sistema educacional:

- A disponibilização de quatro bilhões de reais na educação pública, financiando da educação infantil ao ensino médio, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
- No ensino superior, a consolidação do Programa Universidade para Todos (ProUni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa de cursos superiores a distância, criou mais 60 mil vagas públicas, além disso, a implantação de mais de uma dezena de novos campi universitários e quatro novas universidades amplia em milhares as vagas públicas nas universidades brasileiras.
- Na educação profissional e tecnológica (EPT), a instalação, entre 2003 e 2010, de 214 novas escolas vem ampliar a Rede Federal na perspectiva de colaboração com os demais sistemas de ensino para fortalecimento da oferta de EPT e, ao mesmo tempo, encaminha-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Na perspectiva de Escott (2020), esse período de grandes reformas e expansão da educação profissional e tecnológica, a partir de 2003, foi marcado pela defesa de um projeto estratégico que visa a construção da cidadania para uma melhor inserção dos jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, frente às grandes transformações tecnológicas.

Na concepção da autora (p. 9),

O que se colocava, nesse momento de definição de novos rumos da EPT, é o compromisso por um projeto educacional alicerçado no comprometimento com o trabalho como princípio educativo e compreendido no contexto histórico, cultural, científico e tecnológico construído pela sociedade. Nesse sentido, a proposta de educação profissional e tecnológica foi concebida como um processo de construção social que, simultaneamente, qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas e ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, considerado nas relações sócio-históricas e culturais de poder. Nesse novo projeto, a educação, portanto, fica definida como um mediador que relaciona os processos de construção do conhecimento com a estrutura material da sociedade, com a intencionalidade de superar o erro historicamente dado de transformar a educação em mercadoria e de considerar a educação profissional e tecnológica como adestramento ou treinamento. (ESCOTT, 2020, p. 9).

Conforme mencionado acima, a autora destaca como possibilidade de superação da dualidade estrutural existente no âmbito educacional ao longo dos

anos, o trabalho como princípio educativo, alicerçado a partir da relação entre ensino técnico e científico, articulado ao trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Com a promulgação da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, que tinha o objetivo de ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional.

Segundo o site do MEC<sup>2</sup>, o projeto teve a intenção de ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica no país, através da melhoria da distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino. Nesse contexto, o plano de expansão ficou marcado por três fases:

**Plano de Expansão – Fase I** – A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior.

**Plano de Expansão – Fase II** – Em sua segunda fase, iniciada em 2007, a Setec/MEC estabelece como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

**Plano de Expansão – Fase III** – Sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. (MEC, 2009).

Conforme exposto por Santos (2018), por meio de dados extraídos da prestação de contas da Presidência da República, durante as três fases previstas

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 31/01/2023.

para a implantação da política de expansão da RFEPC, foram construídas 422 unidades, totalizando 562 campi vinculados aos Institutos Federais (somadas às 144 escolas que já existiam). De acordo com o autor, na primeira e segunda fase, ocorrida durante na gestão de Lula, foram construídas um total de 214 escolas. Enquanto na terceira fase, período no qual esteve à frente do Executivo a Presidenta Dilma Rousseff, inauguraram-se 208 escolas.

Após longos debates, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no âmbito do Ministério da Educação, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

Nesse sentido, como bem nos assegura Pacheco:

[...] o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (PACHECO, 2010, p.16).

Por conseguinte, em 23 de setembro de 2009, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica completou 100 anos. Nesse contexto, o MEC realizou alguns eventos em comemoração à data comemorativa, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (23 a 27 de novembro de 2009); Exposição Fotográfica Itinerante; Jogos Estudantis da Rede Federal; Festival de Arte e Cultura da Rede Federal, além da Publicação do Livro históricos-documental, do Foto biografia da Rede e História do Ensino Agrícola (MEC, 2009).

A partir de 2016, ano que houve um golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), assumindo o governo federal, seu vice, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os investimentos para a ampliação e melhoria da educação brasileira ficaram cada vez mais escassos, ocasionando uma estagnação na ampliação dos IFs. O governo adotou um discurso

da necessidade de cortes orçamentários para equilíbrio fiscal já no início de seu mandato. Na perspectiva de Frigotto (2021),

Com efeito, no quarto mês do governo golpista de Michel Temer aprovou-se a Emenda Constitucional 95/2016 que congela o teto do gasto público por vinte anos. Vale dizer, congela-se a esfera dos direitos universais. Com seis meses do golpe, efetivou-se o congelamento do futuro para a grande maioria dos jovens brasileiros, mediante a contrarreforma do ensino médio (Lei 13.415 de 16.2.2017). Esta liquida o sentido e o direito da educação básica, mediante os itinerários formativos onde, na prática, a maioria será encurralada para a educação técnica e profissional descaracterizadas (itinerário 5). Serão gerações mutiladas em sua formação e despreparadas para a cidadania consciente e para o processo produtivo sob a atual base científico técnica. E esta negação nos condena a continuarmos um país gigante com pés de barro. (FRIGOTTO, 2021, p. 126).

Nesse sentido, o sistema educacional brasileiro ficou ainda mais precarizado com a vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), em 2018. O ex-militar e aberto apoiador da ditadura militar de 1964, desde sua posse, apresentou “um discurso economicamente ultraneoliberal<sup>3</sup> e politicamente opositor de direitos de minorias, liberdades democráticas e da organização dos trabalhadores” (CISLAGHI *et al.*; 2019, p. 2).

Frigotto (2021) expõe que o totalitarismo econômico amparado pelo conservadorismo das forças sociais que sustentavam o projeto do governo Bolsonaro teve impactos degradantes para os Institutos Federais, tendo no ódio aos adversários e ao pensamento divergente a materialização das ações do governo até então. O autor ressalta que:

À venda do patrimônio público, que anula o futuro, somam-se: a militarização das escolas, a intervenção na autonomia universitária e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a censura ao campo cultural e educacional e a política do livro didático oficial orientado pelo moralismo e pelo fundamentalismo político e religioso. (FRIGOTTO, 2021, p. 127).

---

<sup>3</sup> Na perspectiva de Frigotto (2021), “Para o ultraliberalismo mercantil o que se construiu no passado, tanto de patrimônio público, quanto de direitos, tem que ser apagado. Do mesmo modo não há perspectiva de futuro. O que conta é o tempo presente do impulso mercantil para o qual tudo pode ser privatizado”.

Em síntese, podemos perceber que a educação profissional iniciou como uma medida de caráter assistencialista até sua compreensão como política pública, passando das Escolas de Aprendizes e Artífices para os Liceus Profissionais, sendo que posteriormente foram convertidas em Escolas Industriais e Técnicas, transformando-se em Escolas Técnicas, até sua materialização em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), concretizando-se nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com uma visão baseada “na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual” (PACHECO, 2010, p. 15).

Adiante, discorreremos sobre os desafios do Ensino Médio integrado, objeto do nosso estudo, frente à pandemia de Covid-19, compreendendo os aspectos históricos e conceituais, bem como os impactos da pandemia para este, o Ensino Médio, que é a última etapa da educação básica.

### **2.3 Os desafios do Ensino Médio Integrado frente à pandemia de Covid-19**

Para uma melhor reflexão sobre os desafios impostos ao Ensino Médio Integrado (EMI) no período da pandemia de Covid-19, precisamos dialogar sobre os aspectos históricos e conceituais intrínsecos a ele, que é a última etapa da educação básica.

Assim, compreende-se que os termos “Ensino integrado, politecnia, educação omnilateral” são complementares entre si, pertencentes ao mesmo universo de ações educativas quando se refere ao ensino médio e educação profissional, estando pautados numa direção de educação profissional e tecnológica que busque uma formação plena e emancipadora da classe trabalhadora.

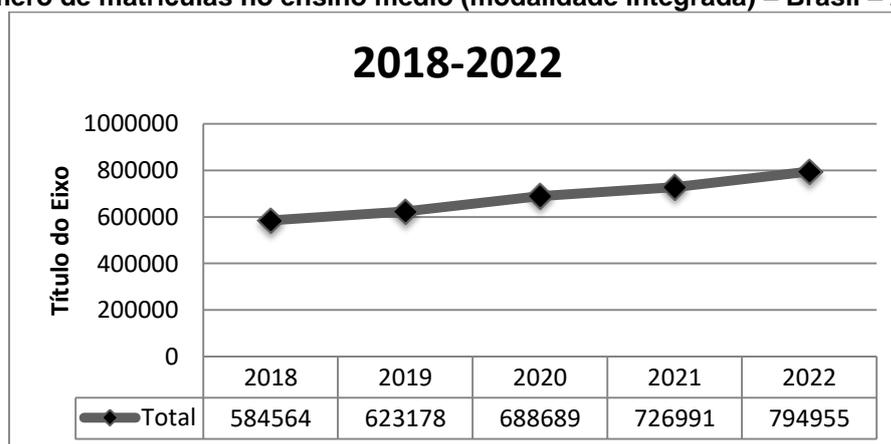
Dessa forma, são apresentados os impactos da pandemia de Covid-19 para o Ensino Médio Integrado. Nesse contexto, vamos discutir os desafios que a pandemia impôs aos alunos e professores, bem como a necessidade dos Institutos Federais disponibilizarem auxílios estudantis com a finalidade de comprar equipamentos de informática e internet para os alunos participarem das aulas no formato remoto.

### 2.3.1 Bases conceituais do Ensino Médio Integrado

O Ensino Médio Integrado (EMI), modalidade de ensino que integra a educação básica à educação profissional, pretende possibilitar a integração de uma formação científico-tecnológica ao conhecimento histórico social, permitindo uma compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais e políticos, em contraposição ao ensino dual, fragmentado e aligeirado do atual sistema produtivo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS; 2012).

De acordo com o Censo Escolar (INEP, 2022), foram registradas 7,9 milhões de matrículas no ensino médio em 2022, representando um aumento de 1,2% quando comparado a 2021. Esse crescimento estabelece uma tendência de aumento nas matrículas observada nos últimos quatro anos (acréscimo de 5,4% de 2019 a 2022). Na modalidade de Ensino Médio integrado, o número de matrículas da educação profissional foi de 794.955, em 2022, representando um aumento de 9,3% em relação a 2021 (INEP, 2022), conforme Gráfico 1 a seguir. Cabe salientar que desde o ano de 2018 (584.564) vem ocorrendo aumento no número de matrículas nessa modalidade de ensino, mesmo em tempos de pandemia, a partir de 2020, o que indica interesse do público-alvo.

Gráfico 1 – Número de matrículas no ensino médio (modalidade integrada) – Brasil – 2018-2022



Fonte: Inep, 2022. Elaborado pelo autor (2023).

Com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a educação, dever da família e do Estado, passou a ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo como finalidade

o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Todavia, a publicação do Decreto nº 2.208/97 foi um retrocesso, tendo em vista que estabeleceu um currículo próprio para a educação profissional, ocasionando uma perceptível separação entre o ensino médio e educação profissional, gerando sistemas de redes distintas, caracterizando, assim, uma dualidade estrutural do sistema de ensino brasileiro.

Como bem nos assegura Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012),

Enquanto o primeiro projeto de LDB sinalizava a formação de profissional integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos, o Decreto n. 2.208/97 e outros instrumentos legais (como a portaria n. 646/97) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 25).

Destarte, os autores apontam que, após grande embate entre educadores, formadores, dirigentes e consultores de sindicato, de ONGs e de instituições empresariais, o Decreto nº 2.208/97 foi revogado pelo Decreto nº 5154/2004, que tem a finalidade de regulamentar o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em relação ao Decreto nº 5.154/2004, Moura (2007) destaca a volta da possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, reforçando a necessidade de atribuir a esta etapa educacional uma identidade que possa contribuir com a formação integral dos estudantes. Para o autor,

Esse ensino médio dever ser orientado, tanto em sua vertente dirigida aos adolescentes como ao público da EJA, à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos. (MOURA, 2007, p. 20).

Nesse sentido, recorreremos à Ciavatta (2012) para uma melhor compreensão do que vem a ser a formação integrada. A autora destaca que a temática em torno da formação integrada coloca em pauta uma concepção de educação que está em

disputa permanente na história da educação brasileira, e reflete sobre o termo da seguinte forma:

O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o quê? [...] Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. (CIAVATTA, 2012, p. 84).

Dessa forma, podemos compreender que a proposta de formação integrada visa uma articulação entre o ensino médio e ensino técnico, com o objetivo de fornecer aos sujeitos o desenvolvimento amplo de suas capacidades físicas e intelectuais, garantindo o direito de todos a um processo formativo justo e efetivo, buscando o rompimento do dualismo existente na educação brasileira, e promovendo, assim, a inclusão social por meio da educação.

Nesse sentido, para um melhor entendimento desta proposta de formação integral, faz-se necessária a compreensão do que seria esse ensino integrado. Nas perspectivas de Frigotto e Araujo (2018), o ensino integrado é

[...] uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais. (FRIGOTTO; ARAUJO, 2018, p. 249).

Assim, Pacheco (2010) destaca que a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica busca estabelecer diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, além de conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho, superando o conceito da escola dual e fragmentada, possibilitando a construção de uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

Em palestra proferida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *Campus* Porto Velho Calama, no ano de 2022, a pesquisadora Acácia Kuenzer reforça a necessidade de os professores da área básica dialogarem com os da área profissional. Na perspectiva da pesquisadora, a integração provém

do trabalho coletivo e requer discutir os conhecimentos e as práticas, de forma integrada, a partir de problemas da realidade do processo de trabalho, objeto do itinerário da formação profissional.

Neste sentido, segundo o § 1º do Art. 4 do Decreto nº 5154/2004, a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio será realizada de forma:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:
  - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
  - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
  - c) Em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
- III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004).

Dessa forma, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica pode desenvolver cursos técnicos de forma articulada com o Ensino Médio ou subsequente. A forma articulada pode ocorrer integrada com o Ensino Médio, ou concomitante com ele, sendo que a oferta pode ser tanto na mesma escola quanto em instituições de ensino distintas (MEC, 2012).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articula-se ainda com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura.

Nesse sentido, Ramos (2014) reflete sobre a importância da concepção de educação na vida dos jovens, público majoritário da educação básica, tendo em vista que nesta fase se manifestam a relação entre ciência, conhecimento científico e produção, modo de produção da existência, processo econômico, de geração de riqueza, distribuição de riqueza e trabalho e divisão social do trabalho.

Destarte, de acordo com Frigotto e Araujo (2018), a proposta de ensino médio integrado está baseada no projeto de escola unitária proposto por Gramsci (1982), “mas que não se confunde com ela já que seus limites de formação integral estão dados pela sociabilidade capitalista contemporânea” (FRIGOTTO; ARAUJO, 2018, p. 255).

Gramsci (1982), quando aborda a organização da escola e da cultura, refuta a divisão da escola em profissional, destinada às classes instrumentais, e clássica, destinada à classe dominante e os intelectuais, defendendo a criação de uma escola única, de caráter humanista. Para o autor,

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de te-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. A fixação da idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais, já que estas podem obrigar os jovens a uma certa colaboração produtiva imediata. (GRAMSCI, 1982, p.121).

Na perspectiva de Ramos (2008), a escola unitária visa superar a dualidade da formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual, materializado através de uma educação de qualidade como direito de todos, pressupondo que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social.

Por conseguinte, a autora destaca a necessidade de uma luta contra hegemônica, tendo em vista que:

[...] a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo. Por isto a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade. Então, a marca da dualidade educacional do Brasil é, na verdade, a marca da educação moderna nas sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista. (RAMOS, 2008, p. 02).

Nesse sentido, como bem nos assegura Moura (2007), a extrema desigualdade socioeconômica da sociedade brasileira obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora à inserção precoce no mundo do trabalho, com a finalidade de complementar a renda familiar, dificultando a implementação da politecnia em seu sentido original no sistema de ensino brasileiro. Na perspectiva do autor,

A análise até aqui desenvolvida permite concluir que a realidade socioeconômica brasileira exige, do ponto de vista teórico e ético-político, conceber e materializar um tipo de ensino médio que garanta uma base unitária para todos, fundamentado na concepção de formação humana integral, omnilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. (MOURA, 2013, p. 715).

Dessa maneira, a Educação politécnica ou politecnicia pode ser compreendida como uma educação que permite o acesso à cultura, ciência e trabalho, por meio de uma educação básica e profissional, possibilitando aos alunos a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna.

Na perspectiva de Saviani (2007), o ensino médio precisa direcionar os alunos aos domínios dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, em contraposição ao mero adestramento de técnicas produtivas. O autor salienta que Politecnicia significa:

Especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. (SAVIANI, 2007, p. 161).

Como podemos observar, a implementação de uma educação politécnica para o ensino médio busca integrar os conhecimentos básico e profissional, fazendo com que o aluno possa compreender os aspectos teóricos e práticos dos princípios científicos, conhecendo, assim, as múltiplas técnicas utilizadas no processo de produção.

Dessa forma, os princípios da politécnica têm a finalidade de romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, possibilitando aos alunos a compreensão dos princípios da formação humana em sua totalidade, tendo em vista que, em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defende um ensino que integre a ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas (FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, 2012).

Conforme exposto por Ciavatta (2014), a educação politécnica tem sua origem na educação socialista que pretendia ser omnilateral, ou seja, em todos os aspectos da vida humana, integrando a formação geral e a educação profissional,

fazendo com que dentro do processo formativo houvesse uma formação do ser humano em sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica.

Assim, a educação omnilateral leva em conta todas as dimensões do ser humano e as condições para seu pleno desenvolvimento.

Na perspectiva de Ramos (2014),

Uma formação omnilateral tem como projeto e como pressuposto a possibilidade de que o ser humano nos seus momentos de formação que as suas experiências formativas possam ajudar tanto a desvelar e revelar potencialidades que cada um possui, quanto potencialidades que possam ser futuramente desenvolvidas. E que permitam ao sujeito compreender a multiplicidade de conhecimentos e de recursos que a humanidade produziu. (RAMOS, 2014, p. 19).

Dessa forma, na perspectiva de Moura (2013) e Ciavatta (2014), tanto as concepções de Gramscianas a respeito da escola unitária, quanto a formação humana integral, omnilateral ou politécnica, provenientes de Marx e de Engels, são complementares entre si, pertencentes ao mesmo universo de ações educativas, pautados numa direção de educação profissional e tecnológica que busca uma formação plena e emancipadora da classe trabalhadora.

Assim sendo, considerando que "[...] não podemos dizer que no Brasil a juventude brasileira oriunda da classe trabalhadora pode adiar para depois da educação básica ou do ensino superior o ingresso na atividade econômica" (RAMOS, 2008, p.10), precisamos de políticas públicas educacionais que garantam a permanência dos alunos nas instituições de ensino, priorizando a educação em detrimento da inserção precoce no mundo do trabalho.

Conforme destaca Antunes (2021),

[...] as ações da assistência estudantil podem ser vistas como uma maneira de contribuir para a superação das desigualdades sociais dentro do espaço escolar, de maneira a oportunizar condições igualitárias para que os estudantes, em especial os filhos da classe trabalhadora, em situação de vulnerabilidade social, tenham uma formação integral, ou seja, oportunizar ao estudante uma formação profissional e tecnológica de qualidade, humanizadora, que lhe possibilite a conclusão do curso, bem como escolher se quer prosseguir nos estudos ou adentrar no mundo do trabalho. (ANTUNES, 2021, p. 30).

Nesse sentido, os Programas de Assistência Estudantil são fundamentais para uma perspectiva de formação humana integral dos discentes, dando condições para que os estudantes possam ter garantido a permanência e êxito nas instituições

de ensino, possibilitando, mediante a disponibilização de auxílios estudantis, uma igualdade de oportunidades com vistas a garantir o sucesso acadêmico no percurso formativo.

Dessa forma, Medeiros (2020), em sua pesquisa, enfatiza que:

Quando se trata do ensino médio integrado, além da necessidade de integralização curricular, percebe-se a importância da implementação de programas de assistência estudantil, pois a forma de ensino articulada entre educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, exigem dos estudantes dedicação em tempo integral, o que impede ou dificulta a conciliação entre os estudos e a empregabilidade. (MEDEIROS, 2020, p. 21).

Diante do exposto, considerando que os cursos técnicos integrados ao ensino médio exigem, do discente, a permanência em período integral, na escola, podemos perceber que não basta somente a democratização do ingresso dos estudantes, é preciso que as instituições de ensino público articulem ações de Assistência Estudantil para auxiliar os discentes que, em muitos casos, abandonam o curso para realizar trabalho remunerado, tendo que contribuir com a renda familiar, ainda na idade escolar.

### **2.3.2 Os impactos da pandemia de Covid-19 para o Ensino Médio Integrado: uma reflexão das ações desenvolvidas pelo Instituto Federal de Rondônia**

Pode-se dizer que no início de fevereiro de 2020, o mundo recebeu a notícia sobre a inauguração do hospital Huoshensha na cidade de Whuan, Capital da província de Hubei, na China. A cidade foi o epicentro de uma pneumonia de causa desconhecida, nomeada mais tarde pela Organização Mundial da Saúde como nova doença de Coronavírus ou Covid-19. Nesse contexto, para Marques, Silveira e Pimenta (2020), fica evidente que, com a rápida disseminação do vírus, a vida em todo planeta foi alterada, sendo que "aulas e diversas atividades foram suspensas, o comércio fechou as portas, pessoas se viram sem trabalho do dia para a noite". (MARQUES; SILVEIRA; PIMENTA, 2020, p. 227).

Assim, para evitar o progressivo contágio do vírus, o governo federal publicou a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, mudando, assim, a dinâmica do formato

das aulas, sendo necessário que os estudantes se adaptem ao meio digital, mediante o acesso à internet e equipamentos eletrônicos.

Atribui-se ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) com sendo o uso de estratégias didáticas e pedagógicas criadas para diminuir os impactos das medidas de isolamento social sobre a aprendizagem. Nesse sentido, há uma confusão do termo com a Educação a Distância (EaD), que é constituída por uma modalidade de ensino realizada através de um cuidadoso processo de desenvolvimento, utilizando-se de modelos instrucionais conhecidos, pensada para empregar plataformas digitais desde seu início. Diferentemente, o ERE “[...] é uma solução temporária e estratégica que intenciona proporcionar à comunidade acadêmica a possibilidade de manter, dentro das circunstâncias possíveis, as atividades de ensino” (SANTOS *et al.*, 2022, p. 27).

Dessa forma, visando à garantia do processo formativo mediante a inviabilidade do ensino presencial, as instituições de ensino optaram em manter as atividades de ensino e aprendizagem através do ERE, ocasionando uma mudança abrupta no formato de ensino, passando ter aulas no modo remoto.

Conforme apurado por Santos e Dal Ri (2021),

Para muitos estudantes, a escola vai além do local físico que frequentam para se apropriarem e partilharem do conhecimento científico. A instituição escolar em tempo integral, para muitos dos jovens do curso - vários deles moradores do residencial estudantil e distantes da família - se torna espaço de referência de relações sociais individuais e coletivas. Os estudantes constroem vínculos de amizade, usufruem de artefatos e espaços coletivos de vários tipos, vivem e convivem. (SANTOS; DAL RI, 2021, p. 151).

Assim, a mudança do formato das aulas ocasionou sérios desafios para o sistema educacional brasileiro, dentre estes, encontra-se a perda do vínculo de amizade entre os alunos, considerando que conviviam em tempo integral com os colegas, bem como a necessidade de aquisição de mídias tecnológicas e um ambiente de aprendizagem para acompanhamento das aulas.

Nesse sentido, cabe destacar que Saviani (2021) faz várias críticas ao Ensino Remoto. Para o autor, o fato de as escolas aderirem ao chamado “ensino” remoto traz consequências diversas, como a exclusão de milhares de estudantes, a precarização e a intensificação do trabalho de docentes e demais servidores das instituições escolares, além de sinalizar que o discurso de adesão por falta de alternativa é “falacioso”. Na perspectiva do autor,

De início, salientamos que conhecemos as múltiplas determinações do “ensino” remoto, entre elas os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, a exclusão tecnológica, a ausência de democracia nos processos decisórios para adoção desse modelo, a precarização e intensificação do trabalho para docentes e demais servidores das instituições. (SAVIANI, 2021, p. 38).

Na perspectiva de Caetano e Loponte (2022), devido à realização de atividades pedagógicas não presenciais, o Ensino Médio Integrado tem como principal desafio continuar trabalhando na perspectiva da formação integrada, conciliando formação geral e formação profissional. Nesse sentido, os autores desenvolveram uma prática pedagógica em período remoto como o objetivo de promover a integração entre as disciplinas, fazendo com que os alunos compreendam a relação do curso com o mundo do trabalho.

Conforme exposto pelas autoras (p.11),

Os resultados do trabalho realizado demonstram, inicialmente, a importância de manter acessa a concepção do ensino que estruturam os cursos integrados e a educação profissional ofertada nos Institutos Federais. As atividades realizadas comprovam que a integração de atividades por diferentes disciplinas é uma possibilidade e um desafio para promover a formação integral dos estudantes em tempos pandêmicos. (CAETANO e LOPONTE, 2022, p.11).

Santos e Dal Ri (2021) também apontaram alguns desafios para o EMI durante o período pandêmico. Na perspectiva das autoras, um dos principais problemas que levou ao insucesso escolar neste período foi a falta de equipamentos tecnológicos para o acompanhamento das aulas remotas, bem como a falta de recursos financeiros das famílias para atender às demandas estudantis para os estudantes acompanharem o curso.

Nesse contexto pandêmico, através da Portaria nº 519/REIT - CGAB/IFRO, de 16 de março de 2020, o IFRO suspendeu as aulas presenciais no âmbito da instituição a partir do dia 18 de março de 2020, sendo necessária a realização do planejamento de ações com o intuito de dar condições para os discentes acompanharem as aulas no formato de Ensino Remoto.

Assim, o IFRO realizou ação específica para manutenção dos alunos no ensino remoto, dentre as medidas estão a adesão ao Projeto “Alunos Conectados”, em parceria com o Ministério da Educação e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que possibilitou a disponibilização de chips com pacotes de dados (internet)

para o desenvolvimento das atividades acadêmicas fora do *campus*, sendo de suma importância para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica<sup>4</sup> acompanharem as aulas nesse período de ensino remoto.

Em função da pandemia, o IFRO também disponibilizou o Auxílio Emergencial, que teve a finalidade de estender a proteção social aos estudantes do IFRO em situação de vulnerabilidade que, por alguma questão recente de risco social, além do Auxílio Inclusão Digital, que teve o objetivo de possibilitar ao discente o acesso aos meios que promovessem a inclusão digital, para a realização das atividades escolares não presenciais devido à pandemia decorrente da Covid- 19.

Dessa forma, conforme mencionado por Souza (2022),

No ano de 2020 com o surgimento da pandemia do Novo Coronavírus, houve a urgência de novas resoluções para regulamentar auxílios emergentes, como o auxílio emergencial, o auxílio inclusão digital e o empréstimo de equipamentos de informática, além dos auxílios com recursos advindos diretamente do MEC para aquisição de equipamentos de informática e oferta de chips com dados para a realização das atividades escolares remotas (SOUZA, 2022, p. 109).

Assim, o IFRO precisou implementar novas modalidades de auxílios estudantis visando atender à demanda dos discentes no período da pandemia de Covid-19. Esse novo cenário foi bastante desafiador, pois a instituição necessitou se reinventar para além de suprir as necessidades dos discentes, providenciar de forma adequada condições para que as aulas continuassem de forma remota.

Em seguida, vamos discutir sobre a trajetória da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais, tendo como objeto o Instituto Federal de Rondônia. Na oportunidade, será apresentado o surgimento da Assistência

---

<sup>4</sup> Para fins deste texto, entende-se por vulnerabilidade socioeconômica, o estabelecido na Resolução nº 23/REIT/CONSUP/IFRO, a saber: o conjunto de incertezas, inseguranças e riscos, enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento as necessidades básicas de bem estar social, que envolve condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo, sendo que tal vulnerabilidade pode ser agravada em estudantes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, com necessidades educacionais específicas, entre outros.

Estudantil (AE), estando, esta, atrelada ao início das Universidades, além da verificação de como essa política foi implementada no IFRO.

### **3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**

Neste capítulo, foi traçada a trajetória da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino, tendo como objeto o Instituto Federal de Rondônia. Nesse sentido, observou-se que o surgimento da Assistência Estudantil (AE) está atrelado ao início das Universidades, sendo que a literatura demonstra que a primeira prática de auxílio ao estudante, no Brasil, ocorreu durante o governo de Washington Luís, em 1928, com a criação da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris.

Por conseguinte, será apresentada a consolidação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos Institutos Federais, sendo que a Assistência Estudantil se materializou por intermédio deste dispositivo legal.

Dessa forma, será discutida a implementação do PNAES no IFRO, apresentando as normativas que contribuíram para a consolidação da Política de Assistência Estudantil na instituição. Além disso, serão verificadas as ações de assistência estudantil desenvolvidas durante a pandemia de Covid-19, elencando as principais ações do IFRO, no sentido de preservar a manutenção dos estudantes frente ao ensino remoto.

#### **3.1 Breve histórico sobre a trajetória da Assistência Estudantil**

A Educação Superior no Brasil iniciou de forma tardia quando comparado aos outros países das Américas espanhola e inglesa, que possibilitaram o acesso ao ensino superior já no período colonial. As primeiras iniciativas educacionais vieram dos jesuítas, voltada para a catequese religiosa (VASCONCELOS, 2010).

Conforme verificado por Manfredi (2002), as primeiras instituições públicas e ensino superior surgiram após a transferência do reino português para o Brasil, em 1808, e eram destinadas para o exercício qualificado para o exército e na administração do Estado. Segundo a autora,

No Rio de Janeiro foi criada a Academia de Marinha e as cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1808); a Academia Real Militar (1810); o curso de Agricultura (1814); o curso de Desenho Técnico (1818); a Academia de Artes (1820). Na Bahia, foram criadas as cadeiras de Cirurgia e de

Economia Política (1808); o curso de Agricultura (1812); o curso de Química (1817). Outras cidades abrigaram, também, instituições de ensino superior, como a cadeira de Matemática superior, criada no Recife ou Olinda, em 1809, e as cadeiras de História e de desenho em Vila Rica, em 1817. (MANFREDI, 2002, p. 74).

Nesse sentido, como nos assegura Vasconcelos (2010), o ensino superior iniciou como um modelo de institutos isolados, sendo voltado para o ensino prático, como a engenharia militar e medicina, atendendo apenas aos filhos da aristocracia colonial que não podiam estudar mais na Europa.

Após diversas tentativas de criar a primeira universidade no Brasil, em 1920, através do Decreto nº 14.343, surge a primeira universidade brasileira, denominada Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), resultado da união entre a escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, estando localizada na então capital do país, Rio de Janeiro, sendo voltada mais ao ensino do que à pesquisa, e tendo um caráter elitista (OLIVEN, 2002).

Nesse contexto de criação das Universidades Públicas Federais, a partir da década de 1930, intensificam-se as primeiras ações governamentais voltadas para os estudantes. Na perspectiva de Correa (2020),

Entre essas primeiras ações, cita-se a decisão governamental que resultou na implantação da Casa do Estudante brasileiro em Paris, na França, direcionada a estudantes com poder financeiro para estudarem fora do Brasil. Como a ação pioneira no campo da assistência estudantil em nível federal, ela revelou um poder maior de mobilização das classes sociais mais elevadas em comparação ao poder de mobilização das classes sociais mais baixas, para demandar políticas públicas dos governos. (CORREA, 2020, p. 251).

Dessa forma, o surgimento da Assistência Estudantil (AE) está atrelado ao início das Universidades, sendo que a literatura demonstra que a primeira prática de auxílio ao estudante, no Brasil, ocorreu durante o governo de Washington Luís, em 1928, com a criação da Casa do Estudante Brasileiro em Paris. Cabe destacar que nesse período histórico, a AE estava voltada para os filhos da elite brasileira, pois somente essa parcela da população tinha acesso ao ensino superior (KOWALSKI, 2012).

A autora ainda salienta que:

A primeira fase da PAE no Brasil conjuga um período em que o acesso à educação superior era um privilégio para poucos. A educação se concentrava nas mãos da elite do país, pessoas que tinham condição financeira de manter seus filhos no ensino superior, por isso, não raro, encaminhavam-nos para as IES consolidadas fora do país, as quais não mantinham apenas alto padrão de ensino-aprendizagem como também dispunham de qualidade de infraestrutura no atendimento ao aluno no aspecto da assistência estudantil. (KOWALSKI, 2012, p. 84).

Nesse contexto, Silveira (2012) também destaca que o início da Assistência Estudantil foi direcionado para a classe alta, tendo em vista que, nessa época, poucos eram os jovens com acesso ao ensino superior, sendo que a prática de enviar os filhos para estudar nos países europeus era um privilégio das famílias da elite brasileira.

Cabe destacar que, em território brasileiro, a primeira ação de assistência estudantil ocorreu através da construção da Casa do Estudante no Rio de Janeiro. Para tanto, Correa (2020) ressalta que as ações iniciais de assistência ao estudante foram atravessadas por valores de solidariedade e ajuda aos necessitados na relação entre o Estado e a sociedade, apresentando características que remetem ao assistencialismo.

Assim, por todas estas razões, cabe observar que a Assistência Estudantil tem, em sua gênese, um caráter elitista e assistencialista. É notório que isso resulta do fato das famílias da elite brasileira terem mais facilidade em acessar o ensino superior, bem como a ausência de legislação que a assegurasse como política pública educacional.

Na perspectiva de Motta (2017), diferente de outros estudos que apontam para a origem da AE no Brasil estar voltada para estudantes do ensino superior, um marco primordial da AE na educação pública federal está relacionado ao Decreto Presidencial nº 9.070/1911, que regulamentava o funcionamento de caixas de mutualidade em prol da permanência dos alunos nas Escolas de Aprendizes e Artífices, além de ações a exemplo da merenda escolar e dos custeios do regime de internato, conforme exposto a seguir:

**Art. 20.** Constituirão renda da escola o producto dos artefactos que sahirem de suas officinas e o das obras e concertos por ellas realizados.

§ 1º Esta renda será arrecadada pelo director da escola, que com ella adquirirá os materiaes necessarios para os trabalhos das officinas.

§ 2º No fim do anno, a renda liquida será recolhida á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional depois de reduzida a importancia correspondente a 15

%, sendo 10 % para serem distribuídos por todos os alumnos das oficinas, em premios, conforme o gráo de aproveitamento obtido e respectiva aptidão, e 5 % para a Caixa de Mutualidade.

**Art. 28.** Os directores promoverão a organização de associações cooperativas e de mutualidade entre os aprendizes, elaborando para esse fim as necessarias instrucções, que submeterão á aprovação do ministro, dentro do prazo de 90 dias da publicação deste regulamento.

**§ 1º** Os alumnos do 1º e 2º annos perceberão, respectivamente, as diarias de 100 e 200 réis, destinadas exclusivamente á sua contribuição á Caixa de Mutualidade.

**§ 2º** Os do 3º e 4º annos perceberão, respectivamente, as diarias de 600 e 800 réis, sendo-lhes facultado contribuir ou não para a Caixa de Mutualidade.

**§ 3º** Os que não concorrerem ou deixarem de o fazer nos prazos e com as quantias que forem estipuladas nas instrucções perderão seus direitos em favor da mesma caixa. (BRASIL, 1911).

Dessa forma, podemos compreender que a assistência estudantil, em sua gênese, foi voltada para estudantes do ensino superior, porém, conforme mencionado acima, há indícios de assistência aos estudantes da educação profissional desde 1911, com a regulamentação das caixas de mutualidade.

Ao assumir a presidência da república, em 1930, Getúlio Vargas iniciou importantes reformas no âmbito educacional, criando o Ministério de Educação e Saúde. Assim, em 1931, foi aprovado o estatuto das universidades brasileiras, possibilitando a oficialização das universidades em pública (federal, estadual ou municipal) ou particular, devendo “incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras” (OLIVEN, 2002, p. 27).

Em relação a este período, Silveira (2012) assegura que:

Getúlio Vargas, ao assumir a presidência do país, iniciou uma reorganização da sociedade brasileira, valorizando questões relacionadas à educação e entendendo que a reforma educacional era uma das medidas emergenciais a serem tomadas, buscando a formação de uma política nacional de educação. Pela primeira vez ocorreu uma reforma no ensino superior e uma possível regulamentação da assistência para os estudantes universitários, sendo essa ação, pioneira. (SILVEIRA, 2012, p. 52).

Na plenitude da discussão em torno das reformas educacionais, a assistência aos estudantes adquire um caráter normativo na legislação brasileira, através da Constituição Federal de 1934, sendo considerado um marco histórico, pelo fato de o Estado iniciar um processo de investimentos para assegurar condições para a permanência dos estudantes na educação superior (CAVALHEIRO, 2013).

Conforme estipulado pela CF/1934, em seu Artigo 157, Capítulo 2, que trata da Educação e da Cultura,

Art. 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiatura (BRASIL, 1934).

Em 1937, nasce a entidade máxima de representatividade estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>5</sup>, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro. A UNE junto a outros movimentos sociais teve/tem um papel bastante importante para a promoção de reivindicações e pautas que podem proporcionar qualidade de ensino aos estudantes, sendo “um elemento fundamental à luta por melhorias na Educação” (CAVALHEIRO, 2013, p. 31).

Nesse sentido, Silveira (2012) destaca que:

Entre os estudantes havia uma diversidade de opinião sobre a criação da UNE. Alguns não concordavam com a forma como tinha sido criada e entendiam que de fato a UNE fora criada no ano de 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes. Nesse evento, foi aprovado um plano de reforma educacional que pretendia solucionar problemas educacionais, auxiliando os estudantes com dificuldades econômicas, o que sinalizava o início de uma conscientização por parte dos estudantes da importância que deve ser dada à assistência estudantil nas universidades brasileiras. (SILVEIRA, 2012, p.56).

Assim, por intermédio da mobilização estudantil, surge a criação de pautas voltadas para a implementação de políticas com a intenção de auxiliar os estudantes com dificuldades econômicas, tornando-os cada vez mais organizados, e

---

<sup>5</sup> Segundo Araujo (2007), há divergências em relação à criação da UNE. Enquanto alguns defendem a criação da organização em 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro; outros acreditam que a entidade estudantil foi criada no II Congresso Nacional dos Estudantes, em 22 de dezembro de 1938.

conscientizando-os sobre a importância da assistência estudantil para a melhoria do sistema educacional e manutenção dos alunos nas universidades brasileiras.

A Constituição Federal de 1946 assegura a educação com um direito de todos, destacando, em seu Art. 172 que "[...] cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946). Porém, Silveira (2012) destaca que, nesse período, a política de Assistência Estudantil era caracterizada com uma medida de ajuda aos "necessitados", não tendo, ainda, um caráter de direito.

Segundo Vasconcelos (2010), nas décadas de 1950 a 1970, houve uma expansão das universidades em todo o Brasil, sendo criada ao menos uma em cada Estado, fomentando, inclusive, a ampliação das universidades estaduais, municipais e particulares, ampliando, assim, a discussão em torno da Assistência Estudantil para a manutenção dos alunos. De acordo com Araujo (2007), na década de 1950, as universidades passaram para o âmbito da autoridade federal, ganhando a designação de Universidades Federais.

Dessa forma, como bem nos assegura Kowalski (2012),

Durante o período correspondente à ditadura militar, o movimento estudantil promoveu diversas reuniões com o objetivo de discutir a reforma universitária e os direitos para os estudantes. Em 1961, a UNE realiza, em Salvador, o Seminário Nacional de Reforma Universitária com intuito de debater o conteúdo sancionado por essa lei, que resultou na Declaração da Bahia. Esse documento solicitava que as universidades fossem um espaço pluralizado, por meio da criação de cursos acessíveis para todos. (KOWALSKI, 2012, p. 89).

Ainda em 1961, é promulgada a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que institui a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB/1961 previa a "Assistência Social Escolar" em capítulo específico, conforme a seguir:

Art. 90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91 A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. (BRASIL, 1961).

Nesse sentido, Motta (2017) entende que, apesar dos avanços, estes dispositivos legais mantiveram o caráter assistencialista e restrito, com foco apenas na questão de saúde ou para orientação social de casos específicos; porém, admite que estas situações permitissem que a questão educacional estivesse presente nas pautas de reivindicações das mobilizações sociais.

Em 1970, o Governo Federal criou a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, tendo o objetivo de manter uma Política de Assistência ao Estudante Universitário em nível nacional, priorizando ações de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica (OLIVEIRA, 2016).

A partir da década de 1980, os espaços de discussão da Assistência Estudantil se intensificaram no processo de redemocratização do país, com duas frentes de luta, como exposto por Souza (2017): o Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (1987) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (1989).

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior com objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa renda. (VASCONCELOS, 2010, p. 604).

Portanto, cabe salientar que a Política de Assistência Estudantil sofreu alguns processos de avanços e retrocessos em seu percurso histórico, passando do atendimento da classe elitizada para a classe mais vulnerável socioeconomicamente, sendo fundamental a participação dos movimentos sociais e entidades de classe para debater amplamente tal temática.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como constituinte, pela sua finalidade de buscar a garantia de direitos fundamentais, foram restabelecidos os princípios democráticos, contemplados pelo processo de redemocratização do país, em especial no ramo da educação, que teve garantida a universalização do acesso e da gestão democrática, centrada na formação cidadã,

passando a ser um direito público, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a este direito (SILVEIRA, 2012).

Nesse sentido, no tocante à educação, o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 define que a educação é direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim, a educação é uma ferramenta essencial para transformar uma sociedade, podendo interferir na realidade social e econômica de um grupo que vive uma condição de visão imutável quanto à sua realidade para uma nova perspectiva de mutação promissora, neste contexto, fazem-se necessárias a democratização e a equidade do ensino público brasileiro.

Em seu Artigo 206, a Constituição Federal assegura que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
  - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
  - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
  - VII - garantia de padrão de qualidade.
  - VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
  - IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- (BRASIL, 1988).

Assim, a educação passa a ser assegurada a todas as classes sociais, devendo o Estado disponibilizar, através de políticas públicas educacionais, mecanismos para o ingresso, permanência e êxito dos estudantes nas instituições de ensino, sem qualquer tipo de discriminação.

Outra importante legislação direcionada a garantir a manutenção dos alunos nas instituições de ensino foi a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010). O PNE discriminou alguns objetivos e metas referentes à assistência estudantil, conforme a seguir:

1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.

[...]

33. Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.

[...]

34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico. (BRASIL, 2001).

Cabe mencionar que, conforme verificado por Vasconcelos (2010), a inclusão da Assistência Estudantil no PNE foi uma reivindicação do FONAPRACE, que fez o pedido ao então deputado Nelson Marchezan, relator do PNE, tendo como base o resultado da primeira pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES.

Assim, podemos observar que a Política de Assistência Estudantil, aos poucos, vai sendo normatizada, sendo que as reivindicações dos movimentos estudantis e entidades classistas foram de suma importância para fomentar o debate, fazendo com que o Estado se responsabilize pela manutenção dos estudantes nas instituições de ensino.

Nesse sentido, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, publica a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Segundo a portaria, o PNAES se efetiva por meio de ações de Assistência Estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior<sup>6</sup> (BRASIL, 2007).

De acordo com Kowalski (2012, p. 96),

---

<sup>6</sup> Cabe destacar que os Institutos Federais foram contemplados apenas com a instituição do decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Esse documento foi elaborado pelo FONAPRACE, o qual, por muitos anos, vinha discutindo em pautas nacionais, a importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica e também como um recurso fundamental na incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade pública e gratuita. Entre alguns dos elementos elencados pelo FONAPRACE que auxiliaram na construção do projeto que deu origem ao PNAES, estão as pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos alunos, realizadas nos anos de 1997 e 2004. Esses estudos destacaram alguns fatores preponderantes na garantia das condições justas de permanência no ensino superior, como: a) permanência; b) desempenho acadêmico; c) cultura, lazer e esporte; d) assuntos de juventude.

Portanto, cabe salientar que a Política de Assistência Estudantil sofreu alguns processos de avanços e retrocessos em seu percurso histórico, passando do atendimento da classe elitizada para a classe mais vulnerável socioeconomicamente, sendo fundamental a participação dos movimentos estudantis e entidades de classe para debater amplamente a temática.

Nesse contexto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, é considerado o marco legal da Assistência Estudantil, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. De acordo com o decreto, as ações de Assistência Estudantil são desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

Essas ações são executadas por Instituições Federais de Ensino Superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

O PNAES tem o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzindo, assim, as taxas de retenção e evasão, além de contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Cabe mencionar que o PNAES atende, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior, contemplando os Institutos Federais e suas especificidades.

Na perspectiva de Vasconcelos (2010),

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade promover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. (VASCONCELOS, 2010, p. 609).

Dessa forma, cabe salientar que, em sua gênese, a AE estava voltada para os filhos da elite brasileira, pois somente essa parcela da população tinha acesso ao ensino superior. Porém, por intermédio dos movimentos sociais que passaram a reivindicar por melhorias aos estudantes, a AE passou a ser considerada como um direito e responsabilidade do Estado. Assim, o PNAES é o dispositivo legal que materializou a AE nas Instituições Federais de Ensino, possibilitando a permanência e êxito no processo formativo dos estudantes.

### **3.2 A consolidação do PNAES nos Institutos Federais**

Em sua gênese, conforme aponta Moura (2007), a educação profissional no Brasil é consolidada com uma perspectiva assistencialista com o objetivo de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, evitando, assim, a prática de ações contrárias aos bons costumes.

Com a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, durante o mandato do Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, inicia-se um projeto de educação voltado para a classe trabalhadora, através de implementação de políticas educacionais que se contrapõe às concepções neoliberais, ocorrendo uma extraordinária revolução na Educação Profissional e Tecnológica (PACHECO, 2015).

Na concepção do autor,

Nesse projeto educacional, a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais. Afirma-se, pois, a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas, principalmente, por seu compromisso com o todo social. (PACHECO, 2015, p. 15).

Nesse sentido, a ampliação da Rede Federal possibilitou que jovens e adultos da classe trabalhadora tivessem a oportunidade de acesso à educação, por intermédio da implementação de políticas públicas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de escola pública.

Assim, a Política de Assistência Estudantil foi regulamentada por intermédio do PNAES (Decreto nº 7.234, de 2010), sendo executado no âmbito do Ministério da Educação (MEC), com a finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, incluindo os Institutos Federais mediante recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA) na Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional.

De acordo com Oliveira (2016), o PNAES não estabeleceu uma estratégia de implementação dos Programas de Assistência Estudantil nos Institutos Federais, cabendo a cada instituição esta incumbência. Por intermédio da pesquisa da autora, foi possível constatar que:

Conforme levantamento realizado nos sites dos 38 Institutos Federais<sup>7</sup>, o estabelecimento de normas internas do PNAES ocorreu em momentos diferentes, sendo a maioria (71%), conforme tabela abaixo, após as recomendações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, através do Ofício nº 42, de 03 de maio de 2011, para que os Institutos implementassem as ações por meio de uma regulamentação própria e ainda indicando que os recursos para o custeio das ações seriam ampliados e alocados diretamente no orçamento das instituições. (OLIVEIRA, 2016, p. 27).

---

<sup>7</sup> A implementação do PNAES nos Institutos Federais ocorreram nos seguintes anos, conforme Oliveira (2016): IFAC (2012), IFAL (2011), IFAM (2011), IFAP (2015), IFB (2014), IFBA (2010), IF BAIANO (2011), IFC (2012), IFCE (2014), IFES (2011), IFARROUPILHA (2012), IFLUMINENSE (2011), IFG (2015), IFGOIANO (2011), IFMA (2014), IFMG (2011), IFMS (2014), IFMT (2012), IFNMG (2011), IFPA (2012), IFPB (2011), IFPE (2012), IFPE-SERTÃO (2012), IFPI (2014a), IFPR (2011), IFRJ (2011), IFRN (2010), IFRO (2011), IFRR (2015), IFRS (2103), IFS (2011), IFSC (2014), IFSP (2014), IFSUDESTEMG (2011), IFSUL (2012), IFSULMG (2013), IFTM (2012), IFTO (2014).

Nesse contexto, a autora apresenta que a implementação do PNAES nos Institutos Federais ocorreu em 2010 com (04) IFs, 2011 com (14) IFs, 2012 com (08) IFs, 2013 com (05) IFs, 2014 com (04) IFs e 03 IFs não informados, totalizando 38 Institutos Federais.

De acordo com Cavalheiro (2013),

[...] no início da implementação das ações do PNAES na Rede EPCT, não havia uma equipe, um profissional, ou um órgão responsável por uma gestão sistêmica da Assistência Estudantil nos Institutos Federais, o que se tornou uma reivindicação constante por parte dos gestores que vinham realizando eventos para debater e compartilhar as experiências de implementação das ações nas suas instituições. (CAVALHEIRO, 2013, p. 42).

Nesse sentido, pode-se observar que a implementação do PNAES nos Institutos Federais foi bastante desafiadora, tendo em vista que as instituições precisaram implementar ações de acordo com suas necessidades específicas, surgindo demandas relativas à contratação de profissionais capacitados para desenvolver suas atividades relacionadas à Assistência Estudantil, além de formulação de dispositivos legais no âmbito dos IFs de acordo com suas especificidades.

Martins (2020, p. 44) salienta que “[...] o Estado atua como autor das políticas públicas que tem como principal objetivo dar suporte ao aluno em vulnerabilidade social”, dando oportunidade para que os estudantes mais vulneráveis socioeconomicamente possam concluir, com êxito, o percurso acadêmico, diminuindo, assim, a desigualdade social.

O autor reforça que o estudo sobre a Assistência Estudantil é importante para entender o perfil do aluno, compreendendo como esses benefícios afetam a capacidade intelectual dos discentes, auxiliando na promoção de novas políticas de assistência como suporte aos benefícios já existentes.

Assim, Santos (2019) sustenta essa ideia, ao ressaltar que:

A assistência estudantil, política pública e social, está inserida no campo da política pública de educação. Esta política é estruturada com o objetivo de contribuir para a permanência e o êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. (SANTOS, 2019, p. 26)

Para Souza (2017), oferecer Assistência Estudantil para a Educação Profissional e Tecnológica não quer dizer que ela está intrinsecamente ligada à pobreza, mas a dar condições para que os filhos da classe trabalhadora possam concluir, com êxito, suas formações acadêmicas, tendo uma educação que os situa na sociedade, podendo compreender como funciona a mecânica do mundo do trabalho. A autora ainda destaca que:

A Educação Profissional tem em si uma característica que a difere da superior: é uma educação voltada para o labor, que tem em sua gênese a formação da força de trabalho. Logo, pensar Assistência Estudantil na Educação Profissional, é partir do referencial de educação destinada aos trabalhadores. (SOUZA, 2017, p. 43).

Portanto, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a Assistência Estudantil contribui para a formação integral dos estudantes, uma vez que possibilita aos filhos da classe trabalhadora a permanência e êxito na conclusão dos cursos, através de auxílios disponibilizados durante o percurso acadêmico, tornando a educação cada vez mais democrática.

### **3.3 A política de Assistência Estudantil no IFRO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

Os Institutos Federais possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, consolidando-se como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2008).

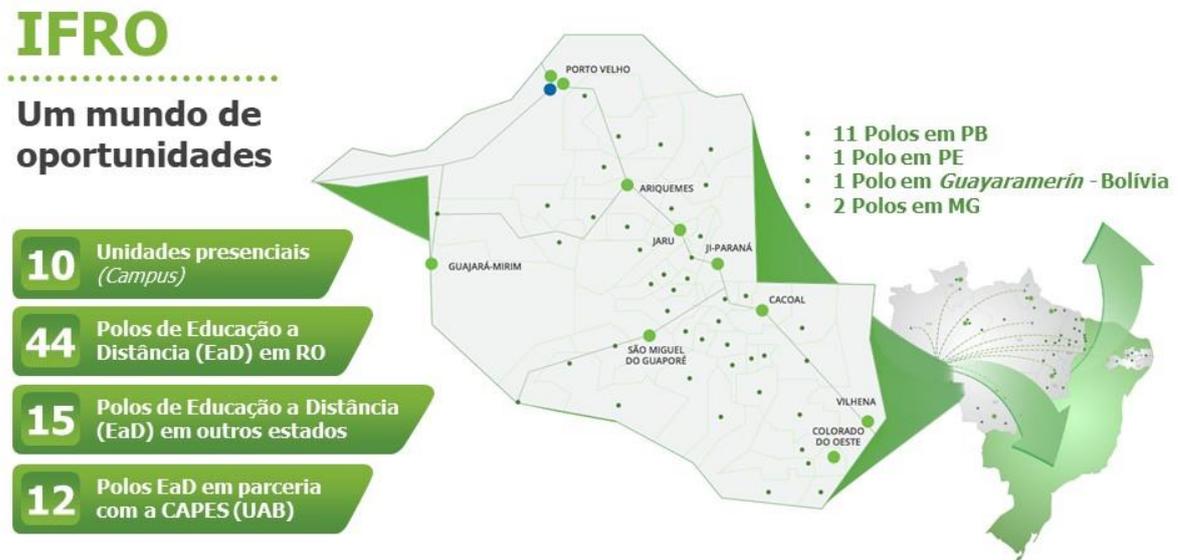
Na perspectiva de Pacheco (2015),

[...] o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país... Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (PACHECO, 2015, p. 16).

Assim, podemos compreender a importância dos Institutos Federais no reconhecimento da Educação Profissional e Tecnológica como ação concreta de políticas para a educação brasileira, tornando possível o acesso de milhões de brasileiros a uma educação pública, acessível a todos.

O IFRO é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, contando com 10 (dez) campi presenciais e 23 (vinte e três) polos de EaD em parceria com 22 (vinte e dois) municípios do Estado, implantados em municípios estratégicos do estado (PDI, IFRO, 2018-2022), conforme Figura 2 abaixo:

**Figura 2 – Unidades do Instituto Federal de Rondônia**



Fonte: Acervo do Instituto Federal de Rondônia (2022)

Como mecanismo de democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de excelência, o IFRO adota a política de ações afirmativas, também conhecida como Lei de Cotas, regida pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe

sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

Segundo Wandroski e Colen (2014), a política de ingresso, no âmbito do IFRO, iniciou com

O desenvolvimento de ações afirmativas para a promoção do acesso ao ensino de pessoas socioeconomicamente vulneráveis ou pertencentes a grupos minoritários iniciou no IFRO em 2010, com a reserva de 20% das vagas dos cursos técnicos de nível médio, ofertados na forma subsequente, para estudantes egressos da Educação de Jovens e Adultos, e deste então, tem adotado diferentes ações afirmativas e disponibilizado percentuais diferenciados de vagas em seus processos seletivos. (WANDROSKI; COLEN, 2014, p. 169).

Como podemos observar, mesmo antes da consolidação da Lei de Cotas (2012), o IFRO já desenvolvia ações visando à democratização do ingresso na instituição com a reserva de 20% das vagas dos cursos técnicos de nível médio, ofertados na forma subsequente, para estudantes egressos da Educação de Jovens e Adultos.

Segundo Bastos (2018), as políticas de ações afirmativas são políticas públicas promovidas pelo Estado com a finalidade de realizar um tratamento isonômico entre os diversos segmentos da sociedade civil, conforme estabelecido na Constituição Federal, reparando as diferenças existentes entre os membros da sociedade. Na perspectiva de Lima (2013), as políticas de ações afirmativas é parte de uma série de medidas com a finalidade de inclusão social dos grupos negligenciados ao longo dos anos.

Para Valente (2016), as ações afirmativas surgem como uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por determinados grupos, facilitando o acesso destes grupos historicamente explorados, garantindo, assim, uma igualdade de oportunidades. A autora ainda expõe que:

Duas teorias justificam os programas afirmativos: a Teoria da Justiça Compensatória e a Teoria da Justiça Distributiva. Enquanto esta procura justiça no presente, aquela quer justiça pelo passado, vista como uma reparação histórica da sociedade em relação a grupos discriminados. Pela justiça distributiva o Estado agiria como um garantidor da efetivação do princípio da igualdade, propiciando acesso às melhores chances de emprego e educação que não seria possível com as barreiras impostas pela discriminação e preconceito. (VALENTE, 2016, p. 56).

Como verificado acima, no âmbito educacional, as políticas de ações afirmativas surgem com necessidade de equidade e justiça social, possibilitando que grupos que foram historicamente explorados possam ter seus danos reparados através da igualdade de oportunidades, bem como ascensão por intermédio da educação. Evidentemente, a consolidação de política pública educacional pode ser utilizada para possibilitar que determinados grupos sociais ingressem nas Instituições Federais de Ensino, mediante reserva de vaga.

Conforme estipulado na Lei nº 12.711/2012, a política de ações afirmativas estabelece a reserva de 50% das vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, disponibilizado aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita, com isso, diversos segmentos específicos da sociedade podem ter acesso à educação.

Por conseguinte, é importante compreender que não basta apenas torna o ingresso à educação mais democrático, é preciso a formulação de políticas educacionais que possibilitem a permanência e conclusão, com êxito, dos cursos, assegurando que diversos segmentos da sociedade possam ter acesso a uma educação mais livre, justa, laica e com qualidade.

Nesse sentido, o Plano de desenvolvimento Institucional do IFRO (PDI 2018-2022) destaca que:

Para a ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, o desenvolvimento dos programas de assistência estudantil visa ao atendimento de demandas universais de ensino, pesquisa e extensão e demandas oriundas da vulnerabilidade socioeconômica vivida pelos estudantes. Como parte dessa política, está a implementação de um sistema para o levantamento do perfil do estudante com a celeridade necessária para a concessão de auxílios no início do período letivo. (IFRO, 2018, p. 81).

Dessa forma, surge a necessidade da ampliação de ações de Assistência Estudantil visando democratizar as condições de permanência e êxito dos estudantes, minimizando os efeitos das desigualdades sociais, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

De acordo com Silva (2019), tendo como base o Decreto nº 7.234/2010, o IFRO

[...] fez sua própria resolução onde elencou várias ações entre as quais se destacam: auxílio alimentação, transporte, moradia e bolsa colaborador, que essas ações vão precisar ser acompanhadas por uma equipe de pessoas capacitadas para poderem analisar a evolução desses alunos em sala de aula. (SILVA, 2019, p. 28).

O autor explica que a partir do PNAES a Assistência Estudantil teve mais visibilidade no âmbito do IFRO, sendo que a Resolução nº 19/2011, posteriormente revogada pela nº 33/CONSUP/2014, foi o primeiro ato normativo regulamentado após a criação da instituição, tendo o objetivo de concretizar a Política de Assistência Estudantil, por meio da implantação e implementação de programas que propiciem ao estudante do IFRO acesso, permanência e êxito no processo educativo, inserção no mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania (IFRO, 2011).

Nesse sentido, de acordo com Silva (2014), o processo de construção da Política de Assistência Estudantil do IFRO inicia-se em meados de 2010 através da Diretoria de Assuntos Estudantis, sendo necessário que a instituição apresentasse junto ao Ministério da Educação (MEC) a forma como iria executar sua Política e Programas de Assistência Estudantil para fins de captação de recurso. O autor salienta que:

Frente a esta necessidade, no final do ano de 2010, a Assistente Social e a Pedagoga participaram da primeira edição do Seminário nacional “Construção de Diretrizes para as Políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal”, o qual aconteceu nos dias 06 e 07 de dezembro de 2010, em Fortaleza, no Ceará. Foi a partir deste Seminário que surgiram por parte delas, as primeiras ideias que subsidiaram a elaboração da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFRO e logo em seguida da Regulamentação da Política de Assistência Estudantil (REPAE), documentos estes que após serem elaborados, foram aprovados pelo Conselho Superior (CONSULP), em fevereiro e junho de 2011, respectivamente. (SILVA, 2014, p. 103-104).

Assim, em março de 2018, a Resolução nº 23/REIT – CONSUP/IFRO aprovou o Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, que dispõe sobre a organização e regulamentação dos Programas de Assistência Estudantil, vinculados às ações preconizadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do IFRO.

De acordo com o REPAE (2018), os Programas de Assistência Estudantil, executados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de

Rondônia – IFRO têm como finalidade ampliar as condições de permanência e conclusão do curso do estudante devidamente matriculado nos cursos presenciais técnicos de nível médio e de graduação oferecidos em seus *campi*.

Cabe salientar que a Instrução Normativa nº 01/2018/REIT – CGAB/REIT estende as ações de Assistência Estudantil aos alunos matriculados no IFRO, na modalidade de ensino a distância (EaD), visando ampliar as condições de permanência e conclusão do curso.

Assim, os Programas de Assistência Estudantil do IFRO têm os seguintes objetivos:

- I. Contribuir nas condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo;
- II. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- III. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais;
- IV. Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- V. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais. (IFRO, 2018, p. 5).

Assim, o IFRO desenvolve suas ações de assistência estudantil visando fortalecer a permanência dos estudantes na instituição, contribuindo, assim, para o enfrentamento das desigualdades sociais na região, através de programas e auxílios articulados com as demais políticas da instituição com o intuito de reduzir o índice de retenção e evasão.

Por conseguinte, a Resolução nº 23/REIT ainda deixa explícito que o IFRO desenvolverá seus Programas de Assistência Estudantil, de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo divididos em duas formas de atendimento: o atendimento universal aos estudantes e o atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, seguindo os seguintes princípios:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas;
- II. Defesa da justiça social e respeito à diversidade;
- III. Melhoria do desempenho acadêmico;
- IV. Prevenção nas situações de retenção e evasão;
- V. Divulgação ampla dos benefícios, bem como dos critérios para o seu acesso. (IFRO, 2018, p. 5).

Nesse sentido, o REPAE (2018) estabelece que o programa de atendimento universal é destinado a todos os estudantes regularmente matriculados, com o objetivo de contribuir com ações de atendimento às necessidades educacionais,

biopsicossocial e de incentivo à formação acadêmica, visando ao desenvolvimento integral dos mesmos no processo educativo, enquanto atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica são realizados através de ações que busquem minimizar as necessidades básicas, que implique no acesso, permanência e conclusão do curso, com prioridade para transporte, alimentação e moradia.

Assim, cabe salientar que o atendimento universal aos estudantes será desenvolvido pelo Programa de Atenção à Saúde e apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – PROSAPEX, que será desenvolvido por meio de projetos, ações e atividades, sendo destinado a todos os estudantes regularmente matriculados, com o objetivo de contribuir com ações de atendimento às necessidades educacionais, biopsicossocial e de incentivo à formação acadêmica, visando ao desenvolvimento integral no processo educativo (IFRO, 2021).

Segundo o REPAE (2018), as ações do PROSAPEX podem ser materializadas por meio da aquisição de órtese e prótese, pagamentos de consultas ou exames em caráter de urgência, além de ações de acompanhamento e suporte ao ensino, ações pró-cidadania e ações de incentivo a atividades esportivas e lazer, com a finalidade de manter a qualidade do desempenho acadêmico e produção do conhecimento, promovendo, assim, elementos para a inclusão social.

Em relação aos programas de atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, o IFRO disponibiliza aos discentes os seguintes programas: Programa de Auxílio à Permanência – PROAP, Programa de Auxílio Moradia – PROMORE e Programa de Auxílio Complementar – PROAC (IFRO, 2018).

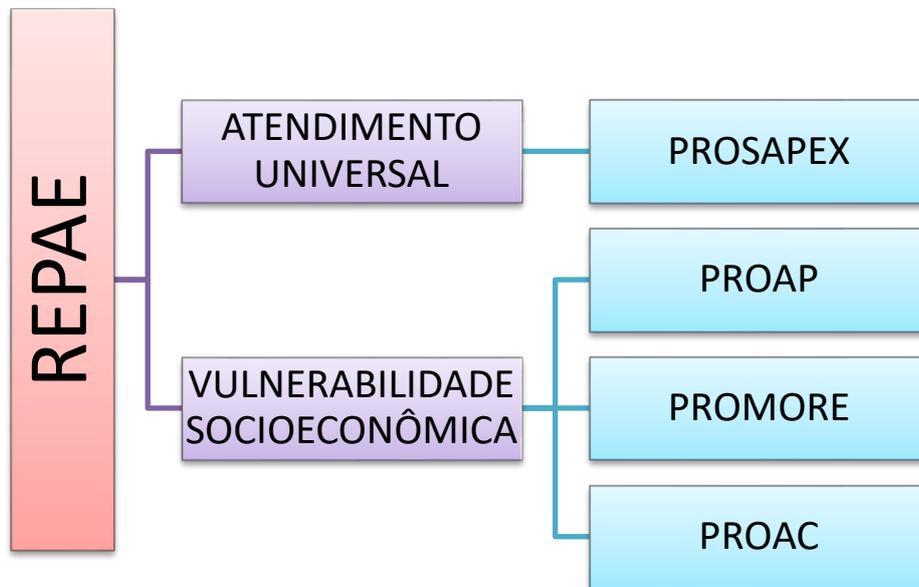
O PROAP é destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de auxílio para contribuir com sua alimentação, transporte, entre outras, que possam interferir na permanência e conclusão do curso; enquanto o PROMORE contempla os estudantes oriundo de outras cidades ou da zona rural que necessite residir temporariamente no município sede do *campus* para terem ampliadas suas condições de acesso, permanência e conclusão no curso. Cabe destacar que estes programas são disponibilizados através de Edital que são lançados de acordo com a necessidade de cada *campus* (IFRO, 2018).

Por conseguinte, o PROAC tem o objetivo de prover auxílio financeiro ao estudante socioeconomicamente vulnerável nas demandas não atendidas em outros

Programas de Assistência Estudantil que impliquem na permanência e conclusão no curso, sendo solicitado diretamente no setor de Assistência Estudantil dos *campi* da instituição, por meio de encaminhamento e/ou requerimento (IFRO, 2018).

Na Figura 3, sistematizamos a oferta dos programas de assistência estudantil desenvolvidos pelo IFRO, conforme estabelecido no Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE):

**Figura 3 – Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos pelo IFRO**



Fonte: Resolução nº 23 (IFRO, 2018).

No âmbito do IFRO, os programas do PNAES são desenvolvidos por intermédio da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), vinculada diretamente à Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE), na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), bem como pela Coordenação/Departamento de Assistência ao Educando – (CAED/DEPAE) dos *campi*, tendo as seguintes atribuições conforme Quadro 2:

**Quadro 2 – Atribuições da Coordenação/Departamento de Assistência ao Educando do IFRO**

- I. Elaborar o Plano Anual de Trabalho dos programas de Assistência Estudantil vinculados ao PNAES a serem desenvolvidas pelo campus e submetê-lo à análise da Coordenação de Assistência Estudantil/CAE/DAE/PROEN;
- II. Esclarecer aos estudantes quanto aos Programas da Assistência Estudantil do IFRO e sua operacionalização;
- III. Elaborar relatórios anuais relativos aos Programas de Assistência Estudantil, contendo os dados descritivos e estatísticos, e encaminhá-los à CAE/DAE/PROEN;

IV. Avaliar sistematicamente os programas desenvolvidos considerando os objetivos e os resultados alcançados (permanência e conclusão do curso);

V. Coordenar a operacionalização da execução dos programas designando as atribuições de forma democrática e participativa, respeitando as competências profissionais de cada servidor sendo as demandas do setor de responsabilidade de toda a equipe multiprofissional;

VI. Executar outras atividades inerentes aos programas que venham a ser delegadas pela Direção Geral do campus e/ou Reitoria.

Fonte: Resolução nº23 (IFRO, 2018).

Além destes, a Comissão de Elaboração, Análise e Concessão de Auxílios – (CEAC), designada mediante publicação de portaria, tem a finalidade de conduzir os Processos de Seleção dos estudantes a serem beneficiados pelos Programas de Assistência Estudantil da instituição, conforme Quadro 3 a seguir:

**Quadro 3 – Atribuições Comissão de Elaboração, Análise e Concessão de Auxílios – (CEAC) do IFRO**

I. Elaborar editais para os programas a serem desenvolvidos no campus e submetê-los à apreciação da Coordenação/Departamento de Assistência ao Educando (CAED/DEPAE);

II. Dar ampla publicidade dos editais nos campi e meios oficiais de comunicação do IFRO;

III. Receber e analisar os requerimentos, encaminhamentos, formulários e documentação dos estudantes que solicitarem auxílio estudantil;

IV. Deliberar a respeito das concessões de auxílios financeiros;

V. Encaminhar para divulgação os resultados de editais e demais seleções;

VI. Encaminhar os dados necessários para concessão de auxílio ao Coordenador/Chefe de Departamento de Assistência ao Educando, para que este inicie o processo de pagamento e controle no decorrer da vigência do auxílio;

VII. Analisar eventuais requerimentos, recursos e/ou denúncias.

Fonte: Resolução nº23 (IFRO, 2018).

Dessa forma, depreende-se que o IFRO, desde sua criação, tem desenvolvido ações de assistência aos estudantes, sendo devidamente normatizadas com a publicação do Decreto nº 7.234/2010, que instituí o PNAES.

Cabe salientar que o referido decreto prevê ações gerais de gerenciamento da Política de Assistência Estudantil, cabendo a cada instituição o desenvolvimento de ações que atendam suas necessidades específicas, podendo ser percebido através das constantes atualizações das normativas do IFRO.

Assim, a partir deste capítulo, foi possível fazer a análise do aspecto histórico da implantação da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais, tendo como objeto o Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, conforme estipulado nos objetivos específicos. A seguir, vamos detalhar as ações de Assistência Estudantil desenvolvidas pelo IFRO no período pandêmico.

### **3.3.1 As ações de Assistência Estudantil do IFRO no período pandêmico**

Com o início do período pandêmico, o IFRO suspendeu as aulas presenciais no âmbito da instituição a partir do dia 18 de março de 2020, através da Portaria nº 519/REIT – CGAB/IFRO, de 16 de março de 2020, sendo necessária a realização do planejamento de ações com o intuito de dar condições para os discentes acompanharem as aulas no formato de Ensino Remoto. Registra-se que o Brasil soma mais de 685 mil mortes pelo Covid-19<sup>8</sup>.

Com o objetivo de gerenciar ações e os efeitos causados pela pandemia do Coronavírus e seus impactos na comunidade acadêmica, o IFRO instituiu, mediante a Portaria nº 511/REIT-CGAB/IFRO, de 12 março de 2020, a Comissão Emergencial de Operações de Prevenção e Combate à Covid-19, vindo a ser adotada como medida a suspensão preventivamente das atividades pedagógicas e administrativas presenciais, no âmbito do IFRO, fazendo com que as aulas e demais atividades de ensino dos cursos regulares fossem realizadas, preferencialmente, de forma remota, utilizando-se de diversas ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e conforme orientações a serem encaminhadas pela Pró-Reitoria de Ensino.

---

<sup>8</sup> Conforme portal do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

Salientamos que, a portaria com as medidas adotadas pelo IFRO foram baseadas nas orientações do Ministério da Educação, que autorizou, através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação.

Nessa perspectiva, Sousa e Dias (2020) destacam que:

É evidente que, paralela à problemática sanitária, vive-se uma crise na Educação que têm desnudado e agigantado a desigualdade de oportunidades reinante no Brasil. Quem paga o preço alto da desigualdade são os/ as estudantes mais vulneráveis social e economicamente, os/as que têm sofrido, por exemplo, com a abrupta mudança das aulas presenciais para o modo online/remoto, haja vista não possuírem – ou possuírem de modo precário – acesso à internet. (SOUSA e DIAS, 2020, p. 391).

Em vista disso, fica explícita a necessidade de intensificação da disponibilização de mecanismos que visem à permanência e êxito dos estudantes nesse período de pandemia, em especial aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois são os mais prejudicados com a crise social e econômica que o Brasil tem vivenciado.

Nessa perspectiva, Silva (2021) reforça que:

O Programa Nacional de Assistência Estudantil é ferramenta primordial nesse plano, pois, com a disponibilização de auxílios, quer seja monetário, quer seja por meio de alimentação ou moradia, condiciona a possibilidade de inclusão social pela educação, já que proporciona igualdade de condições aos que necessitam, tornando a educação verdadeiramente democrática. (SILVA, 2021, p. 26).

Assim, em resposta à disseminação do coronavírus (SARS-CoV-2), foram intensificadas ações de Assistência Estudantil com a finalidade de garantir a permanência e êxito dos estudantes nesse período de isolamento social. Dentre as ações, estão a disponibilização de kits de gênero alimentícios, auxílio permanência, auxílio emergencial e o auxílio inclusão digital/ apoio pedagógico, além do empréstimo de equipamento de informática, de acordo com as publicações dos editais no sítio eletrônico do IFRO, no período de 2020 a 2022, conforme Quadro 4 a seguir:

**Quadro 4 – Ações de Assistência Estudantil disponibilizado pelo Instituto federal de Rondônia (IFRO) através de editais (2020-2022).**

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA										
BENEFÍCIOS	CAMPUS									
	ARIQUEMES	CACOAL	COLORADO DO OESTE	GUAJARÁ-MIRIM	JARU	JI-PARANÁ	PORTO -VELHO ZONA NORTE	VILHENA	PORTO VELHO – CALAMA	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
<b>Kits de gênero alimentícios</b>	X		X	X	X	X		x	x	x
<b>Auxílio emergencial</b>	X		x						x	
<b>Programa Auxílio Permanência - PROAP</b>	X	X	X	X	X	X	x	x	x	x
<b>Auxílio Inclusão Digital/ Apoio pedagógico</b>	X	x	X	X	X	X	x	x	x	x
<b>Programa de residência pedagógica</b>		X	x	x		x				
<b>Empréstimo de equipamento de informática</b>		x				x		x	x	
<b>Programa de Auxílio a Moradia – PROMORE</b>	X		x	x						

Fonte: <https://portal.ifro.edu.br/editais-proen>

Dentre os programas disponibilizados, destacamos a publicação de editais para a distribuição dos kits de gênero alimentícios, por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O referido auxílio tem a finalidade de contribuir para o sustento e alimentação dos estudantes e familiares durante o período de atividades remotas em decorrência da pandemia de Covid-19.

Conforme observado por Silva *et al.* (2020),

Analisando-se essas experiências em contexto de pandemia, verifica-se fortemente que o PNAE assume um lugar de política pública que ultrapassa o propósito de suprir a “merenda escolar” e se consolida como instrumento de garantia de segurança alimentar e nutricional em um cenário muito mais amplo na sociedade. (SILVA *et al.*, 2020, p. 32).

Outro importante auxílio disponibilizado através de edital foi o Auxílio Emergencial no valor mensal de R\$ 200,00 aos discentes regularmente matriculados no(s) curso(s) integrais e noturnos que estejam em condições de vulnerabilidade socioeconômica e necessitam de auxílio para contribuir com o custeio de suas despesas pessoais, que possam interferir na sua permanência e conclusão do curso, considerando a situação de pandemia provocada pelo Covid-19.

O Programa Auxílio Permanência (PROAP) foi ofertado em todos os *campi*, sendo destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de auxílio para contribuir com sua alimentação, transporte, entre outras, que possam interferir na permanência e conclusão do curso, sendo disponibilizada uma quantia de R\$80,00 a R\$ 250,00 (oitenta a duzentos e cinquenta) reais para a manutenção dos estudantes nesse período pandêmico.

O Auxílio Inclusão Digital/Apoio pedagógico foi fundamental para a manutenção dos estudantes em tempos pandêmicos, considerando a disponibilização de R\$ 1.350,00 para a aquisição de equipamento de Informática (tablet, notebook ou computador de mesa) para a realização das atividades pedagógicas não presenciais em decorrência da Covid-19, sendo disponibilizado por todos os *campi* da instituição. Cabe destacar que o valor do auxílio poderia chegar até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com a faixa de renda per capita família, conforme Resolução nº 02/REIT - CONSUP/IFRO, de 31 de março de 2021<sup>9</sup>.

A disponibilização deste auxílio estudantil foi uma ação específica por conta da pandemia de Covid-19, mediante a adesão do IFRO ao Projeto “Alunos Conectados”, do Ministério da Educação em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que possibilitou a disponibilização de chips com pacotes de dados (internet) para o desenvolvimento das atividades acadêmicas fora do *campus*, sendo de suma importância para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica acompanharem as aulas nesse período de ensino remoto.

De acordo com a Resolução nº 1/REIT – CONSUP/IFRO, de 18 de fevereiro de 2021, o Auxílio Inclusão Digital foi concedido por meio de requerimento ou edital, nas modalidades abaixo descritas:

I. Disponibilização de internet, por meio do Projeto Alunos Conectados do Ministério da Educação – MEC;

---

<sup>9</sup> A referida resolução dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Concessão de Auxílios Financeiros em Caráter Excepcional a Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

- II. Concessão de auxílio financeiro para contratação de plano de internet; e
- III. Concessão de auxílio financeiro para aquisição de equipamentos de informática. (IFRO, 2021).

Além disso, conforme o Quadro 4, o IFRO também realizou o empréstimo de equipamento de informática, visando à inclusão digital, em caráter emergencial e temporário, de estudantes regularmente matriculados/as nos cursos presenciais de graduação, cursos técnicos e pós-graduação.

O Programa Institucional de Residência Pedagógica – PIRP foi disponibilizado no *campus* de Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim e Ji-Paraná, conforme publicização nos sites dos *campi*. A Residência Pedagógica é uma atividade de formação realizada por discente regularmente matriculado em curso de Licenciatura do IFRO e desenvolvida em uma escola pública de educação básica, municipal ou estadual, denominada escola-campo. O valor da bolsa para residentes está fixado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, a ser pago diretamente aos beneficiários em conta corrente, pela CAPES, durante a execução do projeto.

Destacamos, ainda, a publicação de edital para distribuição de auxílios do Programa de Auxílio à Moradia Estudantil (PROMORE) destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica oriundo de outras cidades ou da zona rural que necessitam residir temporariamente no município sede do *campus* para terem ampliadas suas condições de acesso, permanência e conclusão no curso.

Assim, conforme verificado por Feitosa e Oliveira (2022),

[...] em resposta à disseminação do coronavírus (SARS-CoV-2), foram intensificadas ações de Assistência Estudantil com a finalidade de garantir a permanência e êxito dos estudantes nesse período de isolamento social. Dentre as ações estão a disponibilização de kits de gênero alimentícios, auxílio permanência, auxílio emergencial e o auxílio inclusão digital e apoio pedagógico, além do empréstimo de equipamento de informática, de acordo com as publicações dos editais no sítio eletrônico do IFRO. (FEITOSA e OLIVEIRA, 2022, p. 130).

Por conseguinte, conforme dados do Relatório de Gestão do IFRO *Campus* Porto Velho Calama (2020), o IFRO realizou a disponibilização de 1.013 auxílios aos estudantes do *campus*, levando em consideração o cenário de pandemia de Covid-19, sendo 570 discentes atendidos através do Auxílio Emergencial Estudantil, 328 discentes atendidos pelo Auxílio Inclusão Digital, 110 atendidos pelo Auxílio Aquisição de Equipamento de Informática e 244 atendidos por intermédio do Projeto Alunos Conectados (Disponibilização de Chips de Internet); além destes, foram

atendidos 258 estudantes pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, totalizando a distribuição de 520 cestas básicas, 04 discente atendidos pelo Programa de Auxílio Complementar – PROAC e 01 atendido pelo Programa de Atenção à Saúde, Cidadania e apoio ao Ensino – PROSAPEX.

Além destes, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) realizou 22 atendimentos a alunos com necessidades específicas de caráter auditivo, físico, intelectual, visual, altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento, dentre outros.

De acordo com a Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO, os programas de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas têm por finalidade:

[...] garantir aos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, orientá-los quanto à busca dos seus direitos, visando o combate a discriminações, indiferenças e preconceitos, bem como aquisição de equipamentos de tecnologias assistivas. (IFRO, 2018, p. 24).

Assim, podemos perceber que, mesmo em meio às dificuldades e desafios impostos pela pandemia de Covid-19, o IFRO continuou com o atendimento aos discentes, realizando ações de Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes no percurso formativo, desenvolvendo através da disponibilização de auxílios e programas uma estratégia para a manutenção dos estudantes na instituição.

No ano de 2021, segundo dados do Relatório de Gestão do IFRO (2021), no Campus Porto Velho Calama, foram disponibilizados 1.434 auxílios estudantis nas modalidades de auxílio emergencial (570 discentes atendidos), Auxílio inclusão digital (404 discentes atendidos), Auxílio Aquisição de Equipamento de Informática (111 discentes atendidos), Projeto Alunos Conectados - Disponibilização de Chips de Internet (81 discentes atendidos), Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (258 discentes atendidos) – com a distribuição de 950 cestas básicas – Programa de Auxílio Complementar – PROAC (09 discentes atendidos) e Programa de Atenção à Saúde, Cidadania e apoio ao Ensino – PROSAPEX (01 discente atendido), além do Empréstimo de Computadores para Alunos (64 discentes atendidos).

Esses auxílios estudantis foram disponibilizados visando à permanência dos discentes no IFRO durante a pandemia de Covid-19. Ao todo, a Assistência Estudantil do *Campus* Porto Velho Calama aplicou recursos na ordem de R\$ 1.045.296,52 dos quais R\$ 726.497,00 são oriundos do orçamento do *campus* (IFRO, 2021).

Cabe destacar que o Programa de Educação Emocional – IFRO *Campus* Porto Velho Calama desenvolveu, por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), atendimento a 25 alunos em 2021, sendo o programa apresentado na Semana de Educação Profissional e Tecnológica por docentes do núcleo, em Brasília (IFRO, 2021).

Em relação aos auxílios disponibilizados no âmbito da pesquisa, cabe à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP) e suas unidades subordinadas desenvolverem atividades e políticas de pesquisa e inovação, integradas ao ensino e à extensão (IFRO, 2018).

Nesse sentido, de acordo com a Resolução nº 26/REIT - CONSUP/IFRO, de 04 de abril de 2018, a promoção de ações de pesquisa e inovação contemplam os seguintes programas:

Programa Institucional de Pesquisa (PIP); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (PIBIC-AF); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq (PIBITI); e Editais de incentivo à divulgação e participação em eventos científicos, tecnológicos e de inovação. (IFRO, 2018, p. 25).

Além dos programas de pesquisa, a extensão também disponibiliza programas para incentivar os discentes a desenvolverem projetos nesta área. Os programas nesta área serão desenvolvidos por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão e os Departamentos de Extensão presentes em todos os *campi* do IFRO e terão o objetivo de estimularem ações voltadas à sociedade como um todo, cumprindo assim uma das missões da instituição.

Nesse contexto, de acordo com a Resolução Nº 26/REIT, as ações dos programas de extensão abrangem o relacionamento dos discentes diretamente com a sociedade, sejam as relações para o mercado do trabalho ou para transformação da sociedade em que o IFRO está inserido, sendo disponibilizados por intermédio

dos seguintes programas: Programa de Incentivo à Arte e Cultura e Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer.

Dessa forma, através desta seção, foi possível apontar quais as ações de Assistência Estudantil promovidas pelo Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, que visam à ampliação da garantia de permanência e êxito dos estudantes, com ênfase no período da pandemia de Covid-19, sendo este, um dos objetivos específicos da pesquisa.

A seguir, discorreremos sobre a metodologia adotada para atingir os objetivos da pesquisa, elencando o tipo de pesquisa, o local onde a pesquisa foi desenvolvida, bem como os participantes da pesquisa, além de informar os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

## 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, será apresentada a metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Assim, nossa pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, de natureza aplicada, sendo considerada como um estudo de caso. Adotou-se uma abordagem qualitativa para tratamento dos dados, tendo como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, além da entrevista e do questionário.

A pesquisa desenvolveu-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Calama, com sede localizada na Avenida Calama nº 4985, no Bairro Flodoaldo Pontes Pinto.

Cabe destacar que participaram da pesquisa os alunos do terceiro ano dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química, bem como os servidores que participam/participaram da Política de Assistência Estudantil do referido *campus* no período da pandemia de Covid-19.

### 4.1 Tipo de pesquisa

Tendo em vista a necessidade de uma melhor familiarização com o nosso problema de pesquisa, com o propósito de torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, bem como a necessidade de utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, nossa pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, de natureza aplicada (GIL, 2002).

Assim, para uma melhor compreensão dos objetivos elencados, bem como uma melhor apreciação desta pesquisa, observou-se a necessidade da utilização de uma abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista e o questionário, sendo considerada como um estudo de caso.

Como salienta Lüdke e André (1986), o estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, ou complexo e abstrato, sendo ele bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo.

Para uma melhor avaliação da concepção dos discentes sobre a Política de Assistência Estudantil do IFRO, foi realizada a aplicação de um questionário *online*, composto por 17 questões fechadas e 06 questões abertas, abordando a temática da Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFRO, com ênfase no período da pandemia de Covid-19. Para Gil (2002), a vantagem da aplicação do questionário é que este instrumento constitui o meio mais rápido e barato de obtenções de informação, além de garantir o anonimato.

Assim, considerando a necessidade de uma familiarização com a Política de Assistência Estudantil do IFRO, foram realizadas entrevistas com os servidores que atuam/aturaram na gestão da assistência estudantil do IFRO na pandemia. Segundo Lakatos e Marconi (2012, p. 195), “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Nesse sentido, detectou-se a necessidade da realização de pesquisa bibliográfica no momento que buscamos elementos para a estruturação da fundamentação teórica da pesquisa. Nessa direção, Gil (2002) salienta que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44).

Desse modo, também foi desenvolvida a pesquisa documental, considerando a necessidade da análise de documentos como (leis, regulamentos, resoluções, instrução normativa, jornais, revistas, etc). Para Lüdke e André (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagens de dados qualitativos, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

As autoras definem documento como sendo quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação. Segundo Gil (2002), a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens, como o custo baixo da pesquisa e a não exigência do contato com os sujeitos da pesquisa; como limitação, o autor pontua a não representatividade e a subjetividade dos documentos.

## 4.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Calama, com sede localizada na Avenida Calama nº 4985, no Bairro Flodoaldo Pontes Pinto.

Segundo o PDI (2018-2022), a área de atuação do IFRO é:

[...] ampla e complexa e envolve ações de formação de pessoal, profissional e acadêmica, que vão da educação básica e da formação inicial e continuada à pós-graduação, formando e qualificando pessoas em áreas que atendem as realidades socioeconômicas e culturais das microrregiões onde os campi estão localizados. Além disso, busca desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação superior. (IFRO, 2018, p. 17).

O *Campus* Porto Velho Calama oferta diversos cursos na modalidade que vão desde formação de nível médio (Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio e Subsequente ao Ensino Médio) à Educação Superior, nas modalidades de Tecnólogo, Licenciatura, Bacharelado e Pós-graduação (Mestrado Profissional), conforme explicitado no Quadro 5 abaixo.

**Quadro 5 – Cursos ofertados pelo IFRO – Campus Porto Velho Calama.**

<b>FORMAÇÃO</b>	<b>CURSO</b>
<b>Integrado</b>	Técnico em Edificações
	Eletrotécnica
	Informática
	Química
<b>Subsequente ao Ensino Médio</b>	Eletrotécnica
	Manutenção e Suporte em Informática
<b>Superior Tecnólogo</b>	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
<b>Superior Licenciatura</b>	Física
<b>Superior Bacharelado</b>	Engenharia Civil
	Engenharia de Controle e Automação
<b>Pós-Graduação</b>	Gestão Ambiental
	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT
	Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Fonte: <https://portal.ifro.edu.br/cursos>

Como podemos observar, o IFRO possibilita que o aluno ingresse no Ensino Médio e tenha a possibilidade de concluir uma Pós-Graduação. Para Pacheco

(2015), a verticalidade é um elemento inovador dos Institutos Federais, possibilitando a oferta de cursos em todas as modalidades de ensino.

Na perspectiva do autor (PACHECO, 2011, p. 21),

A verticalização, por seu turno, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações. Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida com os alunos do terceiro ano dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química, bem como os servidores que participam/participaram da política de assistência estudantil do referido *campus*.

O *Campus* Porto Velho Calama foi instituído, primeiramente, como Unidade Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal de Rondônia, criada pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, sendo que em 14 de março de 2008 foi realizada a primeira Audiência Pública a respeito da implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia, UNED de Porto Velho, ocasião em que a Prefeitura Municipal doou uma área de 68 mil m<sup>2</sup> para a construção do *Campus*, na Av. Calama, entre a Rua Apolo e a Rua do Igarapé, conforme exposto na Figura 4.

**Figura 4 – Entrada do *Campus* Porto Velho Calama**



Fonte: Acervo do *Campus* Porto Velho Calama

Por conseguinte, em dezembro daquele mesmo ano, as Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas e os CEFETs foram unificados sob a denominação de Institutos Federais, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Inicialmente, foram ofertados à comunidade os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade subsequente no segundo semestre de 2010; os cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Informática, na modalidade integrada, foram implantados em 2011.

### **4.3 Participantes da pesquisa**

Para atender ao objetivo proposto, teremos como critério de inclusão da presente pesquisa, os responsáveis pelo gerenciamento das Políticas de Assistência Estudantil do IFRO Campus Porto Velho Calama e os alunos do 3º (terceiro) ano dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do Campus Porto Velho/Calama do IFRO, compreendendo os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química, devidamente autorizados e/ou voluntários a participarem da pesquisa.

A abordagem aos estudantes ocorreu através da apresentação do projeto de pesquisa, realizado em dia previamente agendado com os professores, mediante a anuência da coordenação dos cursos, visando não prejudicar o horário das aulas. Na oportunidade, foram apresentados os objetivos da pesquisa, os referenciais teóricos que serviram de embasamento para a temática proposta, o problema da pesquisa, a metodologia utilizada para compreender os objetivos propostos e os procedimentos metodológicos para a coleta dos dados.

Após a apresentação do projeto de pesquisa, foi entregue aos alunos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Apêndice D, para autorização dos pais ou responsáveis pelos alunos menores de idade, bem como o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), Apêndice E, para assinatura dos alunos menores de idade que quiseram contribuir com a pesquisa, mediante autorização dos pais ou responsáveis. Os alunos maiores de idade assinaram o Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Apêndice C, no ato da resposta ao questionário. Também foram informados sobre as próximas etapas da pesquisa,

como a aplicação do questionário para discutir sobre a materialização da “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”.

Dessa forma, a aplicação questionário *on line*, Apêndice F, foi realizada em sala de aula para os alunos maiores de idade que aceitaram participar da pesquisa, no mês de outubro de 2022. Aos alunos menores de idade, foi passada uma lista para preenchimento do e-mail ou WhatsApp para posterior encaminhamento do link de acesso ao questionário, após a entrega do TCLE com os consentimentos dos pais ou responsáveis. Assim, estando devidamente autorizados a contribuírem com a pesquisa, participaram um total de 61 alunos.

Registra-se que foi descartada a participação de 10 alunos, totalizando 51 participantes ativos, pois não entregaram o TCLE assinado pelos pais ou responsáveis. Acredita-se que os referidos alunos preencheram o formulário por equívoco, porém foi possível identificar o erro no momento da análise e tratamento dos dados, sendo que as respostas dos alunos foram retiradas da pesquisa.

Ao todo, o projeto de pesquisa foi apresentado a 8 turmas, compreendendo os terceiros anos dos cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química, nos turnos matutino e vespertino.

Por conseguinte, foram realizadas entrevistas com três servidores que participam e/ou participaram da gestão da Política de Assistência Estudantil do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, conforme Apêndice B. Os voluntários foram abordados através de um convite encaminhado aos seus respectivos e-mails, com cópia oculta, sendo agendado um dia específico para a realização das entrevistas.

As entrevistas ocorreram no IFRO *Campus* Porto Velho Calama, no mês de setembro e outubro de 2022, sendo compostas por 7 perguntas relativas ao funcionamento da política de assistência estudantil do IFRO, com ênfase no período de pandemia, tendo duração média de 10 minutos.

#### **4.4 Procedimentos metodológicos da pesquisa**

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFRO, sendo aprovado através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 57640022.0.0000.5653, cumprindo assim todos os protocolos éticos para a realização da pesquisa, seguindo, dessa forma, o estabelecido na Resolução CNS

nº 466, de 2012, e na Norma Operacional nº 001, de 2013, do Conselho Nacional de Saúde.

Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas a análise bibliográfica, documental, entrevista e o questionário, conforme o percurso metodológico apresentado no Quadro 6 abaixo:

**Quadro 6 – Percurso metodológicos da pesquisa**

<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b>		
<b>OBJETIVOS</b>	<b>INSTRUMENTO</b>	
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 1</b>	Analisar o aspecto histórico da implantação da política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais, tendo como objeto o Instituto Federal de Rondônia, Campus Porto Velho Calama.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise bibliográfica</li> <li>• Análise documental</li> </ul>
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 2</b>	Apontar quais as ações de Assistência Estudantil promovidas pelo Instituto Federal de Rondônia, Campus Porto Velho Calama, que visam a ampliação da garantia de permanência e êxito dos estudantes no período de pandemia da Covid-19 (2020/2021).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise documental</li> <li>• Entrevista (gestores da Assistência Estudantil)</li> </ul>
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 3</b>	Identificar o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas e não bolsistas do 3º ano dos cursos do Ensino Médio Integrado do IFRO, Campus Porto Velho Calama.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (alunos)</li> </ul>
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 4</b>	Desenvolver um produto educacional mediante a elaboração de uma “Cartilha” sobre os Auxílios Estudantis para os estudantes do Instituto Federal de Rondônia, com base no resultado da pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário, entrevista (alunos)</li> <li>• Roda de conversa com os alunos</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Conforme mencionado acima, para a realização do primeiro objetivo específico da pesquisa, analisar o aspecto histórico da implantação da política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais (IFs), tendo como objeto o Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, realizamos uma pesquisa bibliográfica através de livros, teses, dissertações e artigos científicos com a temática voltada para a assistência estudantil nos Institutos Federais, com ênfase à história da implementação da AE no IFRO, bem como pela análise documental, por intermédio da pesquisa das resoluções, portarias e documentos institucionais do IFRO.

Atingimos o segundo objetivo específico da pesquisa, que foi apontar quais as ações de Assistência Estudantil promovidas pelo Instituto Federal de Rondônia,

*Campus* Porto Velho Calama, que visam à ampliação da garantia de permanência e êxito dos estudantes no período de pandemia da Covid-19 (2020/2021), mediante a análise aos editais de auxílios estudantis, disponíveis no portal do IFRO, bem como pela entrevista realizada com os servidores que participam/ participaram do setor que gerencia os auxílios estudantis do *Campus* Porto Velho Calama, durante a pandemia.

O terceiro objetivo específico da pesquisa, de identificar o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas e não bolsistas do 3º ano dos cursos do Ensino Médio Integrado do IFRO, *Campus* Porto Velho Calama, foi contemplado através do questionário *online*, aplicado por intermédio do *google forms*, respondido pelos alunos do terceiro ano dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química.

Assim, para atingir o quarto objetivo específico da pesquisa, que foi desenvolver um produto educacional mediante a elaboração de uma “Cartilha” sobre os Auxílios Estudantis para os estudantes do Instituto Federal de Rondônia, foi realizado um convite aos estudantes para uma roda de conversa com o objetivo de incentivar a participação destes na elaboração da “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”, sendo que as atividades seriam realizadas mediante os seguintes objetivos específicos:

- Discutir sobre os aspectos históricos referentes à Política de Assistência Estudantil do IFRO.
- Definir a estrutura da Cartilha, visando à inclusão de informações que facilitem a leitura e compreensão dos Auxílios Estudantis disponibilizados pelo IFRO.
- Dialogar sobre o layout da Cartilha, tornando-a com um visual atrativo para os leitores.
- Descrever as ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no IFRO durante a pandemia de Covid-19
- Avaliar a versão final da Cartilha, com possível publicação no site do IFRO.

Cabe salientar que não houve alunos interessados em realizar a roda de conversa. Diante desse fato, a cartilha foi elaborada pelo pesquisador e

encaminhada aos alunos e servidores da Política de Assistência Estudantil para avaliação e possíveis sugestões de melhoria.

Por fim, com a obtenção dos dados coletados através análise bibliográfica, documental, entrevista e questionário, as informações foram categorizadas e sintetizadas para a análise das informações. Os dados ficaram sob responsabilidade do pesquisador que os manterá armazenados, em HD Externo, por um período de 5 anos para eventuais esclarecimentos.

#### **4.5 Procedimentos para análise dos dados**

Para a análise dos dados coletados através dos questionários e entrevistas, inserimos as informações em uma planilha do programa Excel, desenvolvido pela Microsoft, possibilitando a testagem de variáveis das respostas, bem como a obtenção de gráficos que auxiliaram na sistematização das informações. Nesse sentido, utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2016) para a interpretação dos dados coletados.

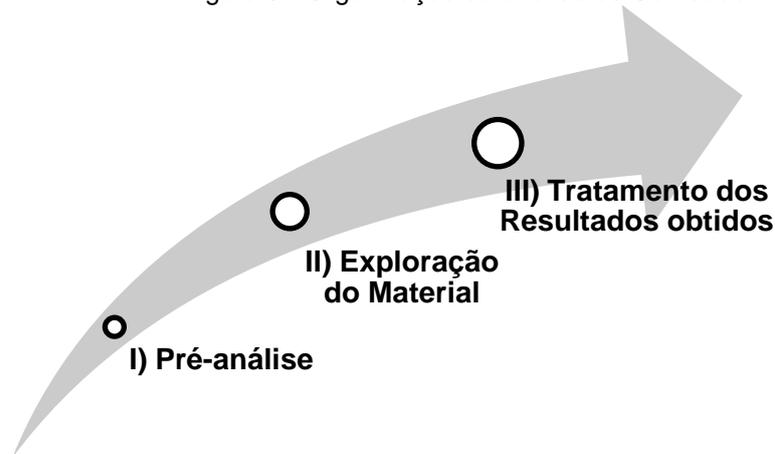
Segundo a autora, a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de reprodução/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2016, p. 48).

Assim, recorreremos à análise de conteúdo de Bardin (2016) quando necessitamos descrever, sistematizar, organizar e interpretar o conteúdo dos textos e documentos obtidos por intermédio da pesquisa, em especial os dados coletados através da entrevista e do questionário.

A autora ainda destaca que as diferentes fases da análise de conteúdo se organizam em torno de três polos cronológicos, conforme Figura 5, abaixo:

Figura 5 - Organização da análise de Conteúdo



Fonte: Bardin, 2016.

Portanto, através da análise, inferência e interpretação dos dados, discorreremos a seguir sobre a percepção dos gestores e discentes em relação à Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFRO, com ênfase no período pandêmico, conforme os objetivos propostos pela pesquisa, além de analisar o perfil e aspectos socioeconômicos dos alunos participantes da pesquisa, bem como o impacto da Assistência Estudantil para os alunos bolsistas e não bolsistas e a percepção destes acerca da Política de Assistência Estudantil do IFRO.

## 5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa que teve como objetivo geral avaliar a concepção dos discentes sobre os programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo como estes estudantes pensam e refletem sobre a Política de Assistência Estudantil no contexto da pandemia de Covid-19.

Para atingirmos o objetivo proposto, bem como uma compreensão da Política de Assistência Estudantil desenvolvida pelo IFRO no período da pandemia de Covid-19, foram realizadas três entrevistas com os servidores que participam e/ou participaram da gestão da Política de Assistência Estudantil do IFRO *Campus* Porto Velho Calama.

Além das entrevistas, realizamos a aplicação de um questionário *online* com 51 alunos do terceiro ano dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química.

### 5.1 Análise da percepção dos gestores sobre a Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFRO, no período pandêmico

Para uma melhor análise da percepção dos gestores sobre a Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFRO *Campus* Porto Velho Calama, no período da pandemia de covid-19, foram realizadas entrevistas com os servidores que participam e/ou participaram da gestão da Política de Assistência Estudantil do referido campus com o objetivo de compreender como ela funciona na instituição.

Ao todo, participaram das entrevistas três servidores do Departamento de Assistência ao Educando – DEPAE e da Comissão de Elaboração, Análise e Concessão de Auxílios – (CEAC) do IFRO, campus Porto Velho Calama, doravante denominados de S1, S2, S3, de acordo com a ordem cronológica das entrevistas. Cabe salientar que foram solicitadas entrevistas com seis servidores, sendo que, destes, três prontamente atenderam à solicitação, ou seja, 50% do total possível.

Assim, visando compreender quais as ações de Assistência Estudantil promovidas pelo Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Calama no

período de pandemia da Covid-19, analisamos as respostas dos servidores entrevistados sob a óptica de quatro categorias, conforme discriminadas na Tabela 1 a seguir:

**Tabela 1 – Categoria sobre as ações de Assistência Estudantil do IFRO no período da pandemia**

Categoria 1	Divulgação dos auxílios estudantis
Categoria 2	Auxílios Estudantis disponibilizados durante a pandemia de Covid-19
Categoria 3	Recursos destinados à Política de Assistência Estudantil
Categoria 4	Participação da comunidade acadêmica nas decisões que envolvem a Política de Assistência Estudantil

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Com a finalidade de identificar o modo que é realizada a divulgação dos auxílios estudantis, indagamos aos entrevistados “Como é realizada a divulgação dos Auxílios Estudantis no IFRO Campus Porto Velho Calama?” Assim, obtivemos as seguintes respostas, referente à Categoria 1:

**S1** - A divulgação dos Auxílios Estudantis é realizada através do site do IFRO, além disso, no ato da matrícula dos alunos novatos, os pais já recebem prévia informação dos auxílios disponibilizados pela instituição. Para os alunos que veteranos há a divulgação através de e-mail, informes no site e grupos de WhatsApp das lideranças estudantis que reencaminham a divulgação dos editais para os grupos das turmas.

**S2** - A divulgação principal ocorre pelo site institucional, através da publicação do Edital. Também são encaminhados por emails cadastrados e grupos de WhatsApp, além de esclarecimentos de dúvidas no Setor Depae.

**S3** - Por meio de edital específico, aos pais no momento do ingresso na instituição.

Dessa forma, pode-se observar que o IFRO Campus Porto Velho Calama realiza a divulgação dos editais de assistência estudantil pelo seu sítio eletrônico, e-mail dos alunos e grupos de WhatsApp das turmas, além de esclarecer dúvidas através do DEPAE. Cabe ressaltar que o S1 informou que os auxílios de assistência estudantis também são divulgados por intermédio da “[...] semana de integração, na primeira semana de aula, onde é feito um trabalho pelo departamento de divulgação

através do serviço social em todas as turmas, englobando tanto os ingressantes quanto os alunos que já estão na instituição”.

Para uma melhor compreensão da Categoria 2, indagamos aos servidores quais foram os Auxílios Estudantis disponibilizados pelo IFRO *Campus* Porto Velho Calama durante a pandemia de Covid-19. Nesse viés, obtivemos a seguinte resposta do S2:

**S2** – Durante a pandemia de Covid-19, o IFRO campus Porto Velho calama disponibilizou os seguintes auxílios estudantis: Kit de alimentos: ocorreu através da manifestação de interesse por formulário online, foi possível através de uma flexibilização na legislação do PNAE para uso durante a pandemia. O Projeto alunos conectados que previa a distribuição de chips de celular (claro) com internet para uso durante o ensino remoto. O Empréstimo de computadores do campus para uso durante o ensino remoto. A aquisição de equipamento de informática: auxílio financeiro para compra de computador ou tablet utilizado somente durante o ensino remoto (pandemia). Além dos já disponíveis antes da pandemia como o PROAP (Programa de Concessão de Auxílio à Permanência) e o PROAC (Programa de Auxílio Complementar).

Cabe salientar que, além destes, o S1 destacou como auxílio disponibilizado o “Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que foi repassado aos alunos através de cestas básicas e de frutas de alimentos, sendo concedidos por intermédio de edital específico”, e o S3 acrescentou os auxílios estudantis “PROMORE, PROSAPEX, e CHIP da claro”, como ações da instituição no período pandêmico.

Além destes auxílios estudantis, os participantes da pesquisa relataram que a instituição dispõe de serviços realizados por equipes multidisciplinares, compostas por assistente social, pedagogo, psicólogo, enfermeiro e assistente de aluno. Quando perguntado, os participantes informaram que os serviços da equipe multiprofissional continuaram de forma remota por conta da pandemia.

No tocante aos recursos destinados à Política de Assistência Estudantil do IFRO, conforme estipulado na Categoria 3, foi perguntado a avaliação dos entrevistados em relação aos recursos destinados à Política de Assistência Estudantil do IFRO, bem como se esse recurso atendeu aos discentes que deles necessitaram durante a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, os entrevistados expuseram suas avaliações, conforme a seguir:

**S1** - Quando eu entrei no IFRO, achei fantástica essa política, essa preocupação de se destinar por lei um valor determinado para essa

assistência aos alunos. Acredito que ela é de grande valia. Nós temos muitos alunos que ao final do curso nos comunicam que só conseguiram permanecer por conta dos recursos da assistência estudantil. Acredito que deveria ter uma maior porcentagem atendida, mas o recurso não é suficiente para atender a demanda de todos. Durante a pandemia, mesmo de forma limitada, o recurso atendeu, mas ficou complicado pelo fato da divulgação online dificultar muito. É Muito difícil o aluno se inscrever sem a presença de alguém para auxiliá-lo. Enfim, os auxílios estudantis contribuem com a permanência e êxito dos alunos na instituição.

**S2** - Os recursos auxiliam na permanência e êxito dos estudantes, contribuindo para sua formação integral, pois contribuem tanto no aspecto financeiro quanto na formação integral do estudante por meio do ensino de qualidade fornecido por esta conceituada instituição que mesmo durante a pandemia atendeu todos os alunos por meio do ensino remoto, apoio psicológico e orientação pedagógica.

**S3** - Atende sim a demanda do IFRO/Calama, mesmo com as notícias de contingenciamento, os recursos suprem a necessidade dos alunos do campus.

Nesse sentido, percebe-se o esforço institucional para que os alunos possam ser assistidos através dos recursos da assistência estudantil, mesmo em meio às dificuldades ocasionadas pelo contingenciamento do orçamento, por exemplo, que teve impacto negativo para a Política de Assistência Estudantil.

A respeito disso, cabe salientar que, em junho de 2022, o IFRO divulgou, através de seu sítio eletrônico, uma nota<sup>10</sup> à comunidade a respeito do bloqueio de 21,75% do seu orçamento de custeio. A nota enfatiza que o bloqueio foi realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e resultou da decisão do Governo Federal de contingenciar 14,5% do orçamento da Educação em 2022, sem aviso prévio nem diálogo com as instituições.

Apesar da decisão do governo de retirar parte do orçamento do IFRO, inviabilizando o funcionamento pleno do Instituto no exercício 2022, a nota reforça que serão priorizados todos os programas e ações de assistência estudantil, garantindo a realização das atividades necessárias, além de minimizar os impactos resultantes do período de atividades remotas sobre o aprendizado dos estudantes.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/12302-nota-a-comunidade-bloqueio-do-orcamento-da-educacao>.

No tocante à participação da comunidade acadêmica nas decisões que envolvem a Política de Assistência Estudantil, conforme estipulado na Categoria 4, os entrevistados apresentaram as informações, conforme a seguir:

**S1** - Há consulta com os alunos em relação à melhora na quantidade e aumento no valor de bolsas estudantis. Os servidores que trabalham com a política de assistência no final do ano fazem uma avaliação através dos depoimentos que são colhidos dos pais e alunos para tentar melhorar no ano seguinte. Porém, acho que deveria haver uma maior participação dos pais principalmente nas decisões da assistência estudantil.

**S2** - A participação nas decisões ocorre por consulta pública na elaboração ou revisão dos regulamentos de assistência estudantil e através de recursos protocolados no DEPAE, quando necessário.

**S3** - Considerando que os alunos ingressantes são menores de idade, os pais participam desde o edital de seleção dos auxílios estudantis, através da assinatura do termo de responsabilidade das informações prestadas, bem como da abertura de conta e demais procedimentos estabelecidos pelo edital.

Nesse quesito, percebe-se a necessidade de mais participação dos pais na política de assistência estudantil da instituição. Cabe ressaltar a importância da participação dos alunos na apresentação de melhorias e sugestões para a manutenção dos auxílios estudantis, considerando que são afetados diretamente por esta política educacional.

Dessa forma, por meio da análise dos dados coletados, atingimos o estipulado em um dos objetivos específicos da pesquisa, que foi o de apontar quais as ações de Assistência Estudantil promovidas pelo Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, que visam à ampliação da garantia de permanência e êxito dos estudantes no período da pandemia de Covid-19.

## **5.2 Análise da percepção dos discentes acerca da Política de Assistência Estudantil do IFRO**

Nesta seção, realizaremos a análise e interpretação dos dados obtidos por intermédio do questionário aplicado aos alunos. O questionário foi realizado através da plataforma *Google Forms*, aplicativo do Google que permite a criação, compartilhamento e disponibilização de formulário na web, sendo composto por 17

questões fechadas e 06 questões abertas, abordando a temática da Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFRO.

O universo da pesquisa compreendeu 51 respostas obtidas através dos discentes dos terceiros anos dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química com o objetivo de compreender como estes estudantes pensam e refletem sobre a Política de Assistência Estudantil do IFRO no contexto da pandemia de Covid-19.

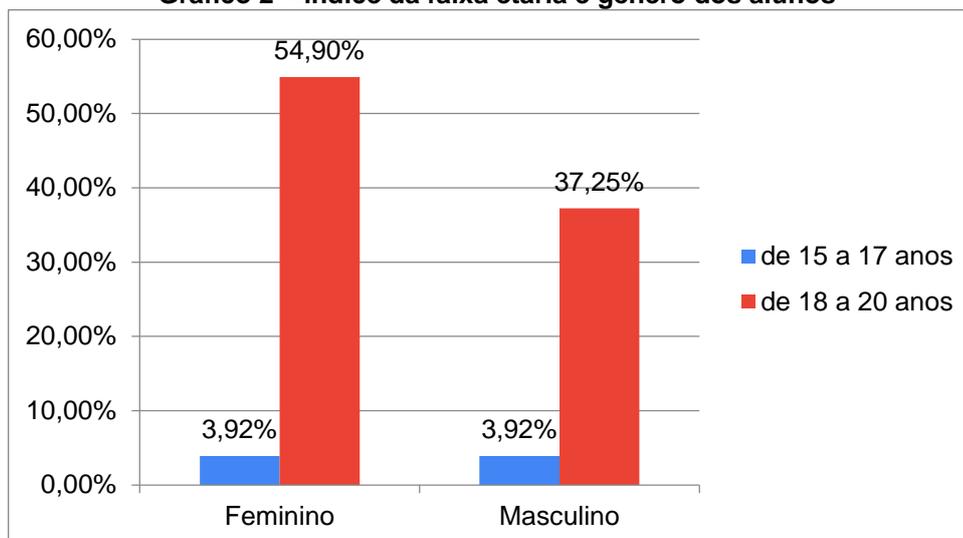
Cabe salientar que, segunda a Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, no ano de 2022 haviam 229 alunos matriculados no turno matutino e vespertino dos referidos cursos. Assim, a pesquisa atingiu um percentual de 22,27% dos discentes possíveis.

As perguntas foram formuladas em 04 etapas para uma melhor compreensão dos objetivos propostos pela pesquisa, abrangendo: (I) o perfil dos alunos participantes da pesquisa; (II) os aspectos socioeconômicos dos alunos participantes da pesquisa; (III) o impacto da Assistência Estudantil para os estudantes bolsistas e não bolsistas; e (IV) a percepção dos alunos acerca da Assistência Estudantil do IFRO.

### **5.2.1 Perfil dos alunos participantes da pesquisa**

O questionário *online* foi aplicado aos alunos do terceiro ano dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, tendo participado da pesquisa um total de 51 alunos dos cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química.

Com base nas informações obtidas através da pesquisa, conforme exposto no Gráfico 2, a maioria dos alunos que responderam ao questionário são do gênero feminino, ou seja, 59%; enquanto os alunos do gênero masculino representam 41% dos participantes da pesquisa, sendo que a maioria dos participantes tem idade de 18 a 20 anos (92%), ao passo que 8% são alunos de 15 a 17 anos.

**Gráfico 2 – Índice da faixa etária e gênero dos alunos**

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Atribui-se ao fato de a maioria dos participantes serem maiores de idade por 02 fatores: primeiramente, o público-alvo da pesquisa foram os alunos do terceiro ano dos Cursos Técnicos Integrados, compreendendo em sua maioria alunos a partir de 17 anos de idade, tendo em vista que são alunos com vivências expressivas na instituição, podendo contribuir de forma eficaz através de suas experiências adquiridas ao longo do curso.

O outro fator está relacionado à assinatura do TCLE pelos pais ou responsáveis dos alunos menores de idade. Apesar de no ato da apresentação do projeto de pesquisa aos alunos, alguns de imediato manifestaram interesse em participar, porém, tendo em vista que não entregaram o referido termo devidamente assinado pelos pais ou responsáveis, não puderam ter a participação na pesquisa efetivada.

Nesse contexto, a dificuldade em realizar pesquisa com alunos menores é observada de forma recorrente nos trabalhos publicados. Em sua pesquisa, Medeiros (2020) menciona a dificuldade de ampliar o número de participantes na pesquisa pelo fato dos alunos menores não entregarem o TCLE e TALE com a devida assinatura. A autora reforça ainda que “[...] por várias vezes foram estendidos os prazos para entrega dos termos, mas infelizmente muitos não quiseram colaborar com a pesquisa.” (MEDEIROS, 2020, p. 85).

Por conseguinte, a Tabela 2, a seguir, apresenta um demonstrativo de participantes por curso, bem como as suas respectivas cor, raça e etnia. Dessa

forma, podemos afirmar que do total de 51 participantes, 31% correspondem ao curso Técnico em Eletrotécnica, 20% são do curso Técnico em Informática, 8% são do curso Técnico em Química e 41% representam o curso Técnico em Edificações, todos da modalidade Integrada ao Ensino Médio.

**Tabela 2 – Demonstrativo de alunos por Curso/Cor/Raça/Etnia**

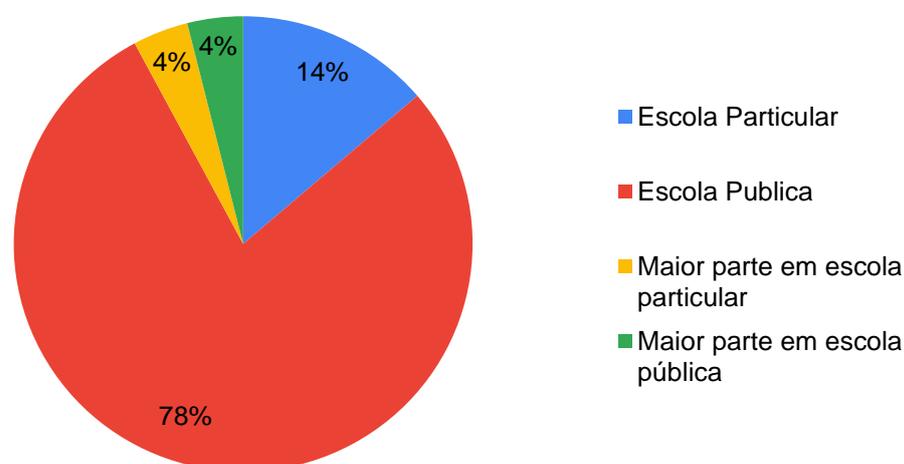
Curso	Cor/ Raça/ Etnia				Total Geral
	Amarela	Branca	Parda	Preta	
<b>Eletrotécnica</b>	0,00%	5,88%	21,57%	3,92%	31,37%
<b>Informática</b>	0,00%	3,92%	13,73%	1,96%	19,61%
<b>Química</b>	0,00%	0,00%	7,84%	0,00%	7,84%
<b>Técnico em Edificações</b>	1,96%	7,84%	15,69%	15,69%	41,18%
<b>Total Geral</b>	<b>1,96%</b>	<b>17,65%</b>	<b>58,82%</b>	<b>21,57%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Neste contexto, podemos observar uma diversificação no fenótipo dos estudantes que participaram da pesquisa. De acordo com a pesquisa, 58,82% dos participantes se declararam como pardos, 21,57% como pretos, 17,65% como brancos e 1,96% identificaram-se com a cor da pele amarela.

O Gráfico 3 apresenta um panorama das instituições de ensino em que os estudantes concluíram o ensino fundamental. Conforme exposto pela pesquisa, 78% dos alunos concluíram o ensino fundamental em escola pública, enquanto 14% concluíram em escola particular, sendo que 4% cursaram a maior parte em escola particular e 4% cursaram a maior parte em escola pública.

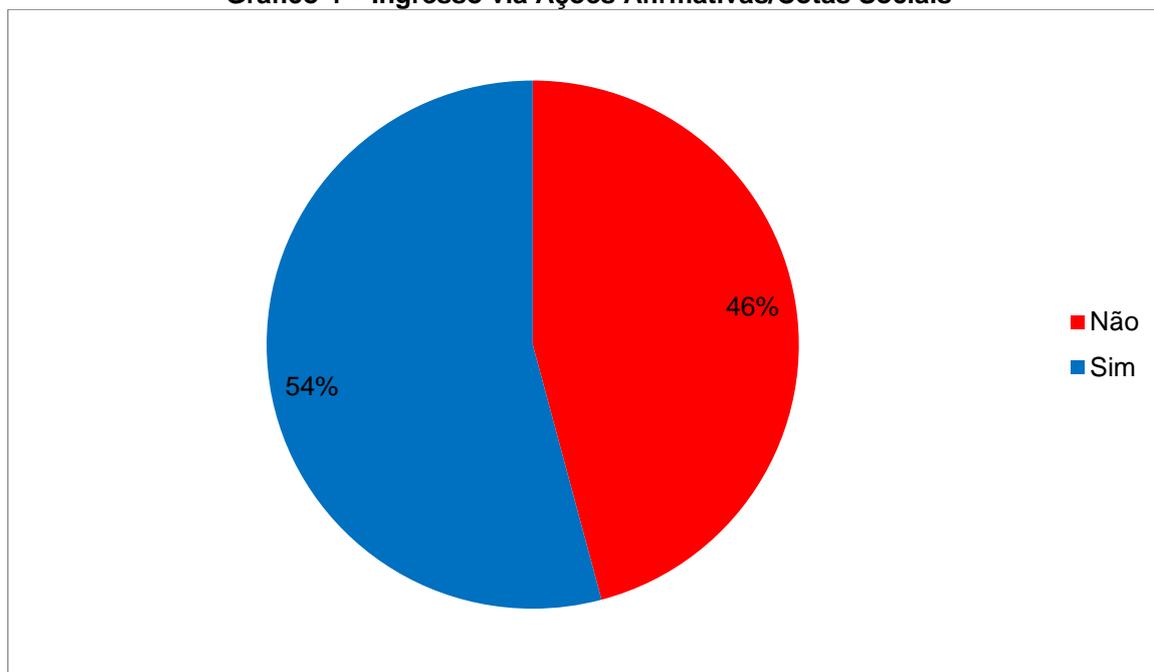
**Gráfico 3 – Escola de origem dos estudantes**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O Gráfico 4 indagava se os estudantes ingressaram pelo sistema de reserva de vagas (Ações Afirmativas/Cotas Sociais) do IFRO. Os dados demonstraram que 51% dos alunos participantes da pesquisa ingressaram via sistema de ações afirmativas, enquanto 43% ingressaram pelas vagas de ampla concorrência. Os demais (6%) desconhecem o sistema de cotas do IFRO.

**Gráfico 4 – Ingresso via Ações Afirmativas/Cotas Sociais**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Como podemos observar no Gráfico 4, a maioria dos participantes da pesquisa (54%) ingressaram no IFRO via sistema de cotas sociais. Assim, este número expressivo de alunos é fruto da implementação da Lei de Cotas, que possibilitou uma democratização do acesso a uma parcela da população que antes tinha esse direito negado.

Souza (2022), em sua pesquisa, evidenciou que a implementação da Lei de Cotas elevou o acesso dos alunos autodeclarados “preto”, “pardo”, “indígenas”, e pessoas com deficiência, oriundos de escola pública, no IFRO, possibilitando o acesso da classe trabalhadora ao ensino tecnológico.

Nesse sentido, cabe ressaltar que como política de ingresso, o IFRO, através da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, reserva no mínimo 50% (cinquenta por

cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*, e se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência. Segundo o referido dispositivo legal:

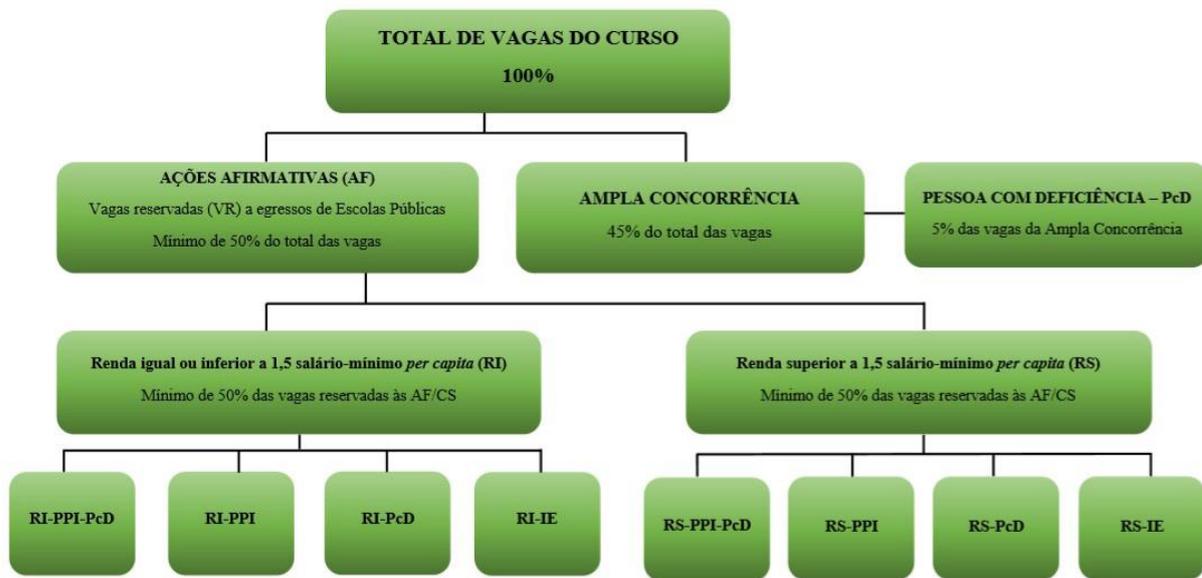
Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (BRASIL, 2012).

Assim, sistematizamos, através da Figura 6, a distribuição das vagas dos cursos técnicos de nível médio (integrado, subsequente e concomitante) e graduação do Instituto Federal de Rondônia nos anos de 2020 a 2022, sendo que 50% das vagas são reservadas para Ações Afirmativas (Pretos, Pardos e Indígenas); 45% das vagas para Ampla Concorrência e os outros 5% das vagas são destinadas às pessoas com deficiência, conforme abaixo:

**Figura 6 – Formas de ingresso no IFRO, editais de 2020 a 2022**



Fonte: Edital de processo seletivo discente (2020 a 2022).

Conforme exposto acima, o IFRO distribui suas vagas da seguinte forma: 50% das vagas são para Ações Afirmativas de pretos, pardos e indígenas; 45% das vagas para Ampla Concorrência; e os outros 5% das vagas são destinadas às pessoas com deficiência, possibilitando que o acesso à instituição seja realizado de forma democrática.

Assim, ressalta-se a importância dessa lei para a democratização do acesso nas Universidades Federais e Instituições Federais de Ensino Técnico, fazendo com que o acesso à educação seja possível a muitos jovens da classe trabalhadora através das políticas de ações afirmativas.

Como bem nos assegura Valente (2016, p. 63),

As Ações Afirmativas na área educacional vêm no sentido de reconhecimento das diferenças e na tentativa de reverter as desigualdades históricas de exclusão social. Ao garantir o acesso à escola e à permanência nela, as Ações Afirmativas visam possibilitar o reconhecimento, a legitimação de pertença aos espaços sociais e políticos antes negligenciados às classes populares. (VALENTE, 2016, p. 63).

Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas permitem que o acesso à educação possa se tornar cada vez mais justo e igualitário, possibilitando que, através da formulação de políticas públicas educacionais, os segmentos sociais mais explorados possam ter acesso ao ensino público, gratuito e com qualidade.

Nas perspectivas de Netto (1999), no sistema capitalista, seja por razões econômicas, sociais ou culturais, o projeto societário da classe trabalhadora sempre terão condições menos favoráveis em relação à classe dominante. Para o autor:

[...] a experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes. (NETTO, 1999, p. 143).

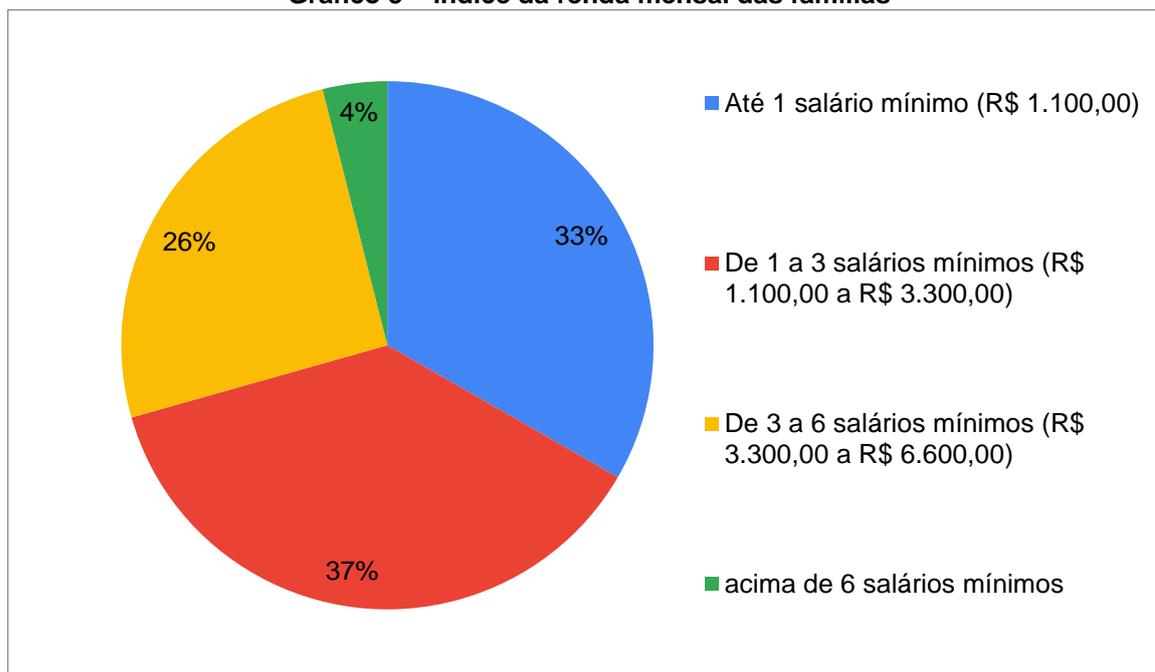
Dessa forma, conforme exposto por Bastos (2018), foi através da Lei de Cotas que houve uma mudança significativa na democratização do acesso às universidades públicas, tornando o acesso à educação mais justo, igualitário, diminuindo o elitismo acadêmico predominante até pouco tempo no sistema educacional brasileiro. Para a autora:

O sonho de mudar a cara da universidade pública, de democratizá-la de superar o elitismo acadêmico, tornando essa instituição um lugar mais justo, menos discriminatória, menos racista para muitos só aconteceu com a implementação da Lei nº 12.711/2012, Lei de Cotas. (BASTOS, 2018, p. 290).

Em suma, depreende-se que o perfil dos alunos participantes da pesquisa compreende alunos do terceiro ano dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do IFRO Campus Porto Velho Calama, dos Cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química, tendo em sua maioria alunas do gênero feminino, com idade entre 18 e 20 anos, que ingressaram via sistema de cotas do IFRO, sendo oriundas de escola pública, com a cor da pele predominantemente parda.

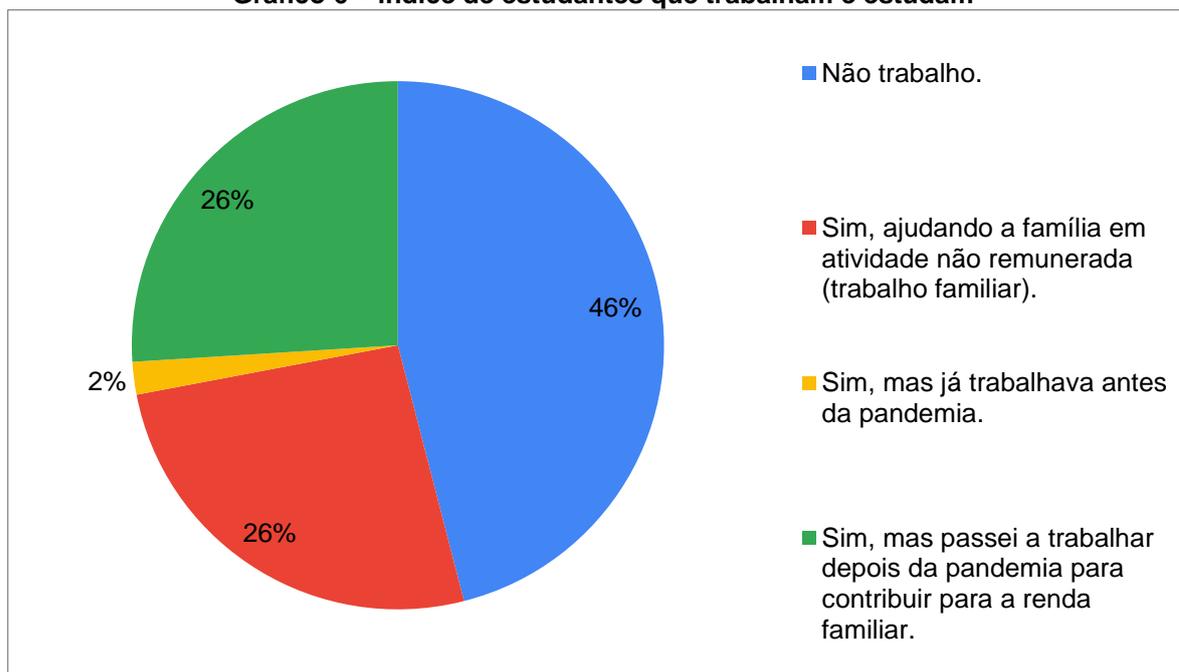
### **5.2.2 Aspecto socioeconômico dos alunos participantes**

Em relação à renda mensal das famílias, conforme o Gráfico 5, constatou-se que apenas 4% das famílias dos participantes têm renda acima de 06 salários mínimos, enquanto 33% recebem até 01 salário mínimo, 37% recebem de 1 a 3 salários mínimos e 26% recebem de 3 a 6 salários mínimos.

**Gráfico 5 – Índice da renda mensal das famílias**

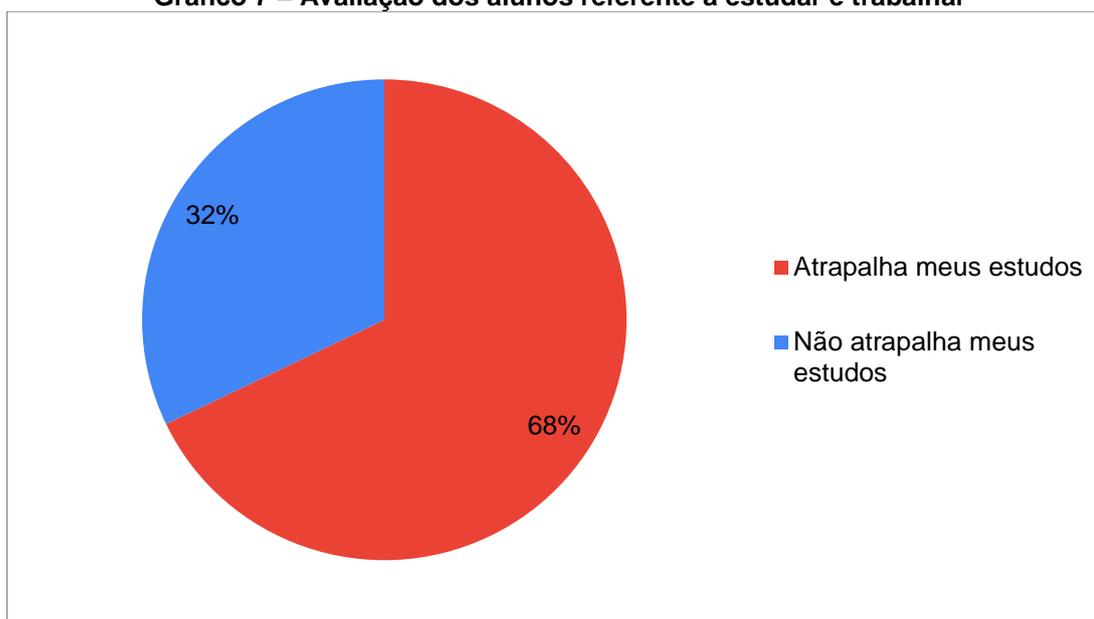
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No que se refere ao exercício de atividade remunerada dos estudantes no período da pandemia, 46% responderam que não trabalhavam, 26% responderam que ajudavam a família em atividade não remunerada (trabalho familiar), 2% informaram que já trabalhavam antes da pandemia e 26% passaram a trabalhar depois da pandemia para contribuir com a renda familiar, conforme Gráfico 6, a seguir.

**Gráfico 6 – Índice de estudantes que trabalham e estudam**

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em seguida, foi perguntado como os alunos avaliavam o fato de estudar e trabalhar, sendo que do universo dos alunos que trabalham (54%), formal ou informalmente, 68% avaliaram que estudar e trabalhar atrapalham os estudos, enquanto 32% informaram que não atrapalhava, conforme o Gráfico 7 a seguir:

**Gráfico 7 – Avaliação dos alunos referente a estudar e trabalhar**

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse sentido, conforme dados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes, em 2019, no Brasil, havia 1,8 milhão de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, em situação de trabalho infantil. Destes, mais da metade (53,7%) estava no grupo de 16 e 17 anos de idade; 25,0% eram formados pelo grupo de 14 e 15 anos e 21,3% pelo segmento de 5 a 13 anos de idade.

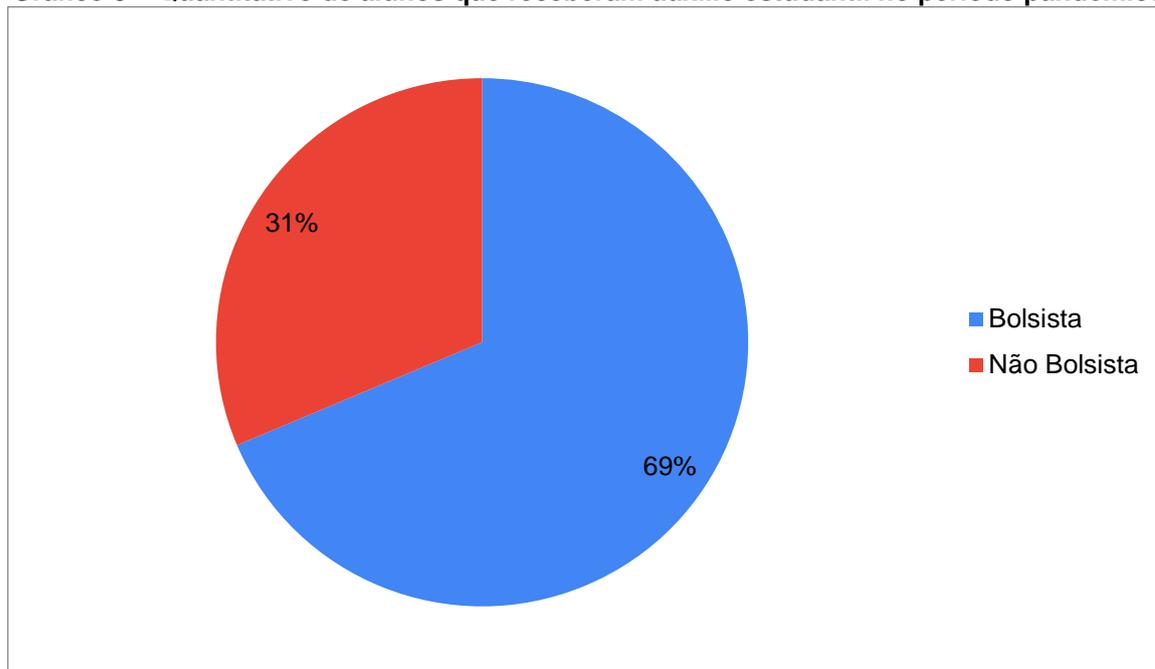
A pesquisa ainda demonstrou que, deste universo, 96,6% da população de 5 a 17 era formada por estudantes, sendo que em sua maioria, 86,1%, estavam em situação de trabalho infantil. Cabe salientar que a Constituição Federal de 1988 veda qualquer forma de trabalho a pessoas menores de dezesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz, a partir de quatorze anos (CF, 1988).

Assim, depreende-se que a maioria dos alunos participantes da pesquisa tem renda familiar mensal de 1 a 3 salários mínimos. Destes, 54% – além de estudarem – exercem algum tipo de trabalho, remunerado ou não remunerado, sendo que 68% avaliaram que estudar e trabalhar atrapalham os estudos.

Dessa forma, com base nas respostas dos alunos, conseguimos identificar o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas e não bolsistas do 3º ano dos cursos do Ensino Médio Integrado do IFRO, *Campus* Porto Velho Calama, sendo este um dos objetivos específicos da pesquisa.

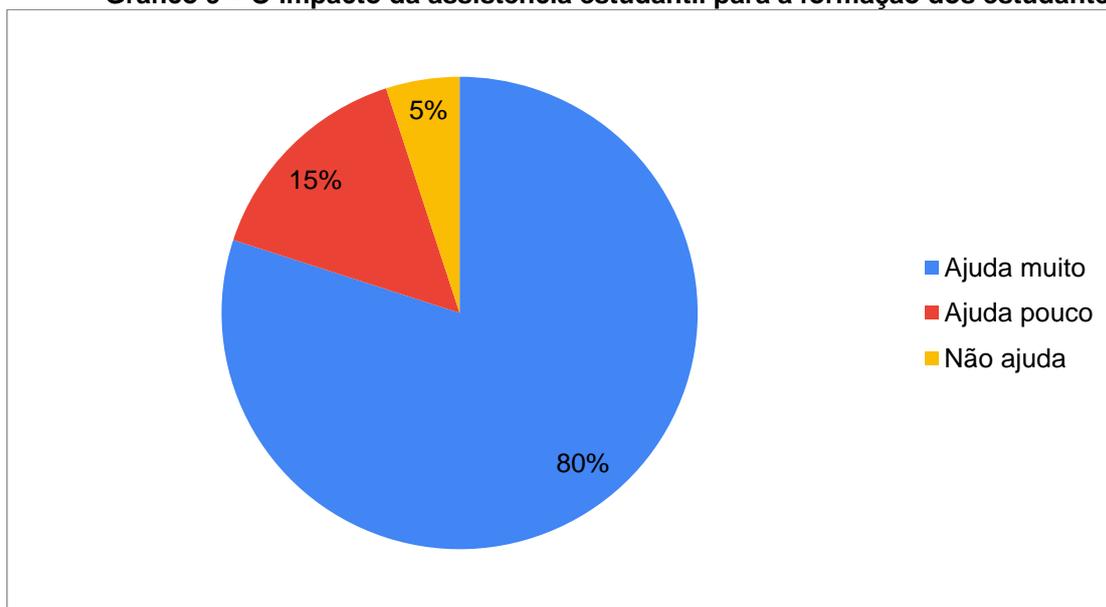
### **5.2.3 Impacto da Assistência Estudantil para os alunos bolsistas e não bolsistas**

Para uma melhor compreensão do impacto da Assistência Estudantil para os participantes da pesquisa, indagamos se os alunos receberam/recebem algum auxílio estudantil do IFRO no período da pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020. Como resposta, podemos constatar que 69% dos alunos receberam e/ou recebem auxílio estudantil do IFRO, enquanto 31% não recebem nenhum tipo auxílio, conforme Gráfico 8 abaixo:

**Gráfico 8 – Quantitativo de alunos que receberam auxílio estudantil no período pandêmico**

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

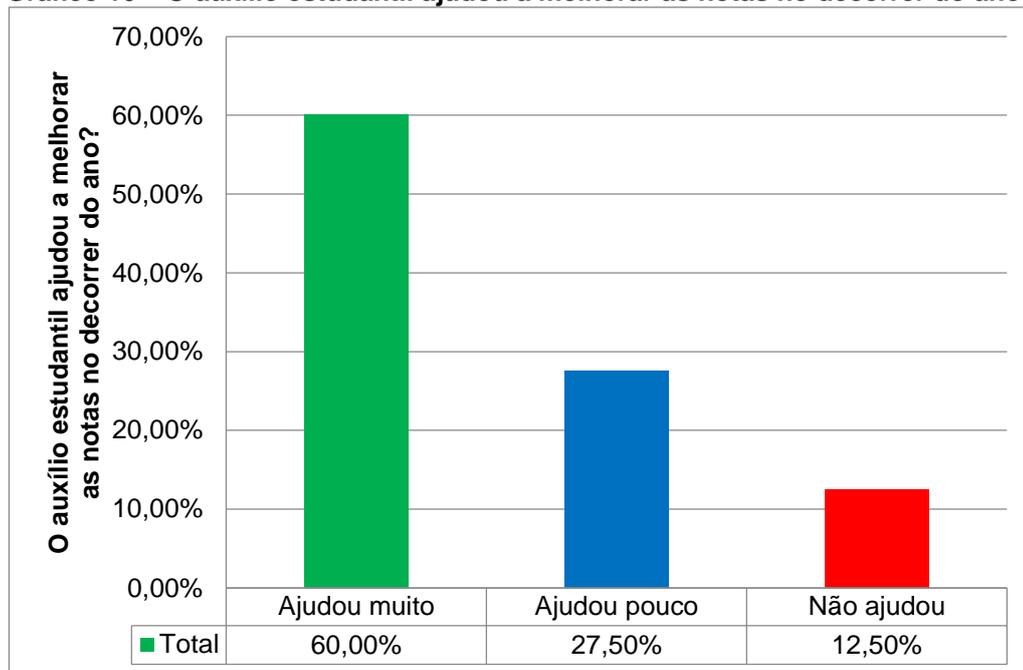
Para os alunos bolsistas, perguntamos qual o impacto do auxílio estudantil para a sua formação educacional. Conforme o Gráfico 8, 80% dos participantes da pesquisa informaram que o auxílio estudantil “ajuda muito” e 15% responderam que o auxílio estudantil “ajuda pouco”, enquanto 5% responderam que o fato de receber o auxílio estudantil, por si só, “não ajuda” para a sua formação.

**Gráfico 9 – O impacto da assistência estudantil para a formação dos estudantes**

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em seguida, com o objetivo de analisar o impacto da assistência estudantil para o rendimento acadêmico, indagamos se o fato de receber os auxílios estudantis ajudam a melhoraram as notas dos discentes no decorrer do ano, conforme o Gráfico 10 a seguir.

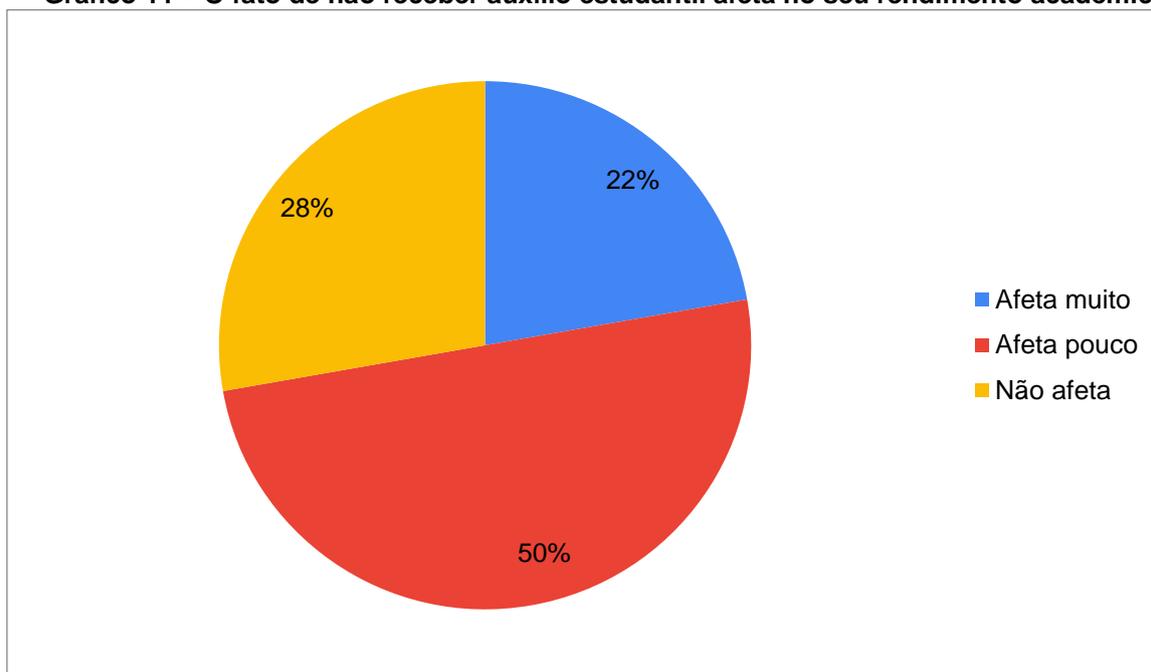
**Gráfico 10 – O auxílio estudantil ajudou a melhorar as notas no decorrer do ano?**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Assim, o gráfico 09 demonstrou que para os alunos bolsistas, 60% informaram que o fato de receber auxílio estudantil “ajudou muito” a melhorar a nota, enquanto 27,50% dos alunos pesquisados informaram que “ajuda pouco” na melhoria da nota. Para 12,50% dos alunos o fato de receber auxílio estudantil “não ajudou” a melhorar as notas no decorrer do ano.

Aos alunos não bolsistas, foi indagado se o fato de não receber auxílio estudantil afetava no seu rendimento acadêmico. Assim, no universo dos alunos não bolsistas (31% dos participantes da pesquisa), 22% alegaram que o fato de não receber o auxílio estudantil “afeta muito” no seu rendimento acadêmico, enquanto 50% dos alunos informaram que “afeta pouco”. Para 28% dos participantes da pesquisa, o fato de não receber auxílio estudantil “não afeta” no seu rendimento acadêmico, conforme exposto no Gráfico 11 a seguir:

**Gráfico 11 – O fato de não receber auxílio estudantil afeta no seu rendimento acadêmico?**

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em seguida, visando compreender as dificuldades dos alunos não bolsistas no seu percurso formativo, perguntamos qual a opinião dos mesmos em relação às dificuldades em obter êxito no curso. Nesse quesito, os alunos mencionaram as seguintes dificuldades:

A1. A grande demanda de atividades e semanas de inclusão demandam um esforço maior do aluno, tanto no financeiro quanto no físico (já que o aluno deve comparecer) a falta de dinheiro pode afetar no êxito acadêmico, pois a maioria dos professores associa tais atividades a notas bimestrais.

A2. Muitos alunos moram longe e precisam dessas bolsas para muitas coisas, e isso na minha opinião afeta em tudo.

A3. Conseguir suportar a fome e não ter condições de manter as matérias.

A4. Os materiais necessários em alguns cursos e ao longo do ano em trabalhos, apresentações, convenções... Podem dificultar para estudantes com baixa renda.

A5. Não ter o equipamento adequado para realização de atividades.

A6. Questão de tempo, porque alguns trabalham.

A7. Locomoção, condições financeiras e psicológicas ruins.

A8. As dificuldades que aparecem ao decorrer do curso, principalmente no quesito de renda.

A9. Para quem precisa de transporte público.

A10. Transporte e alimentação.

Nesse sentido, cabe destacar que as falas dos alunos não bolsistas foram apresentadas na íntegra, mantendo o texto original. Além disso, por questões éticas, os alunos poderiam deixar de responder às questões em que sentissem algum desconforto. Dessa forma, pode haver variação na quantidade de alunos que participaram da pesquisa para alunos que responderam às questões.

Por conseguinte, a partir das respostas, podemos depreender que foram apresentadas dificuldades que envolvem aspectos que englobam a necessidade de transporte público, alimentação, recursos financeiros, trabalho e até falta de equipamentos adequados para a realização das atividades.

Portanto, é possível inferir que para a maioria (80%) dos participantes da pesquisa o fato de receber auxílios estudantis ajuda muito na sua formação acadêmica. Nesse viés, a maioria dos alunos bolsistas elencou que os auxílios melhoram as notas no decorrer do ano, tendo um impacto positivo na sua permanência e êxito na instituição.

Outrossim, do universo dos alunos não bolsistas, a maioria, 77%, informou que o fato de não receberem o auxílio estudantil afeta o seu rendimento acadêmico, além de apresentarem dificuldades que englobam a necessidade de transporte público, alimentação, recursos financeiros, trabalho e até falta de equipamentos adequados para a realização das atividades.

#### **5.2.4 Percepção dos alunos acerca da Política de Assistência Estudantil do IFRO**

Para uma melhor análise sobre como os discentes compreendem a Política de Assistência Estudantil do IFRO, analisamos as respostas sob a óptica de duas categorias, conforme discriminadas no Quadro 7 a seguir:

**Quadro 7 - Categorias acerca da percepção dos discentes sobre a Política de Assistência Estudantil do IFRO**

Categoria 1	Assistência Estudantil como prática Assistencialista
Categoria 2	Assistência Estudantil como política de permanência e êxito na instituição

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse contexto, foi perguntado aos estudantes o que eles entendem por Assistência Estudantil. Através das respostas, percebe-se que (31%) dos estudantes associam Assistência Estudantil como algum tipo de "ajuda", conforme Quadro 8 a seguir:

**Quadro 8 – Concepções dos discentes sobre o que é Assistência Estudantil (Categoria 1)**

Categoria 1	Aluno	Para você, o que é Assistência Estudantil?
	A1	Acho que se refere ao apoio estudantil a qualquer ajuda que os alunos necessitam na escola.
A2	ajuda aos estudantes	
A3	Ajuda para o estudante continuar e auxiliar nos seus estudos.	
A4	Ajudar o aluno com recursos para continuar estudando.	
A5	Ajudar o aluno necessitado	
A6	Ajudar o estudando em algo que ele tenha dificuldade.	
A7	Ajudar os alunos em seus problemas diários	
A8	Ajudar os alunos para auxiliar em seus estudos	
A21	é os órgãos do Instituto ajudar os alunos no que for preciso	
A27	Eles ajudam muito a gente esse assistência de estudantil	
A38	Uma ajuda aos estudantes	
A39	Uma ajudar no desempenho	
A40	Uma forma de ajudar o aluno a manter-se estudando conforme suas necessidades	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse sentido, cabe destacar que a Assistência Estudantil é um direito materializado através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (PNAES), não podendo ser confundida com práticas assistencialistas de “ajuda” ou “caridade”. A CF de 1988 assegura o direito de todos à Educação, incumbindo ao Estado o dever de assegurar a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, conforme estipulado em seu art. 206, I.

De acordo com Souza (2022), a Política de Assistência Estudantil iniciou sua trajetória no Brasil atendendo às classes nobres, sendo gradualmente estendida aos alunos mais pobres, porém com um caráter moralista e assistencialista. Entretanto, o a autora destaca que:

[...] com os vários embates travados no campo político pelo FONAPRACE e pelas associações estudantis, o cenário foi gradativamente mudando, resultando na implantação do PNAES, que tem como principal objetivo atender aos alunos e alunas de escolas públicas e de baixa renda para que esses permaneçam e tenham êxito acadêmico. (SOUZA, 2022, p. 141).

Dessa forma, percebe-se que, mesmo após a implementação de dispositivos legais que garantem a assistência estudantil como política pública educacional de responsabilidade do Estado, ainda há o pensamento da concessão de auxílios estudantis com viés assistencialista.

Por conseguinte, outro ponto importante foi que, para 69% dos alunos, a Assistência Estudantil é compreendida como assistência, suporte e apoio aos estudantes com auxílio financeiro que contribuem para a permanência e êxito destes na instituição, conforme Quadro 9 abaixo:

**Quadro 9 – Concepções dos discentes sobre o que é Assistência Estudantil (Categoria 2)**

	<b>Aluno</b>	<b>Para você, o que é Assistência Estudantil?</b>
		A9
	A11	Assistência para o aluno
	A10	Assistência Estudantil é para ajudar na permanência dos alunos de baixa renda a continuar na escola, e isso ajuda o aluno até no desempenho escolar e entre outras coisas.
	A12	Assistir o aluno em qualquer situação, seja econômica, física ou psicológica.
	A13	Auxiliar o aluno.
	A14	Auxílio financeiro para permanência de estudantes de baixa renda na instituição.
	A15	Auxílios financeiros e psicológicos, para alunos carentes.
	A16	Auxílios que a instituição oferece
	A17	Dar apoio a estudantes com vulnerabilidade social
	A18	Dar um certo apoio ao aluno em vulnerabilidade
	A19	É oferecer alternativas que melhorem acadêmica, emocional e fisicamente os alunos.
<b>Categoria 2</b>	A20	É oferecer um apoio ao aluno
	A22	É quando a escola tenta contribuir ao máximo com os alunos
	A23	É quando a instituição de ensino da qualquer tipo de assistência ao estudante
	A24	É um apoio da escola para auxiliar o aluno em suas dificuldades do dia a dia
	A25	É uma forma de ajudar o aluno a permanecer no instituto, garantindo uma boa qualidade de estudo.
	A26	É um suporte ao aluno de renda baixa
	A28	Fornecer recursos que permitam o aluno continuar estudando, ainda que precise fazer algo além disso.
	A29	Quando o estudante está com problemas ou o corpo docente nota algum problema do discente a assistência estudantil precisa agir
	A30	São auxílios destinados para os alunos que precisam.
	A31	São recursos disponibilizados aos discentes a fim de auxiliá-los com os custos básicos.

	A32	Suporte ao aluno em suas necessidades.
	A33	Suporte ao estudante
	A34	Um apoio ao aluno nas dificuldades estudantis que podem ocorrer
	A35	Um apoio maior aos estudantes
	A36	Um órgão que auxilia os estudantes nas questões de estudo e trabalho
	A37	Um valor necessário para que um aluno consiga dar continuidade no curso
	A41	Uma forma de auxílio acadêmico em que o aluno possa acompanhar as aulas da melhor maneira possível.
	A42	Uma forma de facilitar e auxiliar os alunos do instituto, sendo em matérias, dúvidas, dificuldades e etc.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse sentido, conforme estipulado na Resolução Nº 23/REIT/IFRO, os Programas de Assistência Estudantil, executados no âmbito do IFRO, têm como finalidade ampliar as condições de permanência e conclusão do curso do estudante devidamente matriculado nos cursos presenciais e na modalidade de ensino a distância (EaD) oferecidos em seus campi, em conformidade com o que preconiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Decreto nº 7.234/2010/PNAES (IFRO, 2018).

A referida resolução regulamenta os Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO e apresenta os seguintes objetivos:

- I. Contribuir nas condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo;
- II. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- III. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais;
- IV. Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- V. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais. (IFRO, 2018).

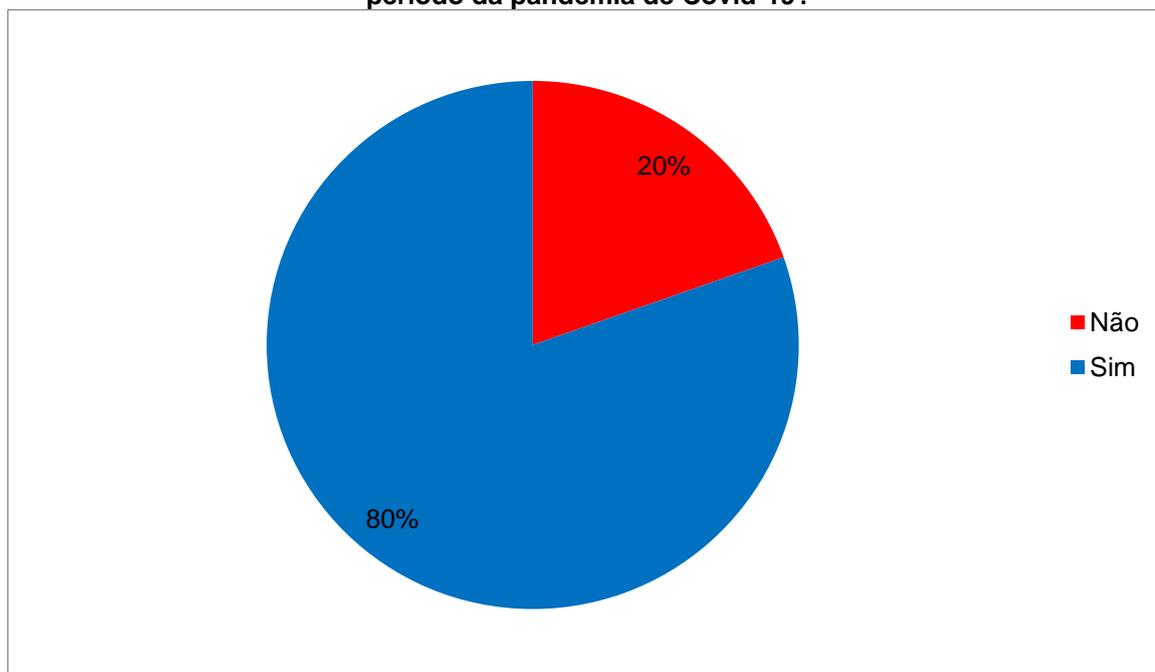
Assim, é fundamental o fortalecimento da Assistência Estudantil enquanto política pública com a finalidade de viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes, ampliando as condições de permanência e êxito no processo formativo através de auxílios e programas que contribuam para a promoção da inclusão social pela educação.

Dessa forma, corroboramos com Amaral e Nascimento (2010, p. 3) quando afirmam que:

[...] os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão. (Amaral e Nascimento, 2010, p.3).

Por conseguinte, foi perguntado aos estudantes se eles conheciam os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no IFRO, no período da pandemia de Covid 19, sendo que 80% responderam que conheciam, enquanto 20% elencaram que não sabem que a instituição disponibiliza programas e auxílios visando à permanência e êxito dos alunos no percurso formativo, conforme Gráfico 12 a seguir.

**Gráfico 12 – Você conhece os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no IFRO, no período da pandemia de Covid-19?**

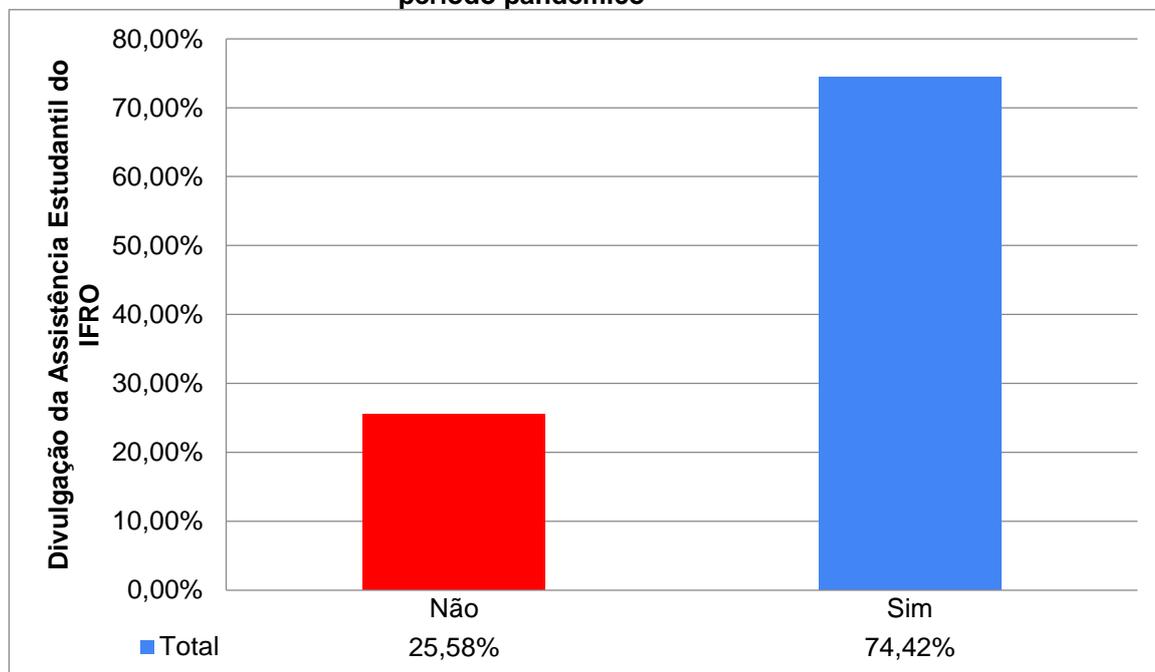


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Posteriormente, foi perguntada qual a percepção dos discentes sobre a divulgação dos Auxílios Estudantis do IFRO no período pandêmico, sendo que para 74,42% dos alunos, o IFRO divulgou de forma positiva os Programas de Assistência Estudantil no período da pandemia de Covid-19, enquanto para 25,58% dos

participantes da pesquisa, não houve ampla divulgação, conforme Gráfico 13, a seguir:

**Gráfico 13 – Percepção dos discentes sobre a divulgação dos Auxílios Estudantis do IFRO no período pandêmico**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Dentre os participantes, alguns discentes discorreram que “não sabia da existência dessa assistência, só do DEPAE”, enquanto outros elencaram que “divulgaram, mas poderia ter sido melhor”. Entre os que avaliaram positivamente, as falas foram no sentido de que “Sim, foi muito divulgado”.

A percepção dos discentes em relação à divulgação dos Auxílios Estudantis do IFRO no período pandêmico vai de encontro ao que expôs a entrevistada S1. Para a servidora,

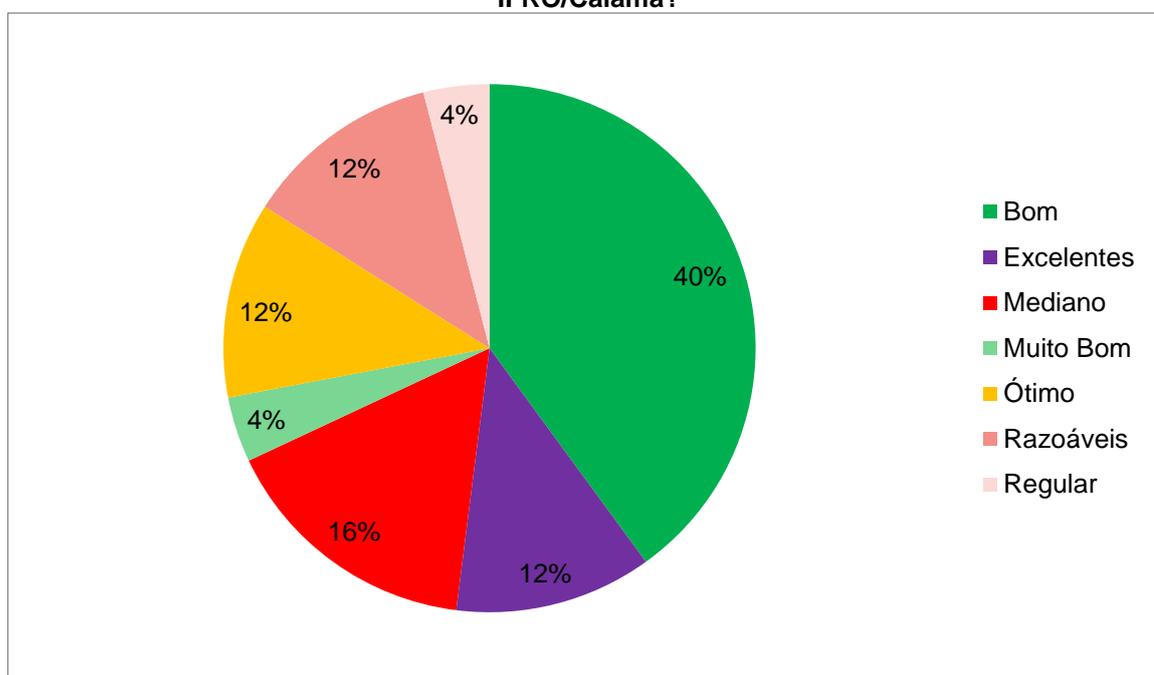
**S1** - a Política de Assistência Estudantil precisa ser mais divulgada, apesar da instituição trabalha muito na divulgação, ainda há espaço para melhorar a divulgação do recurso. Às vezes tem alguns alunos que tem pouco acesso à informação, então acho que falta melhorar um pouco mais a divulgação do recurso enquanto instituição. Acredito que a gente deveria elaborar formas melhores de divulgar para os pais para as famílias porque muitos acabam ficando sabendo só depois que o filho já concluiu o curso que poderia ter sido assistido.

Nesse sentido, a disponibilização de uma cartilha informativa sobre a Política de Assistência Estudantil vai contribuir para que os alunos saibam quais os auxílios

estudantis são disponibilizados pelo IFRO, além de esclarecer quais os critérios de concessão, possibilitando o acesso dos alunos às políticas públicas educacionais da instituição.

Em seguida, foi perguntado como os discentes avaliam os programas de assistência estudantil disponibilizados pelo IFRO campus Porto Velho Calama. Para esta categoria, foram formuladas perguntas abertas, sendo que os estudantes apresentaram suas opiniões, conforme Gráfico 14 a seguir:

**Gráfico 14 – Como você avalia os programas de assistência estudantil disponibilizados pelo IFRO/Calama?**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Conforme apresentado acima, pode-se observar que a maioria dos alunos avaliam de forma positiva os Programas de Assistência Estudantil disponibilizados pelo IFRO *Campus* Porto Velho Calama, lócus da pesquisa. Nesse sentido, foi destacado o fato de os Programas de Assistência Estudantil possibilitar aos estudantes de baixa renda a continuidade nos estudos e pesquisas, conforme a seguir:

**A1** - Não tenho muita informação sobre, mas por conhecer muitos estudantes que usufruem de bolsas para continuar suas pesquisas e estudos, tenho uma visão muito positiva.

**A2** - Muito importante principalmente para os alunos que fazem pesquisa, por conta do almoço e do transporte.

**A7** - É ótimo, pq visa muito as pessoas que não tem condições.

**A31** - Acho que com esses programas muitos estudantes podem continuar a estudar

**A32** - Ajuda muito os estudantes sem condições de se sustentar na instituição

Entretanto, os alunos também pontuaram a necessidade de aumento do valor dos auxílios estudantis para suprir a necessidades dos discentes, além de uma maior divulgação dos editais e abrangência das ofertas para contemplar um maior quantitativo de alunos, conforme a seguir:

**A47** - Mediano, porém de uma boa ajuda a alunos com problemas financeiros.

**A48** - Eles tem uma relevância muito grande, porém o valor é baixo, ele poderia ser aumentado ou então complementado de alguma outra forma

**A49** - Meio termo, não são muito divulgados, e poderia ter abrangência maior.

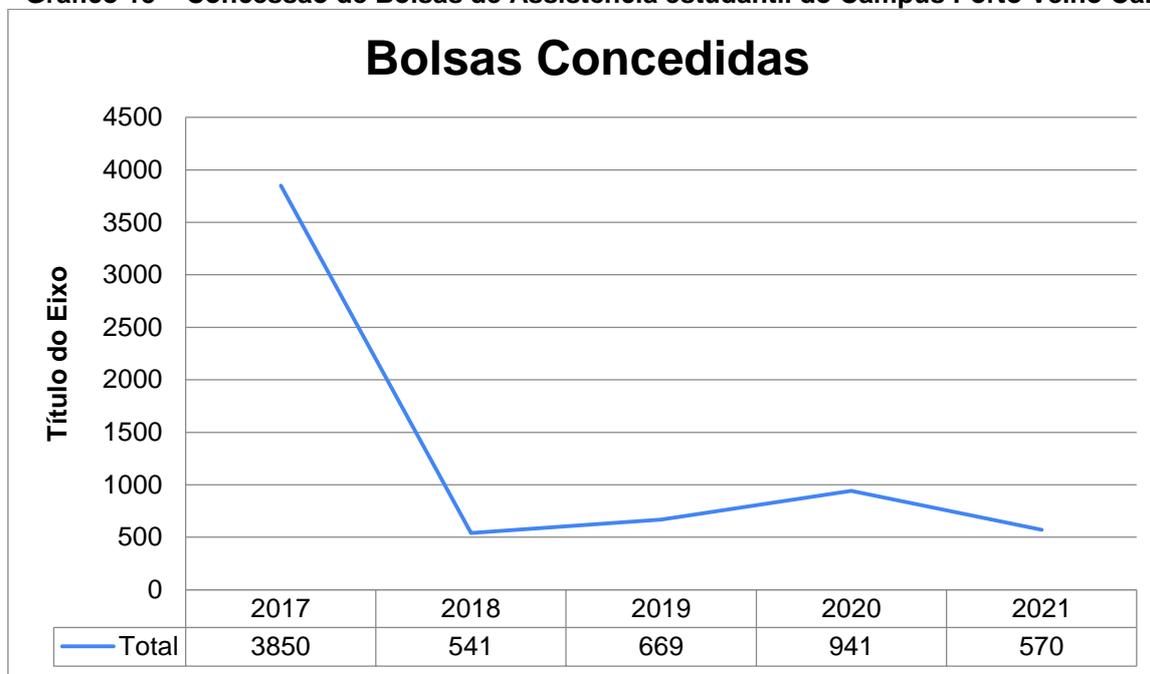
Em relação à necessidade de ampliação do valor dos auxílios e abrangência da oferta para contemplar mais alunos, Silva, Ribeiro e Andrade (2022) destacam que, a partir de 2020, o governo Bolsonaro apresentou sucessivas tentativas de estrangulamento do orçamento para as Universidades e Institutos Federais, chegando a anunciar o bloqueio 30% do orçamento destas instituições, afetando diretamente a assistência estudantil. Segundo os autores,

O novo cenário impôs às instituições federais de ensino a redução da oferta de auxílios estudantis e contratos de pessoal terceirizado, além da suspensão de atividades de ensino, pesquisa e extensão. O corte previsto para o conjunto das Instituições Federais de Ensino (IFES) em 2021 é de R\$ 1,17 bilhões, pouco mais de 18%. Em 2020, as Ifes tiveram orçamento de R\$ 5,54 bilhões; para 2021, o PLOA prevê R\$ 4,36 bilhões. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), incluso nesse montante, deverá receber R\$ 250 milhões a menos, caindo de R\$ 1,05 bilhão, em 2020, para R\$ 800 milhões, em 2021. (SILVA; RIBEIRO; ANDRADE, 2022, p. 170).

Nesse contexto, o IFRO também foi afetado com os cortes e contingenciamento do orçamento imposto pelo governo federal. Assim, no que diz respeito à abrangência das bolsas concedidas para o *Campus* Porto Velho Calama,

apresentamos dados extraídos do SUAP/IFRO (2021), conforme o Gráfico 15 a seguir:

**Gráfico 15 – Concessão de Bolsas de Assistência estudantil do Campus Porto Velho Calama**



Fonte: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN).

Dessa forma, pode-se observar uma queda significativa na oferta das bolsas de auxílios estudantis em 2018, passando de 3.850 bolsas concedidas em 2017 para 541 em 2018. Vale destacar que, com a mudança para o ensino remoto, a partir de 2020, surgiu a necessidade de os alunos utilizarem equipamentos de informática e acesso à internet para acompanhamento das aulas, necessitando, assim, que a instituição ampliasse a disponibilização de bolsas e auxílios estudantis.

No que tange à divulgação dos auxílios estudantis, acreditamos que a elaboração de uma cartilha informativa sobre as ações de assistência estudantil desenvolvidas no IFRO, bem como os procedimentos a serem adotados para obtenção dos auxílios, poderá contribuir com a divulgação dos Programas de Assistência Estudantil da instituição.

Nesse viés, cabe salientar que a falta de informação, tanto dos auxílios que são oferecidos pela instituição como dos procedimentos para obtenção dos mesmos, dificulta o acesso dos estudantes aos programas de assistência estudantis disponibilizados pelo IFRO. Assim, destacamos a pesquisa de Pereira e Moura

(2022), por meio da qual os autores identificaram os principais fatores para indeferimento de inscrições nos editais de auxílios financeiros de um campus do IFRO, evidenciando que:

[...] muitos dos estudantes que tiveram seus pedidos de inscrição indeferidos apresentaram dificuldade de compreensão do texto dos editais, o que levou a não atenderem aos requisitos solicitados. Estima-se também que possa ter havido, por parte de alguns alunos, dificuldades de acesso à internet, o que pode ter desencadeado falhas no processamento dos documentos que deveriam ter sido anexados no sistema de inscrições. (PEREIRA; MOURA, 2022, p. 13).

Dessa forma, infere-se que a maioria dos alunos participantes da pesquisa, ou seja, 80%, conheceram os Programas de Assistência Estudantil disponibilizados pelo IFRO, no período da pandemia de Covid-19. Além disso, os alunos também avaliaram de forma positiva a divulgação dos auxílios estudantis do IFRO no período pandêmico.

No que se refere aos Programas de Assistência Estudantil disponibilizados pelo IFRO, observa-se que a maioria dos alunos avalia de forma positiva os programas de assistência estudantil disponibilizados pelo *Campus* Porto Velho Calama, destacando que os programas possibilitam aos estudantes de baixa renda a continuidade nos estudos, além da manutenção destes na instituição.

Portanto, fica evidente a necessidade de estratégias e mecanismos que facilitem o acesso dos estudantes, em especial os que se encontram em vulnerabilidade social, aos Programas de Assistência Estudantil da instituição. Nesse contexto, a disponibilização de uma cartilha informativa vai contribuir para esclarecer quais auxílios estudantis são disponibilizados pelo IFRO, bem como quais são os critérios de concessão, tornando, dessa forma, uma ponte entre os alunos e as políticas públicas educacionais da instituição.

## 6 PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo serão discutidas a elaboração, aplicação e avaliação do produto educacional intitulado “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”. Este produto educacional foi elaborado a partir da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Calama, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A cartilha tem o objetivo de proporcionar a ampliação da divulgação das ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no IFRO, especialmente no momento de pandemia de Covid-19, sendo elaborada em consonância com as pesquisas de Kaplún (2003), Leite (2018) e as orientações propostas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Segundo o Documento Orientador da Área 46 de Ensino da CAPES (2019), o mestrando necessita desenvolver no Mestrado Profissional:

[...] um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido. (BRASIL, 2019, p. 15).

Nesse sentido, a cartilha vai contribuir com o acesso dos alunos às informações necessárias para a concessão dos auxílios estudantis. Cabe ressaltar que esses auxílios são fundamentais para que os discentes, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possam concluir, com êxito, seus respectivos cursos.

Assim, almeja-se disponibilizar o produto educacional no site institucional do IFRO, na aba que trata sobre a Assistência Estudantil da instituição, tornando-a mais acessível à comunidade acadêmica, em especial aos discentes que são diretamente afetados pelos auxílios estudantis.

## 6.1 Elaboração do produto educacional

A partir da análise e interpretação dos dados da pesquisa, podemos identificar que o IFRO Campus Porto Velho Calama realiza a divulgação das ações de Assistência Estudantil pelo seu sítio eletrônico, e-mail dos alunos e grupos de WhatsApp das turmas, além de esclarecer dúvidas através do DEPAE. Porém, apesar de todo o esforço institucional para a divulgação dos auxílios estudantis, 25,58% dos participantes da pesquisa avaliaram que não houve ampla divulgação dos programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no IFRO, no período da pandemia de Covid 19.

Nesse contexto, foi elaborado um produto educacional intitulado “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”, com o objetivo de proporcionar a ampliação da divulgação das ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no IFRO, especialmente no momento de pandemia de Covid-19. Cabe destacar que o IFRO não possui uma cartilha informativa neste quesito, fato que torna o produto educacional inovador.

A elaboração da cartilha foi embasada na pesquisa de Kaplún (2003), que apresenta três eixos temáticos para análise e construção de mensagens educativas: o eixo conceitual, o pedagógico e o comunicacional. Nesse viés, buscou-se a utilização de tais eixos para viabilizar a elaboração da cartilha com a finalidade de preencher a lacuna apresentada na divulgação dos auxílios estudantis disponibilizados pela instituição.

Nas perspectivas Kaplún (2003), o eixo conceitual se refere ao processo de criação inicial de um material educativo, que é a pesquisa temática, definição de um tema gerador de uma experiência de aprendizado. Dessa forma, o referencial teórico foi fundamental para a elaboração da cartilha, uma vez que foi possível verificar as percepções acerca da Política de Assistência Estudantil, além de conhecer melhor o perfil dos estudantes, público-alvo do produto educacional.

O eixo pedagógico é o articulador principal de um material educativo, expressando os caminhos que estamos convidando alguém a percorrer, quais pessoas estão convidando e onde se encontram essas pessoas antes de partirmos. Nesse sentido, identificou-se esse eixo no momento em que foi realizada a aplicação

e a avaliação do produto educacional, onde a participação dos servidores que atuam na Assistência Estudantil do IFRO e discentes contribuíram com a elaboração de um produto educacional compatível para todos os *campi* da instituição.

Em relação ao eixo comunicacional, o autor enfatiza que é o modo concreto de relação com os destinatários, exigindo do comunicador uma criatividade para deixar o material mais atraente e de fácil compreensão. Assim, a participação dos alunos e servidores foi fundamental para a definição do formato, diagramação e linguagem empregada no produto educacional.

Dessa forma, a “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO” apresenta as cores de seu layout igual às do IFRO, além de apresentar uma linguagem que facilite a compreensão para concessão dos auxílios estudantis. Nesse sentido, pretende-se disponibilizar a versão final da cartilha de forma gratuita no site do IFRO. Através da Figura 7, a seguir, podemos verificar o layout da capa da cartilha:

**Figura 7 – Capa da Cartilha de Assistência Estudantil do IFRO**

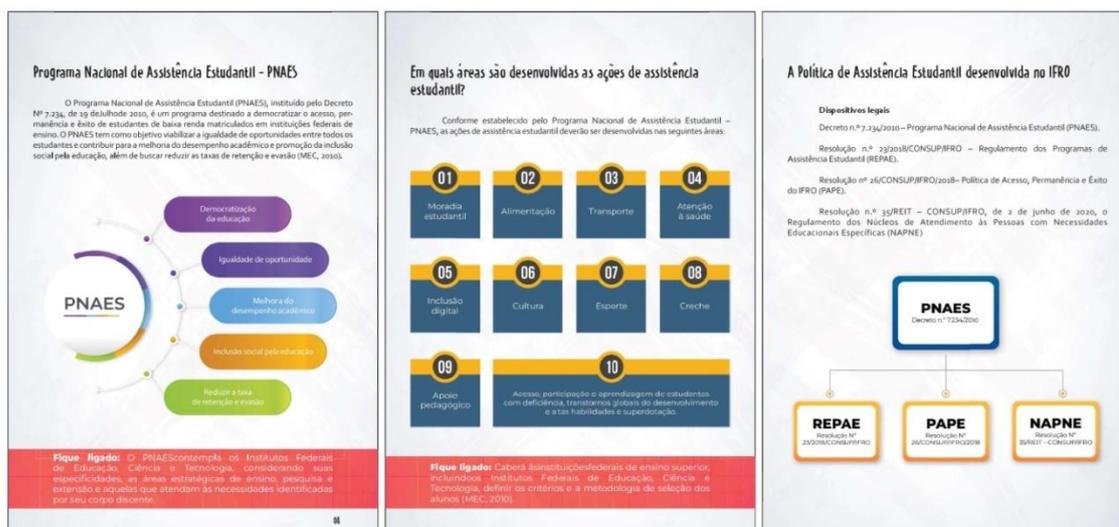


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A cartilha é dividida em 04 parte, sendo que na primeira apresenta-se um panorama do Programa Nacional de Assistência Estudantil, elencando seus

objetivos e áreas de atuação da Assistência Estudantil. Além disso, apresentaram-se os dispositivos legais que embasam os Programas de Assistência Estudantil do IFRO, bem como os objetivos, princípios e critérios para concessão dos auxílios estudantis da instituição, conforme Figura 8 a seguir:

**Figura 8 – Primeira parte da Cartilha de Assistência Estudantil do IFRO**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Cabe salientar que a Cartilha foi elaborada a partir das legislações que tratam da Assistência Estudantil do IFRO, tendo como fonte principal o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Resolução n.º 23/2018/CONSUP/IFRO, que estabelece o Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil do IFRO (REPAE) e Resolução n.º 26/CONSUP/IFRO/2018, que dispõe sobre a Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO (PAPE), além de legislações formuladas para atenderem à demanda estudantil em virtude da pandemia de Covid-19.

A segunda parte da cartilha trata especificamente dos Programas de Assistência Estudantil disponibilizados pelo IFRO como o PROAP, PROAC, PROMORE e o PROSAPEX, além de outros que têm um impacto significativo como o Programa Bolsa Permanência (PBP), PIBID e Programa Monitoria, conforme Figura 9 a seguir:

**Figura 9 – Segunda parte da Cartilha de Assistência Estudantil do IFRO**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Na terceira parte, apresentam-se os auxílios e ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no IFRO durante a pandemia de Covid-19, com destaque para o Auxílio Inclusão Digital, Auxílio Emergência e distribuição de kits de gêneros alimentícios através do PNAE, além de outros programas de pesquisa e extensão, bem como as atribuições dos estudantes contemplados com os auxílios estudantis, conforme exposto na Figura 10 a seguir:

Figura 10 – Terceira parte da Cartilha de Assistência Estudantil do IFRO

**As ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no IFRO durante a pandemia de Covid-19**

**Auxílio Digital**

O Auxílio Estudantil Digital tem a finalidade de atender estudantes matriculados nas cursos técnicos e de graduação ofertadas pelo IFRO em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e fim de que possam ter acesso aos meios que promovem a inclusão digital, para a realização das atividades acadêmicas não presenciais devido à pandemia decorrente da Covid-19, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 7.336, que dispõe sobre o PNAE/IFRO, assim:

O Auxílio Estudantil Digital será concedido nas modalidades abaixo descritas:

- 01** Disponibilização de internet, por meio do Projeto Alunos Conectados do Ministério da Educação (MEC)
- 02** Concessão de auxílio financeiro para contratação de plano de internet
- 03** Concessão de auxílio financeiro para aquisição de equipamentos de informática

**Fique ligado!** O Auxílio será disponibilizado por meio de requerimento on-line.

**Auxílio Emergencial**

Os auxílios Emergenciais, em caráter emergencial, possuem a finalidade de estender a proteção social aos estudantes do IFRO em situação de vulnerabilidade que, por alguma razão recente de risco social, encontram dificuldades para manter as condições mínimas que garantem a permanência e o sucesso no curso enquanto aguardar o período de subsídio público em vigor.

**Fique ligado!** O Auxílio Emergencial será disponibilizado em decorrência da pandemia de Covid-19.

**Distribuição de kits de gêneros alimentícios**

A Distribuição de kits de gêneros alimentícios, segundo as orientações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em caráter excepcional, devido à suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia da Covid-19.

O referido auxílio tem a finalidade de contribuir para o sustento e alimentação dos estudantes familiares durante o período de atendimento em decorrência da pandemia do Coronavírus.

**Fique ligado!** A Distribuição de Kits de gêneros alimentícios ocorrerá de acordo com a disponibilidade da Prefeitura de Curitiba.

**Programas de pesquisa**

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Fomento (PROPECPI) e suas unidades subordinadas são responsáveis por desenvolver atividades e políticas de pesquisa e inovação (integradas ao ensino e à extensão) no âmbito do IFRO. Além de promover ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica, também instrui a elaboração e aplicação de projetos de curso de Pós-Graduação. A promoção de ações de pesquisa e inovação contemplam os seguintes programas:

- 1. Edital de Incentivo à Pesquisa e Inovação em áreas estratégicas, com ênfase em projetos de pesquisa
- 2. Edital de Incentivo à Pesquisa e Inovação em áreas estratégicas, com ênfase em projetos de inovação
- 3. Edital de Incentivo à Pesquisa e Inovação em áreas estratégicas, com ênfase em projetos de desenvolvimento de produtos
- 4. Edital de Incentivo à Pesquisa e Inovação em áreas estratégicas, com ênfase em projetos de desenvolvimento de processos
- 5. Edital de Incentivo à Pesquisa e Inovação em áreas estratégicas, com ênfase em projetos de desenvolvimento de serviços
- 6. Edital de Incentivo à Pesquisa e Inovação em áreas estratégicas, com ênfase em projetos de desenvolvimento de sistemas

**Fique ligado!** Procura a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Fomento (PROPECPI) para maiores informações sobre os programas na área de pesquisa.

**Programas de Extensão**

A Pró-Reitoria de Extensão e o Departamento de Extensão promovem em todos os campi do IFRO Governador e estendem ações voltadas à sociedade como um todo, compreendendo assim uma das instituições do IFRO. As ações abrangem o relacionamento dos discentes diretamente com a sociedade, seja as relações para o mercado de trabalho ou para transformação da sociedade em que o IFRO está inserido.

- 01** Programa de Incentivo à Arte e Cultura
- 02** Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer

**Fique ligado!** Procura a Pró-Reitoria de Extensão e o Departamento de Extensão para maiores informações sobre os programas na área de extensão.

**Atribuições do Estudante contemplado**

A Resolução Nº 14/RET/IFRO define algumas atribuições a ser seguidas pelos estudantes contemplados com o PNAE, conforme a seguir:

- 01** Realizar a matrícula e a permanência acadêmica regular e atualizada em todas as disciplinas
- 02** Utilizar adequadamente o auxílio recebido
- 03** Comparar as entidades, cursos e outros quando contemplado e acompanhado dos pais ou responsáveis quanto ao labor
- 04** Manter certa harmonia em seu lar
- 05** Apresentar desempenho acadêmico satisfatório, segundo o critério de média ponderada, durante o curso

**Fique ligado!** O estudante que não cumprir qualquer das requisitos exigidos acima deverá justificar, por escrito, ao setor de Assistência Estudantil do campus, quando a justia, a suspensão dos benefícios pelo período de vigência do auxílio.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A quarta e última parte apresenta informações gerais sobre as atribuições do estudante contemplado, os critérios para manutenção dos benefícios e o contato dos setores que gerenciam a Assistência Estudantil em todos os *campi* do IFRO, conforme a Figura 11 abaixo:

**Figura 11 – Quarta parte da Cartilha de assistência estudantil do IFRO**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse contexto, após a diagramação e finalização do protótipo da cartilha, o produto educacional foi testado e avaliado por alunos e servidores que participam da Política de Assistência Estudantil do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, conforme as etapas descritas a seguir, podendo ser replicado para os outros *campi* da instituição, tendo em vista que apesar de haver editais específicos, todos seguem a mesma legislação e critérios de concessão das bolsas e auxílios estudantis.

## 6.2 Aplicação e testagem do Produto educacional

Visando a um melhor desenvolvimento para o produto educacional, foi elaborado um protótipo da “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”, sendo a primeira versão encaminhada a um número reduzido de servidores e discentes para testar a aplicação dele no IFRO. Assim, participaram da aplicação do produto educacional, dois servidores do *Campus* Porto Velho Calama, *lócus* da pesquisa.

Cabe destacar que se pretendeu testar o produto educacional com os líderes das turmas do terceiro ano dos cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química, além dos servidores do DEPAE, porém só obtivemos a devolutiva dos servidores da instituição.

Na oportunidade, foi encaminhado e-mail para os alunos e servidores, com o protótipo da cartilha, para que eles verificassem se o produto educacional pode subsidiar na divulgação dos programas e auxílios estudantis do IFRO. As perguntas compreenderam aspectos textuais, formato, diagramação e normativas atualizadas da cartilha.

### **6.3 Avaliação da “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”**

A avaliação da “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”, Apêndice G, baseou-se na pesquisa de Leite (2018), que elaborou uma proposta de avaliação coletiva de produtos educacionais no contexto dos mestrados profissionais na área de Ensino. Nesse sentido, a autora compartilhou estratégias de avaliação com a finalidade de contribuir com abordagens metodológicas a serem utilizadas na avaliação de materiais textuais.

Nessa perspectiva, de acordo com Ostermann e Rezende (2009),

Os processos avaliativos devem desempenhar uma função no sentido de que possam ser formulados juízos de valor sobre o produto educacional e sua implementação no contexto escolar. É essa etapa que vai conferir relevância social ao produto desenvolvido. É preciso, portanto, descrever o resultado da utilização do produto educacional com alunos, apresentando os resultados das avaliações. Não é preciso “provar” nada. Trata-se de relatar, com dados, como ocorreu a experiência didática, incluindo indicadores negativos, contra-exemplos, se for o caso. Tais resultados devem ser não só apresentados, mas também discutidos, comentados e interpretados à luz do referencial teórico e do contexto no qual foi desenvolvido o trabalho. (OSTERMANN e REZENDE, 2009, p. 76).

Dessa forma, visando construir o produto educacional em conjunto com os sujeitos das pesquisas, foi realizado um convite via e-mail para a realização de uma roda de conversa com os alunos com o objetivo de discutir a respeito da estrutura, conteúdo e layout da cartilha, visando incluir informações que facilitem a compreensão e concessão dos Auxílios Estudantis disponibilizados pelo IFRO.

Porém, considerando que não houve participante interessado em realizar a roda de conversa, a cartilha foi elaborada pelo pesquisador e encaminhada aos discentes e servidores do setor de Assistência Estudantil do IFRO, via e-mail, por meio de lista oculta (Cco), para análise e avaliação da possibilidade de aplicação do produto educacional no âmbito do IFRO.

Cabe ressaltar que, mesmo com o convite encaminhado por e-mail, não houve a manifestação de interesse dos alunos em participar do processo avaliativo da cartilha, sendo que contribuíram com esta etapa da pesquisa dois servidores do DEPAE que participam e/ou participaram da Política de Assistência Estudantil do IFRO no período da pandemia de Covid-19.

Assim, através da proposta de Leite (2018), as perguntas foram formuladas visando contemplar reflexões sobre a estética, conteúdo, organização e estilo de escrita do produto educacional, além de sugestão de propostas visando adequar a cartilha aos demais *campi* da instituição, mostrando a indissociabilidade entre forma e conteúdo.

Nesse sentido, o instrumento avaliativo buscou responder às seguintes indagações: em sua opinião, a cartilha apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão? Você gostou das cores e formato da Cartilha? Você acredita que a Cartilha apresenta a normativa institucional devidamente atualizada? Em sua opinião, a cartilha contribui para ampliar a divulgação dos programas e auxílios estudantis disponibilizados pelo IFRO?

Dessa forma, em relação ao primeiro quesito, para 100% dos participantes da avaliação do produto educacional, a cartilha apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão. Os participantes também gostaram das cores e formato da cartilha, além de informarem que o produto educacional apresenta a normativa institucional devidamente atualizada.

Os participantes da avaliação do produto educacional elencaram ainda que a cartilha contribui para ampliar a divulgação dos programas e auxílios estudantis disponibilizados pelo IFRO, além de registrarem críticas e sugestões para melhoria da cartilha, conforme exposto a seguir:

Excelente material para divulgar a assistência estudantil, linguagem adequada, quantidade de páginas necessárias e um formato atrativo. Parabéns pelo produto educacional, com certeza irá contribuir para a instituição (S1, 2023).

Excelente produto, cartilha didática e de fácil compreensão, com certeza ajudará muitos alunos a tomarem conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil para os alunos do IFRO (S2, 2023).

Cabe ressaltar que a não participação dos discentes nessa etapa pode ter deixado uma lacuna na pesquisa, uma vez que seria fundamental a participação

destes para verificar se a cartilha apresenta um layout adequado, escrita de fácil compreensão e se as informações contemplam as necessidades dos discentes, tendo em vista que são o público-alvo da cartilha.

Porém, cabe registrar que a participação dos servidores do DEPAE foi fundamental para a elaboração de uma cartilha mais adequada à realidade da instituição, tendo em vista que os servidores participam ativamente das questões relacionadas à Política de Assistência Estudantil do IFRO, especialmente no tocante às legislações institucionais que tratam dos auxílios e programas estudantis.

Portanto, através da elaboração da “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”, foi possível atingir o quarto objetivo específico da pesquisa. Cabe salientar, como sugestão às futuras pesquisas, a necessidade da apresentação de uma metodologia e capítulo que trate especificamente da elaboração e avaliação do produto educacional.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente dissertação possibilitou uma análise da percepção dos servidores e discentes sobre os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, no contexto da pandemia de Covid-19.

Como política de ingresso ao ensino público, o IFRO aplica o estabelecido na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, também conhecida como Lei de Cotas, que reserva no mínimo 50% (cinquenta por cento) de vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*, e que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas, e pessoas com deficiência.

Assim, para manutenção dos estudantes na instituição, o IFRO disponibiliza programas e auxílios estudantis, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com a finalidade ampliar as condições de permanência e conclusão do curso do estudante devidamente matriculado nas modalidades presencial e a distância, dos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos em seus *campi*.

Com o início da pandemia de Covid-19, o IFRO suspendeu as atividades acadêmicas e administrativas e posteriormente aderiu ao Ensino Remoto Emergencial, seguindo os protocolos de segurança, para dar continuidade às aulas. Nesse viés, a instituição necessitou de estratégias para dar condições aos estudantes na continuidade das aulas.

Nesse sentido, por meio da entrevista com os servidores, foi possível depreender que o IFRO realizou diversas ações com o objetivo de mitigar os danos causados pela pandemia de Covid-19. Dentre as ações, destacam-se a distribuição de kit de alimentos através de uma flexibilização na legislação do PNAE para uso durante a pandemia; a adesão ao Projeto Alunos Conectados, que previa a distribuição de chips de celular (claro) com internet para uso durante o ensino remoto e o empréstimo de computadores do *campus* para uso durante as aulas remotas, além do empréstimo de equipamento de informática aos alunos que necessitassem.

Além dessas ações, mantiveram-se os auxílios já disponíveis antes da pandemia como o PROAP (Programa de Concessão de Auxílio à Permanência), o PROAC (Programa de Auxílio Complementar) e PROSAPEX (Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão). A disponibilização destes auxílios foi fundamental para manutenção dos alunos no ensino remoto, uma vez que possibilitou a aquisição de equipamentos de informática e acesso à internet aos estudantes.

A pesquisa com os estudantes foi realizada por intermédio da aplicação de um questionário por meio da plataforma *google forms*. Através das respostas e falas dos alunos foi possível analisar a percepção destes acerca da Política de Assistência Estudantil do IFRO. De modo geral, a maioria dos alunos avaliam de forma positiva os programas de assistência estudantil disponibilizados pelo IFRO, destacando o fato de os Programas de Assistência Estudantil possibilitar aos estudantes de baixa renda a continuidade nos estudos e pesquisas.

Dessa forma, cabe destacar que os discentes pontuaram a necessidade de aumentar o valor dos auxílios estudantis para suprir a necessidades dos discentes, além de uma maior divulgação dos editais e abrangência das ofertas para contemplar um maior quantitativo de alunos. Em relação à divulgação dos Auxílios Estudantis do IFRO no período pandêmico, para 74,42% dos alunos, o IFRO divulgou de forma positiva os Programas de Assistência Estudantil, enquanto para 25,58% dos participantes da pesquisa, não houve ampla divulgação.

Nesse sentido, a partir dos resultados da pesquisa, foi desenvolvido um produto educacional intitulado “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO” com o objetivo de proporcionar a divulgação das ações de Assistência Estudantil desenvolvidas na instituição. Assim, pretende-se, com a materialização da cartilha informativa, contribuir com o acesso dos alunos às informações necessárias para a concessão dos auxílios estudantis.

Cabe salientar que esses auxílios são fundamentais para que os discentes, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possam concluir, com êxito, seus respectivos cursos. Assim, almeja-se disponibilizar o produto educacional no site institucional do IFRO, na aba que trata sobre a Assistência Estudantil da instituição, tornando-o mais acessível à comunidade

acadêmica, em especial aos discentes que são diretamente afetados pelos auxílios estudantis.

Assim, diante da importância do tema e seu impacto para a manutenção dos discentes nas Instituições Federais de Ensino, torna-se necessária a luta por uma Política Nacional de Assistência Estudantil mais abrangente e consolidada, fortalecendo e ampliando cada vez mais o acesso dos alunos a esta política pública educacional. Nesse sentido, faz-se necessário a realização de pesquisas que possibilitem o diagnóstico e identificação de ações que possibilitem o prosseguimento da Política de Assistência Estudantil do IFRO.

Portanto, é perceptível que a disponibilização de programas e auxílios estudantis contribui para democratizar a permanência e êxito de estudantes, em especial os de baixa renda, matriculados em instituições federais de ensino. Cabe salientar que a ampliação de políticas públicas educacionais possibilita também a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribui para a melhoria do desempenho acadêmico e promoção da inclusão social pela educação.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Regiane da Silva; NASCIMENTO, Sara Diniz. Diagnóstico situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico. *In: Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica*. Maceió: IFAL, 2010.

ANTUNES, Keila Cristina Pinheiro. **Programa de Assistência Estudantil e a sua materialização no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul: uma proposta de produto educacional voltado aos estudantes do ensino médio integrado**. 2021. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2021.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis 1937 – 2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.

BASTOS, Eliane. **Aplicação da Lei de Cotas nos cursos de Direito e Medicina da Universidade Federal de Rondônia Campus Porto Velho: política de ação afirmativa por justiça social com equidade**. 2018. 347 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital**. CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Que cria nas capitais dos Estados da República, Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. República dos Estados Unidos do Brasil, 1909.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**. Brasília 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/areas\\_de\\_atuacao/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_basica\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf). Acesso em: 14 fev. 2023.

BRAVO, Maria Inês Souza. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 461-481, 2009.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. Práticas pedagógicas em tempos de pandemia: desafios do ensino médio integrado à educação profissional, 2022.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 539-557, 2009.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos e o Trabalho do Assistente Social**: alcances, perspectivas e desafios. Pelotas, 2013. 257 p. Dissertação (Programa De Pós-Graduação Em Política Social) - Universidade Católica De Pelotas.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidade**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-105.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. Por que lutamos?. Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

CISLAGHI, Juliana Fiuza et al. **Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/764>. Acesso em 25 abril de 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento da Área 46 de Ensino da CAPES**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.

CORREA, Ramão. **O processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que atuam no estado do Rio Grande do Sul: atores, contextos e quadros normativos**. 2020. 276f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/213070>. Acesso em: 27 ago. 2022.

DE OLIVEIRA, Luthyana Demarchi; SPENGLER, Fabiana Marion. A mediação como política pública de fortalecimento da democracia participativa. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 2, n. 2, p. 131-140, 2012.

ESCOTT, Clarice Monteiro. Educação Profissional e Tecnológica: avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral. **Revista de Educação Pública**, v. 29, p. 1-16, 2020.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil**, v. 9, p. 1492-1508, 2012.

FEITOSA, Daniel Guedes; OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. Permanência e êxito no IFRO: uma análise da política de assistência estudantil no período pandêmico. In: BARBOSA, Xênia de Castro et al, (org.). Ciência e transversalidade: panorama das pesquisas científicas apresentadas na 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFRO. Porto Velho: Temática, 2022. p. 122-138.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 2, n. 2, p. 118-138, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 249-266, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. In: Ensino médio integrado: concepção e contradições. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA (IFRO). **Instrução Normativa nº 01, 2018**. Que dispõe sobre o atendimento e assistência aos estudantes da modalidade de ensino a distância (EaD).

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA (IFRO). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2018-2022)**. IFRO, 2018. Disponível em: [https://portal.ifro.edu.br/images/ifro-pdi-interativo-20180209\\_pagina-simples.pdf](https://portal.ifro.edu.br/images/ifro-pdi-interativo-20180209_pagina-simples.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA (IFRO). **Programas de assistência estudantil**. 2021. Disponível em <https://portal.ifro.edu.br/editais-proen/11073-programas-de-assistencia-estudantil>. Acesso em: 8 nov. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA (IFRO). **Resolução nº 23, de 26 de março de 2018**. Que dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

KAPLÚN, Gabriel. **Material educativo: a experiência de aprendizado**. Comunicação & Educação, n. 27, p. 46-60, 2003.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

KUENZER, Acácia. **O Ensino Médio integrado frente à BNCC**. YouTube, 2 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T6QKhqgNULk&t=50s>.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **CIAIQ2018**, v. 1, 2018.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: ATLAS, 2003.

MARQUES, R. de C.; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. A pandemia de Covid-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente. **Coleção história do tempo presente**, v. 3, p. 225-249, 2020.

MARTINS, João Paulo. **Política de Assistência Estudantil no ensino médio integrado: análise sob a óptica dos alunos de Agropecuária do IFPI – Campus Oeiras**. 2020. 136. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Pernambuco, Salgueiro, 2020.

MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos *et al.* Assistência Estudantil e Covid-19: um estudo nas Universidades Federais da Região Norte do Brasil. **CEREUS**, v. 12, 17 dez 2020. Disponível em: <http://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/3271/1726>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MEDEIROS, Sidineya Aires de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de Caso no Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos**. Goiás, 2020. 135 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Goiano, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria Normativa nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios

digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília: MEC, 2020.

MOTTA, Thalita Cunha. **Assistência Estudantil e Inclusão Social**: mudanças discursivas e recontextualização no caso do IFRN. Recife, 2017. 317 p Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal De Pernambuco.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 03, p. 705-720, 2013.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético político do Serviço Social. *In*: MOTA, A. E. *et al. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. v. 4, p. 141-160. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Amanda Marques De. **A Implementação do Programa Nacional De Assistência Estudantil (PNAES)**: a experiência no IFPI. Piauí, 2016. 83 p Dissertação (Programa De Pós-Graduação Em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. (org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 24-38.

OSTERMANN, Fernanda; REZENDE, Flavia. Projetos de desenvolvimento e de pesquisa na área de ensino de ciências e matemática: uma reflexão sobre mestrados profissionais. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 26, n. 1, p. 66-80, 2009.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. 2010.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. 67 p.

PEREIRA, Aguinaldo. MOURA, Elenice Norma Doenha. Desafios de acesso ao Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Cacoal. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 2, e22043, 2022. <http://doi.org/10.23926/RPD.2022.v7.n2.e22043.id1383>.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, I et al (orgs.) *Política Social no capitalismo: Tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 285-300, 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, n. 39, p. 15-15, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. 1 ed. Curitiba: IFPR-EAD, v. 5, 2014.

SANTOS, Jailson Alves dos. **Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade?**. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 113-124, 2018.

SANTOS, Lília Campos dos. **Análise da política de assistência estudantil nos institutos federais: um estudo comparativo entre o Instituto Federal da Bahia, Campus Salvador e do Amapá, Campus Macapá**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, 2019.

SANTOS, Silvana de Fátima dos; DAL RI, Neusa Maria. Impactos da pandemia de covid-19 em um curso integrado ao ensino médio. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 3, p. 141-159, set. 2021. ISSN 1982-9949. Acesso em: 9 out. 2022. Doi: 10.17058/rea.v29i3.16554.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 152-165, 2007.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, v. 67, n. 31, p. 36-49, 2021.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, jan. 2019. ISSN 1982-9957. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/12688>. Acesso em: 27 jul. 2022. Doi:<https://doi.org/10.17058/rdunisc.v3i56.12688>.

SILVA, Aparecido Portela da. **Impacto de Políticas Públicas de Assistência Estudantil nos Alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO-Campus Vilhena**. 2019. Tese (Doutorado) – Instituto Politécnico do Porto, Portugal, 2019.

SILVA, Carmem Betty Batista da. **Guia orientativo enquanto ferramenta para auxiliar estudantes na compreensão dos editais de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul**. 2021. 107 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

SILVA, Gutemberg Germano da. **Concepções e práticas de assistência estudantil no Campus Ariquemes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia**. 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

SILVA, L. H. da, et al. PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. **Mundo Amazônico**, 11(2): 17-36, 2020. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/88519>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Universidade Católica de Pelotas [Dissertação de Mestrado em Política Social]. Pelotas, 2012. 137p.

SOUSA, Rafaella Santiago; DIAS, Leyllane Dharc Carvalho dos Santos. **Assistência Estudantil em tempos de pandemia: novos (velhos) desafios às Assistentes Sociais da Universidade Federal do Piauí-UFPI**. In: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa (org.); CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias. **Serviço social em tempos de pandemia: provocações ao debate**. Teresina: EDUFPI, 2020. cap. 16, p. 385-409.

SOUZA, Altina Maria Pereira de. **A política da assistência estudantil nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFRO Campus Guajará-Mirim: desafios e perspectivas**. 2022. 172f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Departamento de Ciências da Educação, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2022.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. **Na Travessia: Assistência Estudantil na Educação Profissional: As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação**. 2017. 190 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, v. 200, 2002.

VALENTE, Priscila de Pinho. **As políticas de Ações Afirmativas: um estudo sobre a reserva de vagas e o direito à educação em um Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no

Brasil. **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em: 20 set. 2022.

WANDROSKI, Silvana Francescon; COLEN, Fernanda Ruschel Cremonese. **As ações afirmativas para ingresso de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia**. *O Social em Questão*, v. 17, n. 32, p. 165-182, 2014.

## ANEXO A – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

18/05/2023, 05:31

SEI - Documento para Assinatura

Processo: 23243.005644/2023-31  
 Documento: 1924927



### ATA 1

#### Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

ALUNO: Daniel Guedes Feitosa

DATA DA DEFESA: 05/05/2023

LOCAL: ferramenta Google Meeting (<meet.google.com/xph-dczo-itz>)

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00      HORÁRIO DE TÉRMINO: 16:00

NOME COMPLETO	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira	Presidente	ProfEPT - IFRO
Xênia de Castro Barbosa	Membro	ProfEPT - IFRO
Iracema Neno Cecilio Tada	Membro Externo	UNIR

**TÍTULO DEFINITIVO DO TCC\*: A Política de Assistência estudantil em**

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_documento\\_assinar&id\\_acesso\\_externo=38940&id\\_documento=2052955&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&infra\\_hash=f05830da0d006cec4c1e...](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_documento_assinar&id_acesso_externo=38940&id_documento=2052955&id_orgao_acesso_externo=0&infra_hash=f05830da0d006cec4c1e...)

Processo: 23243.005644/2023-31 Documento: 1924927

**TITULO DEFINITIVO DO TCC\*: A Política de Assistência estudantil em tempos de COVID-19: uma análise da perspectiva dos discentes do ensino médio integrado do IFRO, campus Porto Velho Calama.**

Em sessão pública, após exposição de 40 min, o(a) candidato(a) foi arguido(a) oralmente pelos membros da banca, durante o período de 2h 00 min. A banca chegou ao seguinte resultado\*\*:

( x ) APROVADO(A) ( ) REPROVADO(A).

APROVADO com menção honrosa e indicação para publicação em livro.

\*\* Recomendações<sup>1</sup>:

Revisão ortográfica e gramatical; reorganização textual, principalmente na parte metodológica.

<sup>1</sup> O aluno deverá encaminhar à Coordenação do PROFEPT, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da defesa, os exemplares definitivos do TCC, após realizadas as correções sugeridas pela banca.

Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima relacionada e pelo candidato.

Porto Velho, 05 de maio de 2023.

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_documento\\_assinar&id\\_acesso\\_externo=38940&id\\_documento=2052955&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&infra\\_hash=f05830da0d006cec4c1e...](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_documento_assinar&id_acesso_externo=38940&id_documento=2052955&id_orgao_acesso_externo=0&infra_hash=f05830da0d006cec4c1e...)

**Presidente:** Prof. Dr. Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira

**Membro:** Profa. Dra. Xênia de Castro Barbosa

**Membro Externo:** Profa. Dra. Iracema Neno Cecilio Tada

**Aluno:** Daniel Guedes Feitosa



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira, Professor(a) - EBTT**, em 05/05/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBTT**, em 05/05/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iracema Neno Cecilio Tada, Usuário Externo**, em 05/05/2023, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL GUEDES FEITOSA, Usuário Externo**, em 05/05/2023, às 20:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1924927** e o código CRC **FFEBE87D**.

## ANEXO B – ATA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

### ATA 2

#### Anexo 5 – Ata de Avaliação do Produto

#### PRODUTOS(S) EDUCACIONAL(IS) GERADO(S) NO TRABALHO FINAL DE CURSO

ALUNO: Daniel Guedes Feitosa

DATA DA DEFESA: 05/05/2023

LOCAL: ferramenta Google Meeting ([meet.google.com/xph-dczo-itz](https://meet.google.com/xph-dczo-itz))

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00 HORÁRIO DE TÉRMINO: 16:00

Declaramos que o Produto Educacional "Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO" foi julgado, validado e aprovado para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia.

Porto Velho, 05 de maio de 2023.

**Presidente:** Prof. Dr. Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira

**Membro:** Profa. Dra. Xênia de Castro Barbosa

**Membro Externo:** Profa. Dra. Iracema Neno Cecilio Tada

**Aluno:** Daniel Guedes Feitosa



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira, Professor(a) - EBIT**, em 05/05/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBIT**, em 05/05/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iracema Neno Cecilio Tada, Usuário Externo**, em 05/05/2023, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL GUEDES FEITOSA, Usuário Externo**, em 05/05/2023, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

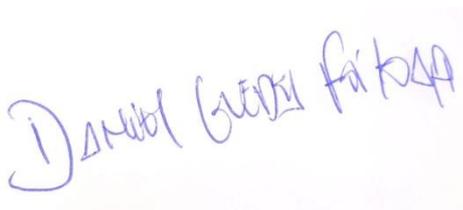


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1924952 e o código CRC 2DCE1089.

## ANEXO C – DECLARAÇÃO DE NÃO VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Eu, Daniel Guedes Feitosa, CPF nº 510.093.152-34, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT, declaro para os devidos fins que o trabalho intitulado “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO” é de minha autoria e não viola os direitos autorais de terceiros, sejam de pessoas físicas ou jurídicas. Além disso, não representa reprodução de obra alheia com direitos autorais protegidos ou já em domínio público.

Porto Velho, 16 de maio de 2023.



Daniel Guedes Feitosa  
Assinatura

## **APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Gestores da Assistência Estudantil da Campus Porto Velho Calama)**

Prezado (a),

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO, CAMPUS PORTO VELHO CALAMA” do mestrando do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica Daniel Guedes Feitosa, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira.

Sua participação consiste em responder questões das quais serão extraídas informações relativas à Política de Assistência Estudantil desenvolvida no *Campus* Porto Velho Calama, as quais serão utilizadas na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Rondônia.

Nossa pesquisa tem o objetivo de avaliar a concepção dos discentes sobre os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo como estes estudantes pensam e refletem sobre a Política de Assistência Estudantil no contexto da pandemia de Covid-19.

Ao participar da pesquisa, há como potenciais benefícios que você contribua com a melhoria da Política de Assistência Estudantil da Instituição, além de ajudar na formulação de mecanismos de divulgação das ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no IFRO no período da pandemia. Além de compreender como os alunos estão avaliando a Política de Assistência Estudantil da Instituição nesse contexto de pandemia.

Podemos considerar alguns possíveis riscos aos participantes da pesquisa, como: desconforto; cansaço; aborrecimento; possibilidade de constrangimento em não ter recebido nenhum auxílio estudantil; disponibilidade de tempo para participar da pesquisa; ter que responder sobre questões pertinentes a seu ambiente de trabalho; divulgação de dados confidenciais; dificuldade em interagir com o

pesquisador e alteração na autoestima provocada por recordação na memória de assuntos pertinentes à Política de Assistência Estudantil desenvolvida na instituição.

Nesse sentido, para mitigar tais riscos, adotaremos como medidas minimizadoras, uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças; promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro, bem como deixando claro que a utilização das respostas será apenas para fins científicos, garantindo o anonimato dos participantes no questionário e entrevista. Além disso, o participante da pesquisa terá o direito de acesso ao teor do conteúdo do questionário e entrevista antes de responder às perguntas, para uma tomada de decisão, podendo deixar de responder às questões ou desistir da pesquisa a qualquer momento, caso haja algum desconforto.

Caso a entrevista ocorra de forma presencial, possibilitaremos um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, obtendo as informações apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa, esclarecendo e informando a respeito do anonimato e da possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio.

Caso surgir qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante da pesquisa poderá entrar em contato com o pesquisador **Daniel Guedes Feitosa** pelo telefone **9-9249-0700 (e-mail: daniel.guedes@unir.br)** ou com o **Comitê de Ética**, no endereço Av. 7 de Setembro, 2090, N. S. das Graças, Porto Velho-RO ou pelo telefone **(69) 2182-9610**.

Diante dos esclarecimentos prestados, concordo em participar do estudo “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO, *CAMPUS PORTO VELHO CALAMA*”, na qualidade de voluntário (a).

Porto Velho, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do voluntário

**APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS GESTORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA**

1. Como é realizada a divulgação dos Auxílios Estudantis no IFRO *Campus* Porto Velho Calama?
2. A Instituição realiza algum evento com a finalidade de divulgar informações pertinente às Políticas de Assistência Estudantil para os alunos ingressantes? Se sim, como é realizada essa recepção?
3. Quais foram os Auxílios Estudantis disponibilizados pelo IFRO *Campus* Porto Velho Calama durante a pandemia de Covid-19?
4. Além dos Auxílios Estudantis, a Instituição realiza outros serviços assistenciais aos alunos (Ex. Psicológico, odontológico, etc)? Quais? E durante a pandemia?
5. Qual a sua avaliação sobre os recursos destinados à Política de Assistência Estudantil? Na sua concepção, esse recurso da Assistência Estudantil atende aos discentes que deles necessitam? E durante a pandemia?
6. Como funciona a participação dos pais, alunos e servidores nas decisões que envolvem a Política de Assistência Estudantil?
7. Há algo que o senhor (a) gostaria de acrescentar?

## **APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Alunos maiores de idade)**

Caro estudante,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO, CAMPUS PORTO VELHO CALAMA”. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, será disponibilizado um link no chat para preenchimento on line, por conta da pandemia, para a formalização da sua participação, sendo que após o preenchimento, será encaminhada uma via para você. Caso haja o retorno das aulas presencial, serão disponibilizados dois termos para assinatura, sendo que uma via ficará como você e a outra ficará sob a responsabilidade do pesquisador. Garantimos a confidencialidade das informações coletadas, e em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Nossa pesquisa tem o objetivo de avaliar a concepção dos discentes sobre os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo como estes estudantes pensam e refletem sobre a política de Assistência Estudantil no contexto da pandemia de Covid-19.

A coleta dos dados será realizada através da disponibilização de um questionário *online*, na plataforma *google forms*, composto por questões abertas e fechadas, disponibilizado aos estudantes do terceiro ano dos Cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Porto Velho/Calama do IFRO, compreendendo os Cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química, devidamente autorizados e/ou voluntários a participarem da pesquisa, de acordo com o estipulado no Ofício Circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021.

Ao participar da pesquisa, o estudante estará contribuindo para melhoria da oferta de Políticas de Assistência Estudantil da Instituição, tornando-se cada vez mais crítico e reflexivo quanto à distribuição dos auxílios estudantis. Além disso, os

discentes poderão assimilar melhor a funcionalidade das Políticas Públicas Educacionais, compreendendo essas políticas como direito social, além de possibilitar novos caminhos para a pesquisa científica.

Apesar de os riscos apresentados ao participarem da pesquisa serem mínimos, pelo fato de o questionário conter informações pessoais e ponto de vista do aluno sobre as ações de Assistência Estudantil desenvolvidas na Instituição, nos comprometemos em manter o sigilo das informações coletadas, de forma que não haverá identificação de quem responder aos questionários, conforme preconiza a Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Além disso, por conta da pandemia de Covid-19, podemos considerar alguns possíveis riscos aos participantes da pesquisa, como: desconforto; cansaço; aborrecimento; possibilidade de constrangimento em não ter recebido nenhum auxílio estudantil; disponibilidade de tempo para participar da pesquisa; ter que responder sobre questões pertinentes a seu ambiente de trabalho; divulgação de dados confidenciais; dificuldade em interagir com o pesquisador e alteração na autoestima provocada por recordação na memória de assuntos pertinentes à Política de Assistência Estudantil desenvolvida na instituição.

Nesse sentido, para mitigar tais riscos, adotaremos como medidas minimizadoras, uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças; promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro, bem como deixando claro que a utilização das respostas será apenas para fins científicos, garantindo o anonimato dos participantes no questionário e entrevista. Além disso, o participante da pesquisa terá o direito de acesso ao teor do conteúdo do questionário e entrevista antes de responder às perguntas, para uma tomada de decisão, podendo deixar de responder às questões ou desistir da pesquisa a qualquer momento, caso haja algum desconforto.

Caso a entrevista ocorra de forma presencial, possibilitaremos um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, obtendo as informações apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa, esclarecendo e informando a respeito do anonimato e da possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio.

Ressaltamos que o nome dos participantes da pesquisa será mantido em sigilo, assegurado assim a privacidade e liberdade para responderem o questionário

de forma autônoma. Além disso, comprometemo-nos a informar os resultados dessa pesquisa através da minha dissertação, no e-mail informado pelos participantes.

Caso surgir qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante da pesquisa poderá entrar em contato com o pesquisador **Daniel Guedes Feitosa** pelo telefone **9-9249-0700 (e-mail: daniel.guedes@unir.br)** ou com o **Comitê de Ética**, no endereço Av. 7 de Setembro, 2090, N. S. das Graças, Porto Velho-RO ou pelo telefone **(69) 2182-9610**.

Diante dos esclarecimentos prestados, concordo em participar do estudo “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO, *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA”, na qualidade de voluntário (a).

Porto Velho, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do voluntário

**APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (para pais ou responsáveis de estudantes menores de idade)**

Senhores pais ou responsáveis,

Seu/sua filho(a) foi convidado(a) a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO, *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA”. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, será disponibilizado um link no chat para preenchimento *online*, por conta da pandemia de Covid-19, para formalização da autorização da participação do seu/sua filho(a) na pesquisa, sendo que após o preenchimento, será encaminhada uma via para você. Caso haja o retorno das aulas presencial, serão disponibilizados dois termos para assinatura, sendo que uma via ficará como você e a outra ficará sob a responsabilidade do pesquisador.

Nossa pesquisa tem o objetivo de avaliar a concepção dos discentes sobre os programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, compreendendo como estes estudantes pensam e refletem sobre a Política de Assistência Estudantil no contexto da pandemia de Covid-19.

A coleta dos dados será realizada através da disponibilização de um questionário *online*, na plataforma *google forms*, composto por questões abertas e fechadas, disponibilizado aos estudantes do terceiro ano dos Cursos de Nível Técnico Integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Porto Velho/Calama do IFRO, compreendendo os Cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química, devidamente autorizados a participarem da pesquisa, de acordo com o estipulado no Ofício Circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021.

Ao participar da pesquisa, seu/sua filho(a) estará contribuindo para melhoria da oferta de Políticas de Assistência Estudantil da Instituição, tornando-se cada vez mais crítico e reflexivo quanto à distribuição dos auxílios estudantis. Além disso, os discentes poderão assimilar melhor a funcionalidade das Políticas Públicas

Educacionais, compreendendo essas políticas como direito social, além de possibilitar novos caminhos para a pesquisa científica.

Apesar de os riscos apresentados ao participarem da pesquisa serem mínimos, pelo fato de o questionário conter informações pessoais e ponto de vista do aluno sobre as ações de Assistência Estudantil desenvolvidas na Instituição, nos comprometemos em manter o sigilo das informações coletadas, de forma que não haverá identificação de quem responder aos questionários, conforme preconiza a Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Além disso, por conta da pandemia de Covid-19, podemos considerar alguns possíveis riscos aos participantes da pesquisa, como: desconforto; cansaço; aborrecimento; possibilidade de constrangimento em não ter recebido nenhum auxílio estudantil; disponibilidade de tempo para participar da pesquisa; ter que responder sobre questões pertinentes a seu ambiente de trabalho; divulgação de dados confidenciais; dificuldade em interagir com o pesquisador e alteração na autoestima provocada por recordação na memória de assuntos pertinentes à Política de Assistência Estudantil desenvolvida na instituição.

Nesse sentido, para mitigar tais riscos, adotaremos como medidas minimizadoras, uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças; promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro, bem como deixando claro que a utilização das respostas será apenas para fins científicos, garantindo o anonimato dos participantes no questionário e entrevista. Além disso, o participante da pesquisa terá o direito de acesso ao teor do conteúdo do questionário e entrevista antes de responder às perguntas, para uma tomada de decisão, podendo deixar de responder às questões ou desistir da pesquisa a qualquer momento, caso haja algum desconforto.

Caso a entrevista ocorra de forma presencial, possibilitaremos um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, obtendo as informações apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa, esclarecendo e informando a respeito do anonimato e da possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio.

Ressaltamos que o nome dos participantes da pesquisa será mantido em sigilo, assegurado assim a privacidade e liberdade para responderem o questionário de forma autônoma. Além disso, comprometemo-nos a informar os resultados dessa

pesquisa através da minha dissertação, no e-mail informado pelos participantes. Caso surgir qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante da pesquisa poderá entrar em contato com o pesquisador **Daniel Guedes Feitosa** pelo telefone **9-9249-0700 (e-mail: daniel.guedes@unir.br)** ou com o **Comitê de Ética**, no endereço Av. 7 de Setembro, 2090, N. S. das Graças, Porto Velho-RO ou pelo **telefone (69) 2182-9610**.

Diante dos esclarecimentos prestados, autorizo meu filho(a)

\_\_\_\_\_,  
nascido(a) aos ...../...../....., a participar do estudo **“A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO, CAMPUS PORTO VELHO CALAMA”**, na qualidade de voluntário(a).

Porto Velho, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura dos pais ou responsável

## **APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (para estudantes menores de idade)**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO, *CAMPUS PORTO VELHO CALAMA*”.

Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para melhoria da oferta de Políticas de Assistência Estudantil da Instituição, tornando-se cada vez mais crítico e reflexivo quanto à distribuição dos auxílios estudantis. Além disso, os discentes poderão assimilando melhor a funcionalidade das Políticas Públicas Educacionais, compreendendo essas políticas como direito social, além de possibilitar novos caminhos para a pesquisa científica.

Ressaltamos que o nome dos participantes da pesquisa será mantido em sigilo, assegurado assim a privacidade e liberdade para responderem o questionário de forma autônoma. Além disso, comprometemo-nos a informar os resultados dessa pesquisa através da minha dissertação, no e-mail informado pelos participantes.

Podemos considerar alguns possíveis riscos aos participantes da pesquisa, como: desconforto; cansaço; aborrecimento; possibilidade de constrangimento em não ter recebido nenhum auxílio estudantil; disponibilidade de tempo para participar da pesquisa; ter que responder sobre questões pertinentes a seu ambiente de trabalho; divulgação de dados confidenciais; dificuldade em interagir com o pesquisador e alteração na autoestima provocada por recordação na memória de assuntos pertinentes a Política de Assistência Estudantil desenvolvida na instituição.

Nesse sentido, para mitigar tais riscos, adotaremos como medidas minimizadoras, uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças; promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro, bem como deixando claro que a utilização das respostas será apenas para fins científicos, garantindo o anonimato dos participantes no questionário e entrevista. Além disso, o participante da pesquisa terá o direito de acesso ao teor do conteúdo do questionário e entrevista antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão, podendo deixar de responder as questões ou desistir da pesquisa a qualquer momento caso haja algum desconforto.

Caso a entrevista ocorra de forma presencial, possibilitaremos um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, obtendo as informações apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa, esclarecendo e informando a respeito do anonimato e da possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio.

Caso surgir qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante da pesquisa poderá entrar em contato com o pesquisador **Daniel Guedes Feitosa** pelo telefone **9-9249-0700 (e-mail: daniel.guedes@unir.br)** ou com o **Comitê de Ética**, no endereço Av. 7 de setembro, 2090, N. S. das Graças, Porto Velho-RO ou pelo telefone **(69) 2182-9610**.

Diante dos esclarecimentos prestados, concordo em participar do estudo “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFRO, CAMPUS PORTO VELHO CALAMA”, na qualidade de voluntário (a).

Porto Velho, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do voluntário

**APÊNDICE F– QUESTIONÁRIO ONLINE PARA ESTUDANTES DO TERCEIRO ANO DOS CURSOS DE NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**

Você e/ou seu responsável já assinou o Termo de Consentimento/Assentimento Livre e Esclarecido?

- SIM, voluntariamente, estou autorizado a participar da pesquisa  
 NÃO ASSINAMOS

Se sim, vá para o questionário.

**Perfil do estudante**

1) Qual seu gênero?

- Feminino  
 Masculino  
 Cisgênero  
 Transgênero  
 Não-binário  
 Outros

2) Qual a sua faixa etária?

- menos de 15 anos  
 de 15 a 17 anos  
 de 18 a 20 anos  
 acima de 21 anos

3) Qual a sua cor/raça/etnia (como você se considera):

- Branca  
 Parda  
 Preta  
 Amarela  
 Indígena  
 Outra

4) Onde você cursou o Ensino Fundamental?

- Escola Publica  
 Escola Particular  
 Maior parte em escola pública  
 Maior parte em escola particular

5) Você ingressou pelo sistema de reserva de vagas (Ações Afirmativas/Cotas Sociais) do IFRO?

- Sim  
 Não  
 Desconheço o sistema de Cotas do IFRO

6) Você é estudante de qual curso?

- Eletrotécnica
- Técnico Edificações
- Informática
- Química

### Informações Socioeconômica

7) Qual é a renda mensal da família?

- Até 1 salário mínimo (R\$ 1.100,00)
- De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.100,00 a R\$ 3.300,00)
- De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 3.300,00 a R\$ 6.600,00)
- acima de 6 salários mínimos

8) Você está exercendo/exerceu algum trabalho durante a quarentena?

- Sim, mas já trabalhava antes da pandemia.
- Sim, mas passei a trabalhar depois da pandemia para contribuir com a renda familiar.
- Sim, ajudando a família em atividade não remunerada (trabalho familiar).
- Não trabalho.

9) Como você avalia o fato de estudar e trabalhar?

- Atrapalha meus estudos
- Não atrapalha meus estudos
- Não trabalho.

### Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

10) Você conhece os programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no IFRO durante a pandemia?

- Sim
- Não

11) Para você, o que é Assistência Estudantil?

---



---



---



---

12) Na sua opinião, o IFRO/Calama realizou ampla divulgação das ações de assistência estudantil no período da pandemia?

---



---



---



---

13) No período da quarentena, a partir de março de 2020, você recebeu/recebe algum auxílio estudantil do IFRO? Se SIM, responder as questões 14 a 18. Se NÃO, responder as questões 19 a 22.

- Sim  
 Não

#### Para alunos bolsistas

14) Qual o impacto do auxílio estudantil na sua formação educacional?

- Ajuda muito  
 Ajuda pouco  
 Não ajuda

15) Caso não conseguisse receber algum auxílio, como seria sua vida acadêmica?

- Continuará no curso até onde puder  
 Concluiria o curso  
 Desistiria do curso  
 Outro

---

16) Na sua opinião, qual a importância das bolsas de Assistência Estudantil?

- Muito importante  
 Importante  
 Pouco importante

Justifique sua resposta:

---

---

---

17) A bolsa ajudou a melhorar as notas no decorrer do ano?

- Ajudou muito  
 Ajudou pouco  
 Não ajudou

18) Como você avalia os programas de Assistência Estudantil disponibilizados pelo IFRO/Campus Porto Velho Calama?

---

---

---

---

#### Para alunos NÃO bolsistas

19) O fato de não receber auxílio estudantil afeta no seu rendimento acadêmico?

- Afeta muito  
 Afeta pouco  
 Não afeta

20) Já pensou em desistir do curso por não receber bolsa?

- Sim  
 Não

21) Caso tenha dificuldades no seu desempenho acadêmico, você atribuiria isso a falta de auxílio estudantil?

- Sim  
 Não

22) Na sua opinião, qual a maior dificuldade para o aluno não bolsista obter êxito no curso?

---

---

---

---

#### Contribuições finais

23) Você gostaria de falar algo sobre a Assistência Estudantil que não foi contemplado no questionário?

---

---

---

---

**APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL  
(Servidores e Docentes)**

1. Em sua opinião, a cartilha apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão?
2. Você gostou das cores e formato da Cartilha?
3. Você acredita que a Cartilha apresenta a normativa institucional devidamente atualizada?
4. Em sua opinião, a cartilha contribui para ampliar a divulgação dos programas e auxílios estudantis disponibilizados pelo IFRO?
5. Registre aqui suas sugestões de melhorias para tornar a cartilha mais acessível.

## **APÊNDICE H – ENCARTE DO PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRO**

Autor: Daniel Guedes Feitosa

Orientador: Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira

### **1 DESCRIÇÃO DO PROCESSO OU PRODUTO EDUCACIONAL**

**TIPO DE PRODUTO:** Cartilha informativa

**NÍVEL DE ENSINO:** Técnico Integrado ao Ensino Médio

**SÉRIE/ANO:** 3º ano

**CURSOS TÉCNICOS INDICADOS/ SEGMENTO PROFISSIONAL:** Cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química.

#### **1.1 Introdução/Justificativa**

O produto educacional intitulado “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO” é o resultado da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A cartilha foi idealizada através dos resultados da dissertação de mestrado intitulada “A Política de Assistência Estudantil em tempos de Covid-19: uma análise da perspectiva dos discentes do Ensino Médio Integrado do IFRO, Campus Porto Velho Calama”, que teve o objetivo de avaliar a concepção dos discentes sobre os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, compreendendo como estes estudantes pensam e refletem sobre a Política de Assistência Estudantil no contexto da pandemia da Covid-19.

A partir da análise e interpretação dos dados da pesquisa, podemos identificar que o IFRO Campus Porto Velho Calama realiza a divulgação das ações de Assistência Estudantil pelo seu sítio eletrônico, e-mail dos alunos e grupos de WhatsApp das turmas, além de esclarecer dúvidas através do DEPAE. Porém,

apresar de todo o esforço institucional para a divulgação dos auxílios estudantis, 25,58% dos participantes da pesquisa avaliaram que não houve ampla divulgação dos programas de Assistência Estudantil desenvolvidos no IFRO, no período da pandemia de Covid 19.

Assim, fica evidente a necessidade de estratégias e mecanismos que facilitem o acesso dos estudantes, em especial os que se encontram em vulnerabilidade social, aos Programas de Assistência Estudantil da instituição. Nesse contexto, a disponibilização de uma cartilha informativa vai contribuir para esclarecer quais auxílios estudantis são disponibilizados pelo IFRO, bem como quais são os critérios de concessão, tornando, dessa forma, uma ponte entre os alunos e as políticas públicas educacionais da instituição.

## **1.2 Objetivos**

O produto educacional intitulado “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO” tem o objetivo de orientar os alunos quanto ao funcionamento e disponibilização dos Programas e auxílios de Assistência Estudantil ofertados pelo IFRO. Neste sentido, o material pode servir de suporte para que os alunos conheçam as Política de Assistência Estudantil do IFRO, procurando a instituição quando necessitarem de apoio estudantil.

## **1.3 Procedimentos Metodológicos**

A elaboração da cartilha foi embasada na pesquisa de Kaplún (2003), que apresenta três eixos temáticos para análise e construção de mensagens educativas: o eixo conceitual, o pedagógico e o comunicacional. Nesse viés, buscou-se a utilização de tais eixos para viabilizar a elaboração da cartilha com a finalidade de preencher a lacuna apresentada na divulgação dos auxílios estudantis disponibilizados pela instituição.

Visando a um melhor desenvolvimento para o produto educacional, foi elaborado um protótipo da “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO”, sendo a primeira versão encaminhada a um número reduzido de servidores e discentes para testar a aplicação dele no IFRO.

Por conseguinte, realizou-se a avaliação da “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO” baseada na pesquisa de Leite (2018), que elaborou uma proposta de avaliação coletiva de produtos educacionais no contexto dos mestrados profissionais na área de Ensino.

#### **1.4 Materiais Utilizados**

Para a elaboração da cartilha, utilizou-se a ferramenta gratuita de design gráfico “Canva”.

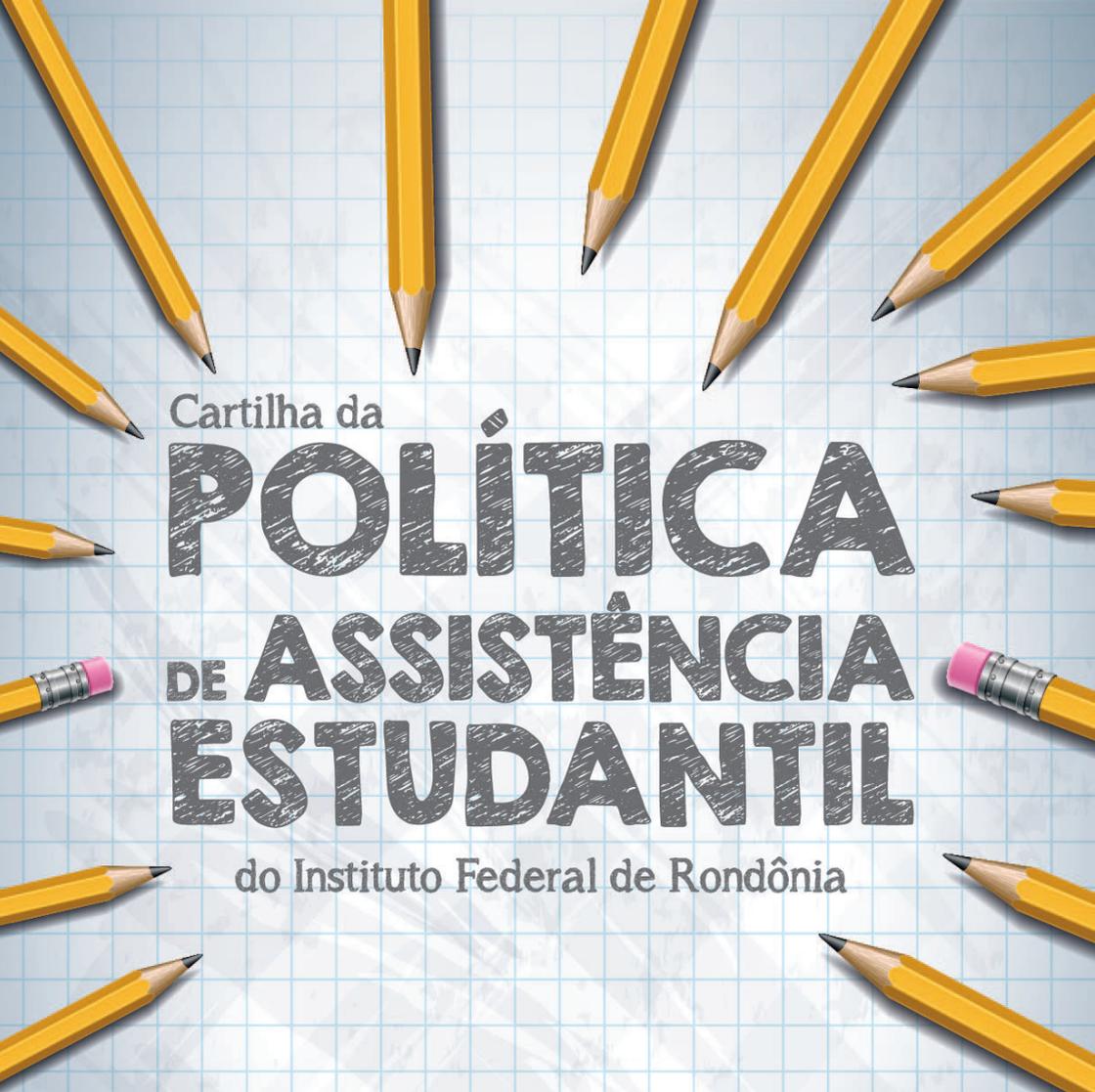
#### **1.5 Formas de utilização**

A “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO” pode ser utilizada como material informativo da Política de Assistência Estudantil do IFRO. Apesar de a cartilha ser elaborada baseada na pesquisa realizada no Campus Porto Velho Calama, acredita-se que o material pode ser replicado aos demais campi, tendo em vista que utiliza-se a mesma legislação no âmbito institucional. Assim, o produto educacional pode servir de suporte aos alunos do IFRO, em especial aos calouros.

#### **1.6 Impacto social**

Através da cartilha informativa, espera-se aproximar os alunos dos Programas de Assistência Estudantil disponibilizados pelo IFRO, instigando, assim, a procura da instituição quando os discentes necessitarem de auxílios estudantis durante seu percurso acadêmico, tendo em vista a sua permanência e êxito no processo formativo, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação.

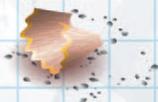
**PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL DO IFRO**



Cartilha da

# **POLÍTICA** **DE ASSISTÊNCIA** **ESTUDANTIL**

do Instituto Federal de Rondônia



**INSTITUTO FEDERAL**  
Rondônia



# Sobre os autores



Daniel Guedes Feitosa possui Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica - PROFEPT/ IFRO. Pós graduação de MBA em Gestão Pública pela Faculdade da Região Serrana (FARESE) e graduação em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Atualmente é servidor técnico-administrativo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira possui Pós-Doutorado em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Doutor em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestrado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. É professor do Instituto Federal Fluminense e também atua como Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT.



## Diagramação

Anael Francis Salgueiro Silva

## Revisão

Celielson de Aguiar Brito



# Instituto Federal de Rondônia

## **Reitor**

Edslei Rodrigues de Almeida

## **Pró-Reitoria de Ensino**

SheyllaChediak

## **Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**

Gilmar Alves Lima Júnior

## **Pró-Reitora de Extensão**

Maria GorethAraujo Reis

## **Pró-Reitora de Planejamento e Administração**

Sidivan Alves do Nascimento

## **Diretor-Geral do Campus Porto Velho – Calama**

Leonardo Pereira Leocádio

## **Diretoria de Assuntos Estudantis**

Maria RosimereSalviano Moura

## **Coordenação de Assistência Estudantil**

Sandra Araldi Rodrigues

## **Departamento de Educação Inclusiva e Diversidade**

Claudete Marques das Neves

## **Departamento de Assistência ao Educando**

Ana Cláudia Oliveira da Silva

## **Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica PROFEPT**

Aguinaldo Pereira

site: [portal.ifro.edu.br](http://portal.ifro.edu.br)

# Ficha catalográfica

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F311c

Feitosa, Daniel Guedes.  
Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO / Daniel  
Guedes Feitosa, Porto Velho-RO, 2023.  
40 f.

Orientador(a): Prof. Dr Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira.

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação  
Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2023.

1. Assistência Estudantil. 2. Pandemia. 3. IFRO. I. Oliveira,  
Rodrigo Leonardo de Sousa (orient.). II. Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

CDD: 379.81

# Descrição técnica do produto

**Título:** Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO.

**Origem do Produto:** Trabalho de Dissertação intitulado "A Política de Assistência Estudantil em tempos de Covid-19: uma análise da perspectiva dos discentes do Ensino Médio Integrado do IFRO, Campus Porto Velho Calama".

**Área do Conhecimento:** Ensino.

**Público-alvo:** Docentes, Discentes, Técnicos Administrativos e Comunidade Externa.

**Categoria deste Produto:** Cartilha Digital Informativa.

**Finalidade:** Cartilha de caráter informativa destinada a toda comunidade acadêmica, em especial aos discentes que necessitam de auxílio estudantil para permanência e êxito na instituição.

**Estruturação do Produto:** O produto foi organizado em três tópicos: O primeiro teve a finalidade de apresentar os objetivos e finalidade da Política de Assistência Estudantil de modo geral. O segundo tópico visa apresentar os programas e auxílios estudantis disponibilizados pelo IFRO. O terceiro teve o objetivo de discorrer sobre as ações de assistência estudantil do IFRO durante a pandemia de covid-19. Além destes, buscou-se apresentar o contato dos setores da Assistência Estudantil dos campi do IFRO.

**Avaliação do Produto:** O produto foi avaliado pelos discentes e servidores do Instituto Federal de Rondônia, através da plataforma digital Google Forms.

**Disponibilidade:** Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

**Divulgação:** Em formato digital.

**Instituições envolvidas:** Instituto Federal de Rondônia.

**URL:** <https://portal.ifro.edu.br/editais-proen>

**Idioma:** Português.

**Cidade:** Porto Velho.

**País:** Brasil.

# Sumário

Apresentação.....	09
Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.....	10
Em quais áreas são desenvolvidas as ações de assistência estudantil?.....	11
A Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFRO.....	12
Conhecendo a estrutura organizacional da Assistência Estudantil do IFRO.....	13
Qual a finalidade dos Programas de Assistência Estudantil do IFRO?.....	14
Qual o objetivo dos Programas de Assistência Estudantil (PAEs) do IFRO?.....	15
Quais os princípios dos Programas de Assistência Estudantil (PAEs) do IFRO?.....	16
Quais os critérios para receber os auxílios estudantis?.....	17
O que é vulnerabilidade socioeconômica.....	18
Programas de Assistência Estudantil do IFRO.....	19
Programa de Atenção à saúde e apoio ao ensino, pesquisa e extensão (PROSAPEX).....	19
Programa Permanência (PROAP).....	20
Programa de Auxílio Moradia (PROMORE).....	21
Programa de Auxílio Complementar (PROAC).....	22
Programa Bolsa Permanência.....	23
Outros Programas.....	24
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).....	24
Programa de Monitoria.....	24
Residência Estudantil.....	25
Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs).....	26
Programas de atendimento aos estudantes com Necessidades Educativas Específicas.....	27

# Sumário

As ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no IFRO durante a pandemia de Covid-19.....	28
Auxílio Inclusão Digital.....	28
Auxílio Emergencial.....	29
Distribuição de kits de gêneros alimentícios.....	30
Programas de pesquisa.....	31
Programas de Extensão.....	32
Atribuições do Estudante contemplado.....	33
Quais os critérios para manutenção dos benefícios?.....	34
Posso perder os auxílios estudantis?.....	35
Grêmios Revolucionários do Instituto Federal de Rondônia (GRIFRO).....	36
Contato dos setores da Assistência Estudantil do IFRO.....	37
Bibliografia.....	38

# Apresentação

## **Caros (as) estudantes do IFRO,**

A “Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFRO” é o resultado da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A cartilha foi idealizada através dos resultados da dissertação de mestrado intitulada “A Política de Assistência Estudantil em tempos de Covid-19: uma análise da perspectiva dos discentes do Ensino Médio Integrado do IFRO, Campus Porto Velho Calama”, tendo o objetivo de orientar os alunos quanto ao funcionamento e disponibilização dos Programas de Assistência Estudantil ofertados pelo IFRO.

A principal finalidade da Assistência Estudantil do IFRO é ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo dos estudantes devidamente matriculados nos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos em seus campi, bem como atender e apoiar os estudantes em sua integralidade, tais como, condições sociais, econômicas, psicológicas e educacionais, visando à permanência e à conclusão do curso.

Nossa expectativa é que este produto educacional possa aproximar você, aluno, dos Programas de Assistência Estudantil disponibilizados pelo IFRO, instigando, assim, a procura da instituição quando necessitar de auxílios estudantis durante seu percurso acadêmico, tendo em vista a sua permanência e êxito no processo formativo, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação.

Boa leitura!!!

# Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, é um programa destinado a democratizar o acesso, permanência e êxito de estudantes de baixa renda matriculados em instituições federais de ensino. O PNAES tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e promoção da inclusão social pela educação, além de buscar reduzir as taxas de retenção e evasão (MEC, 2010).



**Fique ligado:** O PNAES contempla os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

## Em quais áreas são desenvolvidas as ações de assistência estudantil?

Conforme estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

01

Moradia estudantil

02

Alimentação

03

Transporte

04

Atenção à saúde

05

Inclusão digital

06

Cultura

07

Esporte

08

Creche

09

Apoio pedagógico

10

Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

**Fique ligado:** Caberá às instituições federais de ensino superior, incluindoos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos (MEC, 2010).

# A Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFRO

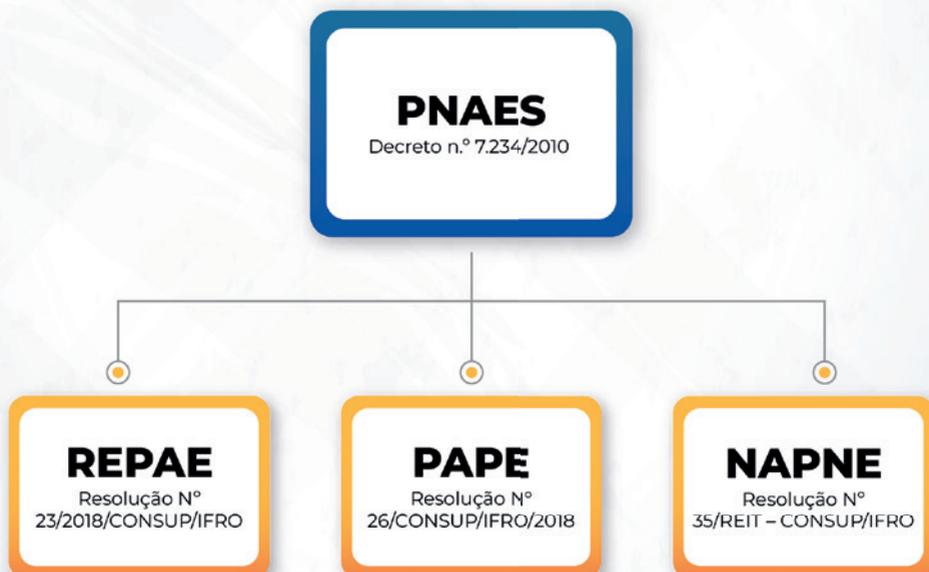
## Dispositivos legais

Decreto n.º 7.234/2010 – Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Resolução n.º 23/2018/CONSUP/IFRO – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE).

Resolução nº 26/CONSUP/IFRO/2018– Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO (PAPE).

Resolução n.º 35/REIT – CONSUP/IFRO, de 2 de junho de 2020, o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)



# Conhecendo a estrutura organizacional da Assistência Estudantil do IFRO

- **Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)**

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o setor que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino e de atendimento ao estudante, articuladas à pesquisa e à extensão (IFRO, 2015).

- **Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE)**

A Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) é o setor que se ocupa das atividades relativas a documentações acadêmicas e atendimentos às necessidades essenciais dos estudantes, quanto a saúde, condição socioeconômica e outros aspectos relacionados às suas singularidades (IFRO, 2015).

- **Coordenação/Departamento de Assistência ao Educando – CAED/DEPAE**

A Coordenação/Departamento de Assistência ao Educando é constituída por equipe multiprofissional responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando ao desenvolvimento físico, psíquico e social dos estudantes do campus, por meio de ações que favoreçam à permanência e conclusão do curso (IFRO, 2018).

- **Coordenação de Educação Inclusiva (CEI)**

A Coordenação de Educação Inclusiva é setor que coordena as ações de educação inclusiva e diversidade desenvolvidas no âmbito do IFRO. Dentre as competências da (CEI), está a promoção de ações de inclusão, de forma a combater a discriminação e exclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (IFRO, 2015).

## Qual a finalidade dos Programas de Assistência Estudantil do IFRO?

Os Programas de Assistência Estudantil, executados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, têm como finalidade ampliar as condições de permanência e conclusão do curso do estudante devidamente matriculado nos cursos presenciais técnicos de nível médio e de graduação oferecidos em seus campi, em conformidade com o que preconiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Decreto nº 7.234/2010/PNAES (IFRO, 2018).



**Fique ligado:** A instrução Normativa nº 2/2021/REIT- CGAB/REIT estende as ações de Assistência Estudantil aos alunos matriculados no IFRO, na modalidade de Ensino a Distância (EaD), visando ampliar as condições de permanência e conclusão do curso.

## Qual o objetivo dos Programas de Assistência Estudantil (PAEs) do IFRO?

Segundo a Resolução N° 23/REIT/IFRO, são objetivos dos PAEs do IFRO:

- 01 Contribuir nas condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo
- 02 Consolidar o apoio à formação acadêmica integral
- 03 Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais
- 04 Reduzir as taxas de retenção e evasão
- 05 Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais

**Fique ligado:** A Resolução N° 23/REIT/IFRO regulamenta os Programas de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

## Quais os princípios dos Programas de Assistência Estudantil (PAEs) do IFRO?

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia desenvolverá seus Programas de Assistência Estudantil (PAEs), de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo por princípios:



## Quais os critérios para receber os auxílios estudantis?

O PNAES atenderá, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas Instituições Federais de Ensino (MEC, 2010).



**Fique ligado:** A renda per capita é calculada através da soma da renda bruta de todos os componentes do grupo familiar e dividindo esse total pela quantidade de pessoas da família. Cabe destacar que nem todo auxílio estudantil utiliza o fator socioeconômico como critério.

## O que é vulnerabilidade socioeconômica

Para fins desta cartilha, entende-se por vulnerabilidade socioeconômica o conjunto de incertezas, inseguranças e riscos, enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolve condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo, sendo que tal vulnerabilidade pode ser agravada em estudantes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, com necessidades educacionais específicas, entre outros (IFRO, 2018).



# Programas de Assistência Estudantil do IFRO

Os programas de assistência estudantil desenvolvidos pelo IFRO dividem-se em duas formas de atendimento:

- **Atendimento universal aos estudantes**

O Programa de atendimento universal é destinado a todos os estudantes regularmente matriculados, com o objetivo de contribuir com ações de atendimento às necessidades educacionais, biopsicossocial e de incentivo à formação acadêmica, visando ao desenvolvimento integral dos estudantes no processo educativo.

- **Atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica**

Os atendimentos aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis serão realizados através de ações que busquem minimizar as necessidades básicas, que implique no acesso, permanência e êxito dos estudantes, com prioridade para transporte, alimentação e moradia.

## Programa de Atenção à saúde e apoio ao ensino, pesquisa e extensão (PROSAPEX)

O Programa de Atenção à saúde e apoio ao ensino, pesquisa e extensão – PROSAPEX é destinado a todos os estudantes regularmente matriculados, sendo desenvolvido por meio de projetos, ações e atividades, com o objetivo de contribuir com ações de atendimento às necessidades educacionais, biopsicossocial e de incentivo à formação acadêmica, visando ao desenvolvimento integral no processo educativo.

**Fique ligado:** O PROSAPEX é disponibilizado por requerimento ou encaminhamento

## Programa Permanência (PROAP)

O Programa Permanência (PROAP) é destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de auxílio para contribuir com sua alimentação, transporte, entre outras, que possam interferir na permanência e conclusão do curso no IFRO.

Será de responsabilidade de cada campus deliberar sobre os valores do Programa, compreendendo suas especificidades.



**Fique ligado:** O PROAP é concedido por meio de edital específico, considerando a análise socioeconômica baseada nos critérios de concessão.

## Programa de Auxílio Moradia (PROMORE)

O Programa de Auxílio Moradia (PROMORE) tem o objetivo de viabilizar auxílio moradia ao estudante socioeconomicamente vulnerável oriundo de outras cidades ou da zona rural que necessite residir temporariamente no município sede do campus, para terem ampliadas suas condições de acesso, permanência e conclusão no curso.

A concessão do benefício poderá ser na forma de residência estudantil<sup>1</sup> (para os menores de 18 anos) ou concessão de auxílio financeiro conforme disponibilidade de recurso do *campus*.



<sup>1</sup>Os estudantes contemplados com a Residência Estudantil deverão cumprir o Regulamento Geral do Regime de Residência Estudantil do IFRO, Resolução Nº 29/REIT – CONSUP/IFRO, de 10 de abril de 2017.

**Fique ligado:** O PROMORE é concedido por meio de edital específico, considerando a análise socioeconômica baseada nos critérios de concessão.

## Programa de Auxílio Complementar (PROAC)

O Programa de Auxílio Complementar (PROAC) Tem o objetivo prover auxílio financeiro ao estudante socioeconomicamente vulnerável nas demandas não atendidas em outros Programas de Assistência Estudantil, que impliquem na permanência e conclusão no curso e/ou que precisem complementar o auxílio já recebido, dependendo do grau de vulnerabilidade.



**Fique ligado:** O PROAC é concedido por meio de encaminhamento e/ou requerimento, considerando a necessidade apresentada pelo estudante com base nos critérios de concessão.

## Programa Bolsa Permanência:

O Programa Bolsa Permanência (PBP) do Ministério da Educação (MEC) tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes indígenas e quilombolas, regularmente matriculados em cursos de graduação, mediante o pagamento de um auxílio estudantil (bolsa de permanência).



**Fique ligado:** OPBP será disponibilizado por encaminhamento ou requerimento.

## Outros Programas

### Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública.

O objetivo do programa é antecipar o vínculo entre os futuros professores e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

### Programa de Monitoria

Desenvolvem-se por meio de atividades de estudantes no apoio aos professores de disciplinas que requeiram contribuição de colaboradores com adequados níveis de conhecimento, habilidades no relacionamento interpessoal e predisposição ao desenvolvimento de planos de trabalho.



**Fique ligado:** O processo seletivo é realizado por meio de edital específico.

# Residência Estudantil

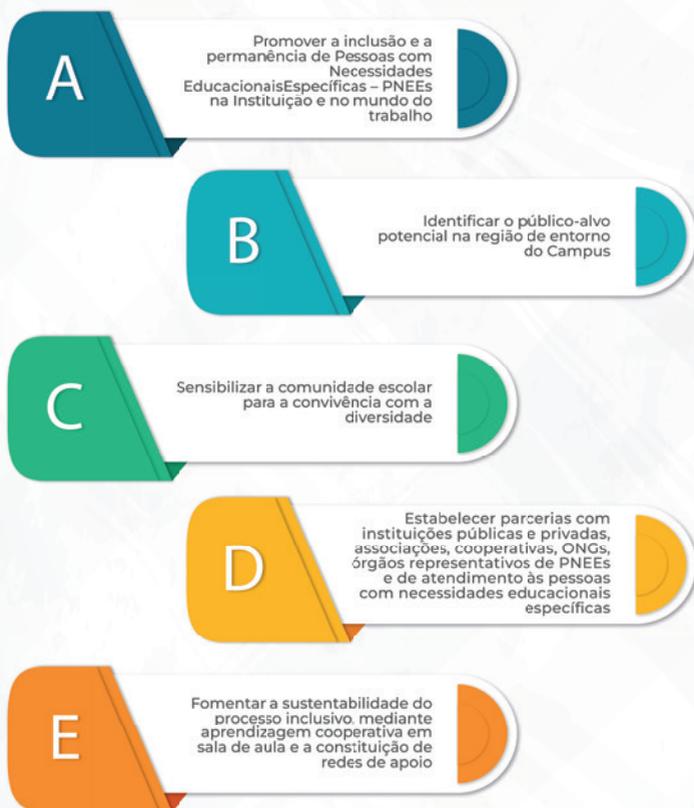
A Residência Estudantil é uma modalidade do Programa de Auxílio Moradia (PROMORE), que tem como finalidade ampliar às condições de permanência e êxito dos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Para a seleção da Residência, é requisito indispensável que o estudante comprove estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que a família resida na zona rural ou localidade diferente do município sede do campus, seja menor de 18 anos de idade e esteja matriculado em curso de turno integral. Outros critérios poderão ser adotados por cada campus conforme definido em Edital.



**Fique Ligado:** Nem todos os campi têm a estrutura da Residência Estudantil. Por isso, é importante conhecer os programas que seu campus dispõe.

# Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs)

O NAPNE é um órgão de assessoramento e encontra-se ligado à Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e, em cada campus, diretamente, à Diretoria de Ensino. O NAPNE, criado por Portaria instituída em cada campus, é um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às Pessoas com Necessidades Específicas, tendo como metas:



O NAPNE tem por finalidade a promoção da educação para a convivência, a partir do respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas no IFRO.

**Fique ligado:** Para informações sobre critérios de acesso aos benefícios do NAPNE, procure o setor no seu campus.

## Programas de atendimento aos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas

De acordo com a Resolução Nº 26/REIT - CONSUP/IFRO, de 04 de Abril de 2018, os Programas de atendimento aos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas têm por finalidade garantir aos/as estudantes com deficiência, globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, a fim de orientá-los quanto à busca dos seus direitos, visando ao combate de discriminações, indiferenças e preconceitos, bem como aquisição de equipamentos de tecnologias assistivas (IFRO, 2018).



**Fique ligado:** As ações serão desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Específicas – NAPNE.

# As ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no IFRO durante a pandemia de Covid-19

## Auxílio Inclusão Digital

O Auxílio Inclusão Digital tem a finalidade de atender estudantes matriculados nos cursos técnicos e de graduação ofertados pelo IFRO em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de que possam ter acesso aos meios que promovam a inclusão digital, para a realização das atividades escolares não presenciais devido à pandemia decorrente da Covid-19, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o PNAES (IFRO, 2021).

O Auxílio Inclusão Digital será concedido nas modalidades abaixo descritas:

**01**

Disponibilização de internet, por meio do Projeto Alunos Conectados do Ministério da Educação (MEC)

**02**

Concessão de auxílio financeiro para contratação de plano de internet

**03**

Concessão de auxílio financeiro para aquisição de equipamentos de informática

**Fique ligado:** O Auxílio será disponibilizado por meio de requerimento ou edital.

## Auxílio Emergencial

Os auxílios financeiros, em caráter emergencial, possuem a finalidade de estender a proteção social aos estudantes do IFRO em situação de vulnerabilidade que, por alguma questão recente de risco social, encontram dificuldades para manter as condições mínimas que garantam a permanência e o êxito nos estudos enquanto perdurar o período de calamidade pública em vigor.



**Fique ligado:** O Auxílio Emergencial será disponibilizado em decorrência da pandemia de Covid-19.

## Distribuição de kits de gêneros alimentícios

A Distribuição de kits de gêneros alimentícios, adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em caráter excepcional, devido à suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia da Covid-19.

O referido auxílio tem a finalidade de contribuir para o sustento e alimentação dos estudantes e familiares durante o período de atividades remotas em decorrência da pandemia do Coronavírus.



**Fique ligado:** A Distribuição de kits de gêneros alimentícios será disponibilizada em decorrência da pandemia de Covid-19.

# Programas de pesquisa

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP) e suas unidades subordinadas são responsáveis por desenvolver atividades e políticas de pesquisa e inovação (integradas ao ensino e à extensão) no âmbito do IFRO. Além de promover ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica, também instrui a elaboração e aplicação de projetos de curso de Pós-Graduação. A promoção de ações de pesquisa e inovação contemplam os seguintes programas:



**Fique ligado:** Procure a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP) para maiores informações sobre os programas na área da pesquisa.

# Programas de Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão e os Departamentos de Extensão presentes em todos os campi do IFRO desenvolvem e estimulam ações voltadas à sociedade como um todo, cumprindo assim uma das missões institucionais do IFRO. As ações abrangem o relacionamento dos discentes diretamente com a sociedade, sejam as relações para o mercado do trabalho ou para transformação da sociedade em que o IFRO está inserido.

01

Programa de Incentivo  
à Arte e Cultura

02

Programa de Incentivo  
ao Esporte e Lazer

**Fique Ligado:** Procure a Pró-Reitoria de Extensão e os Departamentos de Extensão para maiores informações sobre os programas na área de extensão.

## Atribuições do Estudante contemplado

A Resolução Nº 23/REIT/IFRO define algumas atribuições a ser seguida pelos estudantes contemplado com os PAEs, conforme a seguir:

01

Ter frequência e desempenho acadêmico mínimo para aprovação em cada disciplina

Utilizar adequadamente o auxílio recebido

02

03

Comparecer às entrevistas, reuniões e outros quando convocado, e acompanhado dos pais e/ou responsáveis quando solicitado

Possuir conta bancária em seu nome

04

05

Apresentar documentações e/ou informações, assim como prestação de contas, quando solicitado

**Fique ligado:** O estudante que não cumprir quaisquer dos requisitos exigidos acima deverá justificar-se, por escrito, ao setor de Assistência Estudantil do campus, estando sujeito à suspensão do(s) benefício(s) pelo período de vigência do auxílio.

## Quais os critérios para manutenção dos benefícios?

São condições essenciais para a manutenção do Auxílio:

**1**

Manter o desempenho acadêmico mínimo por bimestre, módulo ou etapa

**2**

Cumprir com os critérios estabelecidos para o programa ao qual é beneficiário

**3**

Ter frequência mínima de 75% por bimestre, módulo ou etapa

**Fique ligado:** Os casos de baixo rendimento e frequência inferior a 75% serão analisados pela Equipe Multiprofissional de Assistência ao Educando (CAED/DEPAE). Os casos omissos serão analisados pela Equipe Multiprofissional de Assistência ao Educando (CAED/DEPAE).

# Posso perder os auxílios estudantis?

De acordo com a Resolução Nº 23/REIT/IFRO, o desligamento dos Programas de Assistência Estudantil ocorrerá caso o estudante:

01

Tranque a matrícula ou abandone o curso

02

Transfira-se para outro campus ou para outra Instituição de Ensino

03

Tenha a realidade socioeconômica do grupo familiar alterada, descaracterizando a condição de vulnerabilidade socioeconômica do estudante

04

Não cumpra o estabelecido em Termo de Compromisso

05

Use de má fé em informações prestadas

**Fique ligado:** O estudante poderá desistir de sua participação no(s) Programa(s), a qualquer momento, mediante comunicação formal à Coordenação/Departamento de Assistência ao Educando (CAED/DEPAE).

## Grêmio Estudantil do Instituto Federal de Rondônia (GRIFRO)

O Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes do Campus de Porto Velho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), tendo como um de seus objetivos defender os interesses individuais e coletivos da comunidade discente. Cabe destacar que, através do movimento estudantil, as pautas voltadas para a implementação de políticas de assistência aos estudantes tornaram-se cada vez mais contundentes.



**Fique Ligado:** Acompanhe a página do GRIFRO em:  
<https://www.instagram.com/grifropvhcalama/>.

# Contato dos setores da Assistência Estudantil do IFRO

Campus	Setor	Telefone	E-mail
Reitoria	Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)	(69) 2182-9607 (69) 2182-9628 (69) 99954-1481	proen@ifro.edu.br
Ariquemes	Coordenação de Assistência ao Educando (CAED)– Recepção Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) – Serviço Social	(69) 2103 - 0121 (69) 2103 - 0126	caed.ariquemes@ifro.edu.br
Cacoal	Coordenação de Assistência ao Educando (CAED)	(69) 2182-9640	caed.cacoal@ifro.edu.br
Colorado do Oeste	Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	(69) 3341-7663 (69) 99981-9128 (69) 3341-7606	depae.colorado@ifro.edu.br napne.colorado@ifro.edu.br
Guajará-Mirim	Coordenação de Assistência ao Educando (CAED)	(69) 3516-4706 (69) 3516-4707	caed.guajara@ifro.edu.br
Jaru	Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) Núcleo de Atendimento Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)	(69) 99989-6257 (69) 99989-6257	caed.jaru@ifro.edu.br napne.jaru@ifro.edu.br
Ji-Paraná	Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) Núcleo de Atendimento Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)	(69) 2183-6921 (69) 2183-6922	caed.jipa@ifro.edu.br napne.jipa@ifro.edu.br
Porto Velho Zona Norte	Departamento de Apoio ao Ensino – DAPE Coordenação de Assistência ao Educando – CAED Serviço social (Informação sobre auxílios estudantis) Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais – NAPNE	(69) 2182-3809 (69) 2182-3820 (69) 9 9991-4336	dape.pvhzonorte@ifro.edu.br caed.pvhzonorte@ifro.edu.br - napne.pvhzonorte@ifro.edu.br
Porto Velho Calama	Departamentos de Assistência Estudantil – DAE	(69) 2182-8909	depae.portovelhocalama@ifro.edu.br
Vilhena	Coordenação de Assistência ao Educando – CAED Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais – NAPNE	(69) 2101-0712 (69) 2101-0714	caed.vilhena@ifro.edu.br napne.vilhena@ifro.edu.br
São Miguel do Guaporé	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DE)	(69) 2182-9686	de.saomiguel@ifro.edu.br

# Bibliografia

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Presidência da República, 2010.

Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 2009. Acesso em: 10out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Instrução Normativa nº 01/2021, de 18 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Concessão de Auxílios Financeiros em Caráter Excepcional a Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho: Reitoria, 2021. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2021/11373-resolucao-n-1-reit-consup-ifro-de-18-de-fevereiro-de-2021>. Acesso em: 05 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Instrução Normativa nº 02/2021, de 10 de junho de 2021. Dispõe sobre o atendimento e assistência aos estudantes da modalidade de ensino a distância (EaD). Porto Velho: Reitoria, 2021. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/editais-proen>. Acesso em: 05 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Instrução Normativa nº 04/2020, de 07 de julho de 2020. Dispõe sobre os procedimentos operacionais de concessão e manutenção do pagamento de bolsas do Programa Bolsa Permanência – MEC no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Porto Velho, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Resolução nº 35/REIT, de 02 de junho de 2020. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho, 2020. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2020/10011-resolucao-n-35-consup-ifro-de-02-de-junho-de-2020>. Acesso em Out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Resolução Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho: Reitoria, 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/editais-proen>. Acesso em: 10out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Resolução Nº 26/REIT - CONSUP/IFRO, de 04 de abril de 2018. Dispõe sobre a aprovação do PAPE - Política de Acesso, Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho: Reitoria, 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/editais-proen>. Acesso em: 10out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Resolução Nº 65/REIT - CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Resolução Nº 29/REIT - CONSUP/IFRO, de 15 de maio de 2020. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Concessão de Auxílios Financeiros em Caráter Emergencial a Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho, 2015.





**INSTITUTO FEDERAL**  
Rondônia